

**Universidade de Brasília**

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

**INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA:  
um estudo de caso em quatro áreas  
periféricas do DF.**

**Maria Augusta Fernandes**

**1997**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação

**Indicadores de Qualidade de Vida:  
um estudo de caso em quatro áreas  
periféricas do DF.**

Dissertação aprovada em 08/01/1997, obtendo-se o  
grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em  
Planejamento Urbano.

**Maria Augusta Fernandes**

Orientação

**Profa. Dra. Marta Adriana Bustos Romero**

Banca Examinadora

**Prof. Dr. Frank Svensson**  
**Prof. Dr. Paulo Castilho**

**Brasília**  
**1997**

***Dedicatória***

**Aos meus pais Benedito e Luisa**

**Ao meu filho Gustavo**

**Ao meu marido Alencar**

**À minha irmã Maria Rosa**

**Aos meus amigos Fausto, Dêse, Breno,  
Cristiana e Fernanda.**

## **Agradecimentos**

À Professora Marta, mestre e amiga que orientou esta dissertação e acompanhou os primeiros passos desta pesquisa e auxiliou na estruturação dos meus ideais profissionais.

Aos professores da Pós-Graduação e aos colegas de curso, que muito contribuíram nos momentos de reflexão.

Ao pessoal de apoio da secretaria da Pós-Graduação, que foram especialmente prestativos e dedicados.

Ao Abelardo Vinagre da Silva pela sua valiosa assistência no tratamento estatístico dos dados.

Ao IBAMA que proporcionou-me a oportunidade de produzir este trabalho

À Cecília Malagutti pelas críticas construtivas à pesquisa.

Às colegas Leila Olaik Magalhães, Ana Maria R.R. de Souza e Ester Barbosa de Souza pelo fornecimento de materiais técnicos do GDF.

## Resumo

Pesquisa-se a qualidade de vida dos aglomerados urbanos do DF traduzida pelos indicadores de infra-estrutura urbana. A partir do grau de satisfação/insatisfação das comunidades desses aglomerados urbanos elaboraram-se novos indicadores da qualidade de vida.

Para a consecução dos objetivos propostos procedeu-se à revisão de literatura relativa à qualidade de vida e aos indicadores do desenvolvimento, utilizados por organismos internacionais e nacionais, e feitas considerações sobre o DF e as áreas em estudo. Fez-se uma breve análise da situação atual e da questão legal dos núcleos em estudo e o enfoque dos aspectos sócio-econômicos da violência e da concentração de renda. A pesquisa de campo teve por finalidade determinar o sentimento dessas comunidades quanto aos serviços sociais à sua disposição.

Constata-se que a infra-estrutura urbana ofertada está muito aquém da necessidade real dessas comunidades, mostrando a urgência de um eficiente planejamento das políticas públicas. Acredita-se que os novos indicadores venham a contribuir para melhorar o conhecimento da qualidade de vida e fornecer um instrumento teórico-prático para orientar melhor as ações de governo.

## **Abstract**

The quality of life of urban spaces in the Federal District (D.F.) is researched through indicators of urban infrastructure. Based on the level of satisfaction/insatisfaction of communities living in these urban spaces, new quality of life indicators were obtained.

Research encompassed a review of literature pertaining to quality of life and development indicators used by national and international organizations. Particular considerations were made about the D.F. and the study sites. A brief analysis of the actual situation and a legal question of those areas in study and the emphasis on the socio-economics aspects of violence and income concentration. Field research was carried out to determine the opinions of communities regarding existing social services.

The urban infrastructure available was found to be insufficient for the real needs of the communities, calling for urgent improvement of planning of public policies. The new indicators are believed to contribute for a better understanding of quality of life and may serve as a theoretical-practical instrument to better guide government efforts.

# Índice

<b>I.</b>	<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>II.</b>	<b>A Marginalização de um Padrão Urbano de Vida Delimitação do Objeto de Estudo</b>	<b>4</b>
<b>III.</b>	<b>Justificativa</b>	<b>8</b>
<b>IV.</b>	<b>As Formas de Aproximação ao Objeto de Estudo</b>	<b>11</b>

## **Capítulo 1. A Qualidade de Vida Urbana e os Indicadores do Desenvolvimento**

13

1.1.	Qualidade de Vida e Infra-Estrutura Urbana	13
1.2.	Indicadores do Desenvolvimento	18
	- BIRD/RDM	18
	- PNUD/RDH	19
	- HABITAT-I e II	22
	- RIO/1992	25
	- PUC/NSAS/SP/1995	26
1.3.	Considerações sobre o DF e as Áreas em Estudo	27
	- O DF e as Áreas em Estudo	27
	- Breve análise da situação atual e questões legais dos núcleos estudados	42
	- Aspectos Sócio-Econômicos:	43
	- Violência	43
	- Concentração de Renda	54
1.4.	Considerações Finais do Capítulo	62

## **Capítulo 2 - Pesquisa de Campo**

2.1.	Introdução	64
	- Aplicação do Questionário	66
	- Resultados Obtidos	67
2.2.	Observações Pessoais sobre as Áreas Pesquisadas	67
2.3.	Considerações Finais do Capítulo	70

<b>Capítulo 3 - Tratamento e Análise dos Dados</b>	<b>71</b>
3.1. Nível e Condição de Atendimento	71
3.2. Considerações Finais do Capítulo	83
<b>Capítulo 4 -Elaboração dos Indicadores de Infra-estrutura Urbana</b>	<b>85</b>
4.1. Elaboração dos Indicadores de Infra-Estrutura Urbana	85
4.2. Considerações Finais do Capítulo	88
<b>Capítulo 5 - Considerações finais</b>	<b>89</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>94</b>
<b>Anexos</b>	<b>98</b>



*“A utopia como pretexto para construir uma vida com mais qualidade, o sonho como uma forma de elevar a qualidade de vida, dos que pensam sobre ele: escrevendo ou lendo. A aventura como parte da qualidade de vida dos homens. O gosto e a prática da aventura de pensar fazem parte do que falta na qualidade de vida de um mundo onde os intelectuais acham que a história acabou. Talvez seja este o ponto de partida de reconstrução da qualidade de vida, ao menos para os que pensam.”*

*Cristóvam Buarque*

## I. Introdução

- Sabe-se que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem se caracterizado por uma profunda e perversa concentração da renda e da riqueza, o que equivale a dizer, por um quadro de permanente miséria da maioria da população. Todavia, o padrão de acumulação do capital que se implanta no modelo de desenvolvimento brasileiro, nessas últimas décadas, afeta de tal modo a condição de vida da população trabalhadora, como nunca se registrou em momentos precedentes na história do País.
- O grande desafio para o País é incorporar os milhões de excluídos ao processo de desenvolvimento e elevar o nível geral de vida de toda a população, ampliando as formas de participação política dos trabalhadores e da sociedade civil. Nosso País precisa resgatar as pessoas que nele vivem nas condições denunciadas por Jaguaribe (1986:56), onde afirma que:

*“52,5% das famílias brasileiras se encontram numa faixa que varia da estrita miséria a estrita pobreza; 27% dos brasileiros maiores de 5 anos são analfabetos; 25% da população economicamente ativa não tem emprego (13 milhões de pessoas); além disso, o Brasil detém a maior taxa de desigualdade econômica do mundo: 50,6% da renda do País vai para as mãos dos 10% mais ricos, e os 20% mais pobres recebem apenas 2% da renda nacional (essa situação é mais crítica do que a do Nepal, Quênia, Panamá e Perú)”.*

Seguindo esta linha de raciocínio, nota-se que a situação ainda não melhorou. O recente relatório divulgado pelo (PNUD/ IPEA/1996:171) aponta o Brasil dividido em:

*“três subpaíses com desenvolvimento humano bastante desigual. Os estados com melhor Índice de Desenvolvimento Humano-IDH são o Rio Grande do Sul com 0,87; o Distrito Federal com 0,85; São Paulo com 0,85; Santa Catarina com 0,84 e Rio de Janeiro com 0,83. Os cinco estados mais pobres são: Paraíba com 0,46; Alagoas com 0,50; Piauí com 0,50; Ceará com 0,59 e Maranhão com 0,51... “O perfil da privação humana no Brasil, indica que 14,3 milhões de pessoas estão sem abastecimento de água; 42,1 milhões de pessoas sem saneamento; 19,2 milhões de pessoas analfabetas; 3.705 crianças fora da escola e 339 mil subnutridos com menos de 5 anos<sup>1</sup>... “O Brasil está com o IDH em 63º lugar no mundo. Um em cada três brasileiro não têm renda suficiente para atender às necessidades tidas como básicas. São 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza no Brasil, sendo que São Paulo é o estado com maior número de pobres (5,1 milhões), seguido pela Bahia com (4,9 milhões); Minas com (4,4 milhões). Já o DF registra a menor taxa (300 mil)... “Os pobres nordestinos têm família mais numerosas, maior grau de analfabetismo (67,6% dos chefes de famílias) e muito mais crianças fora da escola (44,7%). O desemprego atinge 14% da população brasileira. Os pobres brasileiros têm algo em comum: a baixa qualidade da força de trabalho (provocada pela baixa escolaridade), a qualidade dos postos de trabalho está estritamente associada ao nível de educação formal da população.”*

---

<sup>1</sup> Perfil da privação humana. pp. 171

As estimativas do Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil-RDH, do PNUD/IPEA indicam que o PIB brasileiro crescerá 5,7% ano, em média, até 2010. O futuro seria próspero, mas não serve de nada uma economia próspera, se não houver melhor distribuição da renda e da riqueza.

- É a grande contribuição do BIRD/1995, com o seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial-RDM, que tem estimulado os diálogos internacionais em tais modelos de desenvolvimento, quando afirma que o Brasil detém o título de campeão mundial de desigualdade social: 20% dos mais ricos concentram 32 vezes mais renda do que os 20% mais pobres. Contudo, relata que a causa da alta criminalidade no País se dá por conta da imensa disparidade entre ricos e pobres, ou seja, a nível de desenvolvimento humano o Brasil está em 70º lugar no mundo.

Seguindo esta linha de raciocínio o IBGE/CENSO/1991, vem mostrar que a renda dos 20% mais pobres é 2,6%, enquanto os 10% mais ricos é 48,1%, ou seja, os 50% mais pobres recebem 12% de todos os rendimentos, os 50% mais ricos recebem 88% de todos os rendimentos, e os 53% dos ocupados ganham mensalmente 2 salários mínimos.

O processo inflacionário vivenciado nos últimos dez anos pelos brasileiros, explica boa parte da perda de poder aquisitivo dos trabalhadores e a piora evidente das condições de vida da população. Ocorrendo, num momento que se diz de forte dinamismo da economia, numa demonstração de que o aumento da riqueza não corresponde, necessariamente, uma melhoria nas condições de vida da população trabalhadora.

- Ao contrário, este postulado não encontra fundamentos no modelo de desenvolvimento brasileiro. No momento em que a economia nacional cresce a taxas superiores às de muitos países considerados desenvolvidos, a qualidade de vida do segmento da população que constitui a massa trabalhadora torna-se insuportável. Já não é, apenas, a impossibilidade de reproduzir a força de trabalho, mas a de que os indivíduos possam manter a própria existência.

Sabe-se que a política tributária e a política de proteção social são dois importantes instrumentos de ação do Estado para alterar o perfil da distribuição da renda de um país.

- A erradicação da pobreza no mundo atual parece ser projeto que se banalizou. Ninguém acredita mais nessa possibilidade. É uma utopia que passou a ser ingenuidade. Os míseros resultados do movimento iniciado no Brasil em 1993, batizado de “Ação da cidadania contra a miséria e pela vida”, coordenado por Herbert de Souza, em 1995, bem como do Programa “Comunidade Solidária”, mostram claramente que esta utopia virou sonho ingênuo. Os programas apenas sensibilizaram a sociedade para o fato de que muitos passam fome e resultaram em gestos descontínuos de distribuição de cestas alimentares, no primeiro; e geração de uns poucos empregos, no segundo. Não se realizou qualquer mudança estrutural no processo de crescimento desigual do País, muito menos reverteram-se as prioridades políticas brasileiras.

Contudo, a realidade escapa ao planejamento do poder público e cria seus próprios rumos. A população organiza formas de sobrevivência própria e nelas ganham sentido a solidariedade, a iniciativa e a criatividade como elementos que dão força a sua organização de classe. Para construir uma vida com mais qualidade, define Demo (1980:119), como ponto de partida que:

*“ a qualidade de vida é - no bom sentido uma utopia, vale sonhar ”.*

Sabemos que a formação sócio-econômica determina o modo de vida do homem num dado contexto histórico. Analisando, podemos definir o modo de vida como um sistema de traços essenciais que caracterizam a atividade dos povos, das classes, dos grupos sociais e dos indivíduos. Buarque

(1993:162), nos mostra que é possível termos uma qualidade de vida comparável mesmo até com padrões internacionais e afirma que:

*“o consumo de massa passou a ser o símbolo da utopia e padrão de medição de qualidade de vida. Ainda, mais recentemente, que a humanidade teve o sentimento de que a utopia havia chegado, ainda que não para todos. Com uma renda per capita dez vezes inferior à dos EUA e Europa, os brasileiros sabem que só é possível ter o mesmo nível de consumo de um norte-americano ou europeu se houver concentração da renda. Diante do Brasil surge a necessidade de abolir o direito à igualdade como parte de qualidade de vida, ou reinventar o conceito de qualidade de vida...“o Brasil como a civilização planetária em seu conjunto, entra na encruzilhada que representa sua atual crise”.*

Sabe-se da impossibilidade de continuar no rumo, mas a sociedade não dispõe de outra proposta que signifique elevar sua qualidade de vida. O autor vem mostrar que o primeiro passo é modernizar o conceito de qualidade de vida e, em consequência, o rumo da sociedade. O processo de modernização criou uma hierarquia pela qual a técnica passou a ser o objeto central que definia a qualidade de vida e a racionalidade econômica foi subordinada aos objetivos da técnica.

¶ Para isto, continua o autor, os objetivos sociais ficaram secundários; e os valores éticos foram abandonados. Se houvesse uma política consistente de descentralização industrial, capaz de trazer para o interior do país condições efetivas de emprego e renda, poderíamos ter uma qualidade de vida melhor.

Deste modo, precisamos ter em mente que a qualidade do espaço vivido, passa não apenas pelas suas condições materiais, mas sim, pela construção de representações que constituem uma forma de apropriação e apreensão simbólica deste espaço, nas quais a experiência da cidadania desempenha um papel central.

Nesta discussão de qualidade de vida um dos maiores problemas é que a qualidade do espaço urbano depende em grande parte dos projetistas e da política local.

Surge a preocupação a nível internacional com a difícil condição que os países periféricos enfrentam, e a partir daí, inicia-se estudos dessas organizações internacionais e as nacionais, apresentando formulações novas e possíveis soluções, promovendo uma abertura na análise dos problemas sócio-econômicos desses países e ainda, permitindo uma visão para possíveis saídas que virão promover a qualidade de vida das pessoas. **Essas organizações trabalham com indicadores que são designados a criar uma base quantitativa e comparativa na tentativa de oferecer saídas aos problemas.** Eles permitem uma visão geral a serem obtidas pelas cidades (órgãos públicos) e setores de apoio (organizações comunitárias, ONG's e empresários), os quais, com outros indicadores que devem ser escolhidos pelos países, de tal forma que concretizem os seus objetivos de desenvolvimento humano e venha mostrar rumos para o progresso.

Serviços de infra-estrutura vem ajudar os menos favorecidos e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Água potável e saneamento, recursos não poluídos nas fontes, destinação de lixo sólido, melhores manejo do tráfego de áreas urbanas provém benefícios ambientais para a melhoria de todos os grupos. Os pobres seriam os mais beneficiados dos serviços de infra-estrutura porque os pobres estão concentrados em assentamentos sujeitos a condições insalubres, emissão de gases e riscos de acidentes. E, em muitas cidades de crescimento rápido, a expansão da infra-estrutura é deixada para atrás do crescimento da população, geralmente causando a deterioração ambiental local.

Sabe-se que nos países periféricos, os governos estaduais praticamente financiam toda a infra-estrutura, primeiramente, porque ela produz características e interesses públicos. Mas, investimentos em infra-estrutura tem sido mal-allocados para novos investimentos, não suficientes na manutenção, pouca prioridade em projetos pequenos, nem para serviços essenciais. Os usuários da infra-estrutura - ambos atual e potencial - não são bem posicionados para fazer suas demandas caírem.

Quando não há consenso da magnitude ou da natureza exata do impacto da infra-estrutura no crescimento, muitos estudos sobre este tópico tem concluído que **toda a infra-estrutura é substancial ao crescimento**, significante e frequentemente maior do que o investimento em outra forma de capital. Ainda, a indicação de dados são sugestivos, há a necessidade em explicar porque varia de um estudo para outro. Até que este problema não seja resolvido, os resultados não são específicos nem sólidos, o suficiente, para servir como base para o planejamento de políticas de investimentos de infra-estrutura.

É necessário tornar as cidades lugares mais seguros e limpos. É, também, entender que somente um planejamento adequado impedirá a utilização incontrolada da terra e da água em nosso Planeta. Não são poucas as dificuldades institucionais para a materialização de um novo estilo de desenvolvimento, sustentável, no Brasil. Guimarães, (1992:23), afirma que:

*“A partir de meados da década passada o país conheceu oito planos de estabilização, a moeda trocou a sua denominação em quatro oportunidades, a política cambial sofreu dezoito alterações, foram tentadas praticamente sessenta políticas de preços distintas, e o número de políticas salariais já se aproxima de vinte”.*

¶ Para um país com um quadro de instabilidade político-institucional tão pronunciado como o Brasil, a busca de um novo padrão de desenvolvimento industrial e agrícola não deixa de ser um exercício que exige ousadia e imaginação criadora das elites econômicas, dos dirigentes políticos, da classe trabalhadora e da população em seu conjunto.

## II. A Marginalização de um Padrão Urbano de Vida. Delimitação do Objeto de Estudo.

Essa tendência à urbanização vem acompanhada de uma outra - a marginalização de toda ordem em relação a um padrão urbano de vida. Esse paradoxo se faz sentir mais acentuadamente nos países de periferia, que abrigam 75% da população mundial, com parte significativa de seus habitantes urbanos vivendo em situação de marginalidade psicossocial, cultural e aglomerados em favelas.

No Brasil, o IBGE/CENSO/1991, mostrou que a população urbana é da ordem de 75%, com aproximadamente 36 milhões de pessoas vivendo em favelas. Esse quadro vem se agravar ainda mais no DF, onde 98% dos seus habitantes se encontram na zona urbana. Esta, talvez, seja a mais crítica das questões populacionais. Os migrantes, em geral de valores e hábitos rurais, tendem a formar comunidades urbanas marginais, ou seja, comunidades que contribuem de modo significativo para as transformações sócio-econômicas e culturais da realidade urbana, sem, contudo, compartilhar plenamente dos valores e benefícios materiais da cidade.

**Sabe-se que a qualidade de vida é um fenômeno complexo que pode ter significados distintos para diferentes indivíduos. O conceito de qualidade de vida depende basicamente do padrão de vida e do modo como várias necessidades do ser humano são atendidas em uma**

**determinada sociedade.** Estudos apontam que a qualidade de vida pode ser realizada a partir de certos indicadores urbanos, e neste estudo específico, pelo enfoque da infra-estrutura urbana. Esta qualidade de vida será buscada através desses indicadores utilizados para distinguir o nível de bem-estar e o nível de vida dos indivíduos, sendo necessário portanto, a percepção de como ela está sendo construída. O presente estudo insere-se no quadro antes construído. Assim, para tratar estes indicadores escolhemos alguns aglomerados urbanos do DF, mais especificamente na periferia do Plano Piloto, onde a questão da segregação, da exclusão e da territorialização da desigualdade tem se materializado.

Procurou-se trabalhar nesta pesquisa com o grau de satisfação/insatisfação das pessoas que vivem nessas áreas em estudo, ou seja, levantar o porcentual da população satisfeita/insatisfeita com os serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos, nos seus sub-sistemas de água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, transporte coletivo, rede viária, resíduos sólidos (lixo) e comunicação à sua disposição. Sendo assim, o estudo pretende trabalhar esse conceito de qualidade de vida traduzido pelos indicadores acima mencionados, tendo em vista as relações destes serviços com o bem-estar dessas pessoas.

A partir de 1959, as áreas residenciais urbanas do DF vêm se redistribuindo em um conjunto de localidades dispersas, denominadas Cidades Satélites. Sabe-se que a população urbana periférica do DF não só compartilha número insuficiente de habitações, na forma de barracos de áreas mínimas, em conjuntos habitacionais da SHIS ou em áreas residenciais sublocadas. Segundo Paviani (1989:63):

*“uma especificidade de Brasília reside no fato de se constituir em uma cidade polinucleada, com largos espaços não-ocupados, uma verdadeira constelação urbana, derivada de uma periferação planejada. Ao contrário das demais metrópoles que foram agregando bairros, subúrbios, comurbando-se com municípios vizinhos, transformando-se um único tecido metropolitano. Brasília planejou o espaçamento entre os núcleos, tentando fugir à comurbação e ao emaranhado das cidades ditas tradicionais”.*

Mas, por trás desta periferação, medida por distâncias ou por espaçamentos geográficos, há outra, a social. Nesta periferia, os fatos se complicam por insuficiências várias, seja no setor de saúde pública, escolas, infra-estrutura e equipamentos urbanos, lazer, oferta de bens e serviços, seja até na oferta de empregos. As localidades servem muitas vezes somente de dormitórios, onde a vida urbana não se materializa em seu todo, onde a dependência em relação a Brasília é evidente.

Importante ressaltar a forma acelerada como se deu o agravamento dessa situação nos últimos anos, impulsionada pela passividade dos governos anteriores e a utilização populista-eleitoreira da política de criação dos assentamentos para baixa-renda. Esta política foi importante instrumento de regulação do Estado. A propriedade pública da terra para expansão urbana no governo anterior, promoveu a criação de assentamentos desprovidos ou com insuficiente infra-estrutura e equipamentos urbanos básicos, muitas vezes, incompatíveis com o Plano Diretor de Organização Territorial-PDOT/1992.

Vale ressaltar que da forma como se estrutura o DF, pode-se prever um incremento das desigualdades sócio-econômicas, a se manter o esquema de iniquidade na distribuição dos bens socialmente produzidos. Para minorar o problema dos excluídos, as decisões políticas não devem ignorar a questão espacial, mesmo admitindo-se que o espaço possa encobrir a injustiça em nossa estrutura social.

Sabe-se que a estreita relação entre a insuficiência de acesso a bens e serviços públicos e a má qualidade de vida urbana, especificamente a serviços básicos como os de infra-estrutura e equipamentos urbanos comprometem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A ausência ou a falta de infra-estrutura urbana aprisiona os menos favorecidos na subalternidade, favorecendo a exclusão social e reiterando a condição de vida marcada pela miséria. Dificulta a participação do exercício pleno da cidadania. Cidadania esta que faz apelo a destinos e projetos, historicamente compartilhados, a processos de conquistas coletivas e à igualdade, baseado na concepção da universalidade, cujo fundamento é o direito a ter direito.

### a) Qualidade de Vida

O conceito de qualidade de vida deve ser abordado tanto de uma forma negativa, como positiva, com a finalidade de poder diferenciá-lo mais facilmente das noções sobre crescimento e desenvolvimento. Destacam-se no sentido positivo, basicamente, três dimensões: considerar o valor que implicam os conceitos culturais, não materiais; levar em conta o materialismo que implicam os elementos materiais necessários a manutenção da vida; e, vincular os modelos estruturais, globais, nacionais e locais definidos para relacionar a família e o bem-estar individual com os sistemas da sociedade, para a produção de cultura e dos bens materiais. No sentido negativo, seria o indivíduo ser privado dos direitos universais.

O estudo de qualidade de vida se mostra fundamental, uma vez que o conceito de qualidade de vida pode constituir-se em categoria fundamental do ser, determinante da sua substância, como as outras demais categorias: quantidade, tempo, local, situação, hábito, ação, paixão e relação. **Neste sentido, a qualidade de vida é algo acrescentado ao ser humano, que lhe permite usufruir as atividades que lhe dá motivo de prazer, estímulo, força, ânimo, entusiasmo e vitalidade de participação na vida comunitária.** Tais atributos não são essenciais para o ser, porém, na realidade concreta, são inseparáveis e indispensáveis para a existência como cidadão. Souza (1982:15), ao analisar a questão da qualidade de vida, afirma em um plano geral, que o conceito abrange tanto:

*“a distribuição dos bens de cidadania - os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais - quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social”.*

Sabe-se que a qualidade de vida é o somatório de todos os fatores positivos, ou ao menos, de parte significativa dos mesmos, que determinado meio reúne para a vida humana em consequência da interação Sociedade-Meio Ambiente, e que atinge a vida como fato biológico, de modo a atender as suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices adequados ao nível qualitativo da vida que se leva e do meio que a envolve.

É de se notar que esse conceito requer implicitamente uma conotação positiva, como ao se falar de qualidade de vida ela devesse ser necessariamente boa e corresponder as aspirações universais. Decorre, naturalmente que qualidade de vida venha a traduzir expectativas, uma exigência sentida e indissociável de índices positivos e sempre crescentes para melhorar as condições de convívio social da sociedade.

Constata-se que, para a maioria dos excluídos, o progresso e o avanço da tecnologia em pouco tem melhorado o modo de vida, ocorrendo na maior parte das vezes o seu distanciamento da sociedade. Estes aspectos sendo falhos, podem afetar o melhor usufruto da população no exercício pleno de sua cidadania.

Não precisamos mudar o nível de renda e a classe social dos indivíduos para termos qualidade de vida. Seria oferecer os serviços públicos essenciais a todos os cidadãos.

## **b) Qualidade de Vida e a Infra-Estrutura Urbana**

O estudo de indicadores da qualidade de vida urbana é substancial para a orientação das autoridades em seus esforços de promover a melhoria do padrão de vida dos aglomerados urbanos. Constatou-se que a infra-estrutura ofertada a essa camada da população está muito aquém da demanda real, de modo que é premente a realização de um melhor planejamento das ações governamentais. Assim sendo, procurou-se neste estudo elaborar indicadores que possam orientar melhor as autoridades governamentais e contribuir para estudos técnicos e acadêmicos, beneficiando essas comunidades mais carentes.

O espaço urbano não se constitui apenas pela tradicional combinação de áreas edificadas e áreas livres, intimamente relacionadas entre si ou fragmentadas e incoerentes. Do espaço urbano também fazem parte as redes de infra-estrutura que possibilita seu uso e, de acordo com sua concepção, se transformam em elemento de associação entre a forma, a função e a estrutura.

A infra-estrutura urbana compreende a rede física de tubulações de água e esgoto, estações de tratamento de água, esgoto e lixo, a rede viária, a energia elétrica, a drenagem pluvial, o transporte coletivo e a comunicação.

Sabe-se que os assentamentos urbanos, espontâneos ou não, vêm resolvendo seus problemas de infra-estrutura, adotando as tecnologias ao seu alcance. Promover a acessibilidade aos indivíduos e melhorar as ofertas na qualidade destes serviços é um desafio que enfrentam os planejadores urbanos, técnicos do governo, estudiosos da área e lideranças comunitárias.

## **c) Indicadores do Desenvolvimento**

O estudo de indicadores para o desenvolvimento vem sendo elaborado por diversos organismos internacionais e nacionais na busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas no mundo. Para tanto, tomamos por base os estudos do BIRD/RDM, PNUD/RDH, PNUD/IPEA, HABITAT-I e II, PUC/NSAS/SP/1995, IBGE (CENSO, PNAD) e GDF (CODEPLAN e SEPLAN). O estudo de indicadores é um campo que vem sendo aperfeiçoado dia-a-dia pelos organismos internacionais e nacionais.

Do ponto de vista do índice de renda para avaliar o desenvolvimento humano, muito mais importante do que o nível da renda média de um país é o seu desempenho no que se refere aos indicadores de distribuição e pobreza.

Günther (1991:1), em sua série de estudos empíricos sobre qualidade de habitação, trabalho, recreação e transportes em Brasília, bem como, a tentativa de testar a coleta de dados via questionários através de correio, mostra que este estudo vem descaracterizar uma falácia popular de que em Brasília as pessoas não são felizes e desta forma, contribuir na melhoria da compreensão da cidade, quando afirma que:

*“Enquanto este achado não significa necessariamente que Brasília é uma cidade de “pessoas felizes” (Niemeyer), contradiz algumas das avaliações negativas, impressionistas... Assim, é notável que nem os planejadores e arquitetos, nem os críticos tenham perguntado o que aqueles que*



*eventualmente iriam viver nesta cidade teriam a dizer sobre estes aspectos da qualidade de vida em Brasília”.*

A inadequação de indicadores sociais, e mais especificamente, os de infra-estrutura urbana, impedem que se trate cientificamente o problema de qualidade de vida no Brasil. Problema tão mais grave quanto maior a demanda do nosso País.

Essa questão dificulta principalmente a ação do Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, que não saberão avaliar corretamente a premência das áreas de atuação.

Daí, o nosso propósito em comprovarmos que os indicadores atuais não são satisfatórios para atingir a qualidade de vida, deste modo, partiremos do estudo dos sub-sistemas de infra-estrutura urbana nas cidades satélites do Núcleo Bandeirante, da Metropolitana, da Candangolândia e do Riacho Fundo.

Pode-se afirmar que os aglomerados urbanos do Núcleo Bandeirante, da Metropolitana, da Candangolândia e do Riacho Fundo, em confronto com o Plano Piloto, podem ser vistos como o seu modelo empobrecido, tendo em vista a própria concepção urbanística das cidades, onde a equidistância ao acesso dos serviços básicos não estão a contento desses moradores, bem como, a configuração urbana que se deu de forma pouco eficiente, o baixo nível de renda e a falta de opção de emprego, vêm interferindo particularmente na qualidade de vida destes.

### **III. Justificativa**

**O estudo de indicadores de infra-estrutura urbana é substancial para contribuir à melhoria do padrão de vida da população urbana.** Constata-se que, a infra-estrutura urbana ofertada a essa camada da população está muito aquém da real demanda, de modo, que é premente a realização de um planejamento de políticas governamentais. Assim sendo, procuramos neste estudo elaborar indicadores que venham contribuir para a melhoria o conhecimento da qualidade de vida urbana e propiciar instrumental teórico-prático para balizar e orientar as ações de Governo, os estudos acadêmicos e técnicos e as lideranças comunitárias.

O discurso e a prática dos governos ficam frequentemente muito distante da realidade. Na “Mensagem do Governador”<sup>2</sup>, no dia de sua posse, foram prometidas várias medidas de melhoria da situação sócio-econômica da população do Distrito Federal. Anunciou-se as prioridades do seu Governo:

- **a educação total de qualidade para todos;**
- **a valorização da vida:** um sistema completo de apoio à saúde de cada cidadão, implicando na adoção de cuidados especiais com o meio ambiente, com o saneamento, com a qualidade da água e com o lazer;
- **segurança para todos:** através de um programa consistente de segurança;
- **endereço limpo para todos:** Brasília com teto, com saneamento, com coleta e tratamento de lixo;
- **o acesso e a distribuição da renda, da propriedade e de todos os benefícios sociais, culturais e econômicos;** e

<sup>2</sup> Cristóvam Buarque. 15/03/1995

- a descentralização do DF, mais cidades e menos satélites: onde a distribuição espacial da qualidade de vida, da produção, do emprego, da cultura, da educação em todos os níveis.

Deste modo, até o final do seu Governo, propõem-se implementar a infra-estrutura urbana básica apoiado nas diretrizes globais e setoriais beneficiando a todos os habitantes do DF, tendo como propósito a **justa distribuição espacial da qualidade de vida, da produção, do emprego, da cultura e da educação, em todos os seus níveis.**

Constata-se deste modo que os documentos oficiais do governo informam a existência e a implementação de infra-estrutura nesses aglomerados urbanos do DF. Passa-se a idéia de que a comunidade está recebendo os serviços e nos deparamos com notícias diárias da cidade nos jornais, rádios e reivindicações por parte de entidades de moradores e cidadãos, que reclamam da qualidade e da quantidade da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos oferecidos a eles.

Apresenta-se a seguir os dados oficiais sobre a infra-estrutura e equipamentos urbanos existentes nesses aglomerados urbanos em estudo<sup>3</sup>:

Quadro nº 1. Dados sobre Infra-estrutura do Governo do DF

<b>Infra-estrutura existente</b>	<b>N.Band. e Metr. %</b>	<b>Candang. %</b>	<b>R. Fundo %</b>
pop. abast. c/ água potável	100	100	100
pop. benef. c/ en. elétrica	100	100	100
iluminação pública	90	77	68
pop. abast. c/ esgoto sanit.	86	100	-
vias asfaltadas	78	77	74
vias c/ meio-fio	32	58	32
redes de águas pluviais	20	78	-

Quadro nº 2. Dados sobre Equipamentos Urbanos do Governo do DF (a)

<b>Equip. Urb. previstos</b>	<b>N.B. e Metr.* %</b>	<b>Candang.** %</b>	<b>R. Fundo*** %</b>
quadras de esporte	12	03	01
posto policial	05	-	-
estab. ens. part.(creche, jardim e 1 e 2º grau)	04	-	-
escolas classes (1º grau)	03	02	01
praças	02	01	-
jardim inf. e creche	01	-	-
CAIC	01	-	-
centro de ens. (1º grau)	01	-	01
centro ens. (jard.1º grau)	01	-	-
centro ed. (1 e 2º graus)	01	01	-
posto de saúde	01	-	-
delegacia	01	-	-
companhia reg. de incêndio	01	-	01
terminal rodoviário	01	-	-
estab. ens. part. conv. GDF (jard. e 1º grau)	01	-	-

<sup>3</sup> Documentos obtidos nas RA's e SEPLAN/GDF, maio de 1996

administração regional	01	-	01
centro desenv. social	01	-	-
feira permanente	01	-	-
companhia ind. PM	01	-	-
escola classe (jard. e 1º gr.)	-	01	-
escola classe 2º grau	-	01	-
centro de saúde	-	01	01
postos de policiais	-	01	01
centro comunitário	-	01	01
centro esportivo	-	01	-
companhia pol. florestal	-	01	-
posto do SINE	-	-	01

\* 83% já estão instalados; \*\* 70% já estão instalados; \*\*\* 28% já estão instalados.

(a) dados oficiais.

Quadro nº 3. Dados oficiais da SSP do Governo do DF

Equip. Urbanos*	N.B. e M.	Candang.	R. Fundo
postos pol. militares	13	03	01
delegacia	01	-	-
comp. pol. militar	01	-	-
comp. bombeiro	01	-	-

\* Secretaria Segurança Pública do DF/1995

Quadro nº4. Dados oficiais do DMTU do DF

Transp. Colet.	DF	N.B. e M.	Candang.	R.Fundo
linhas de ônibus	-	20	04	23
pontos de paradas	2.300	81	38	20
abrigos tipo C	-	42	30	13

\* concreto. c/ paredes. teto e base<sup>4</sup>.

Constatou-se que dos dados oficiais obtidos nas RA's e SEPLAN não são uniformes. Para a SEPLAN, CAESB e CEB<sup>5</sup> temos um dado e para as Regiões Administrativas-RA's outro, daí fez-se aqui a opção de trabalhar com os dados oficiais das RA's, já que elas estão vivenciando, mais de uma forma próxima, o dia-a-dia do trabalho administrativo nessas comunidades.

No que se refere à área de segurança pública, há também divergências nas informações oficiais<sup>6</sup> Conforme as informações do GDF, ainda ocorre a falta de uniformidade dos dados oficiais das RA's, da SEPLAN e do Instituto de Planejamento do Distrito Federal-IPDF, em virtude das previsões e conclusões das obras terem ocorrido no Governo anterior, quando não havia troca suficiente de informações, sendo que, hoje existe um forte empenho dessas áreas no sentido de compatibilizar os dados sobre as obras já executadas e as previstas. Procuram, ainda, atender aos pedidos retirados nas decisões finais do Orçamento Participativo que vem ocorrendo anualmente.

<sup>4</sup> DMTU, dados de hoje. custaria R\$ 6 mil reais a unidade. Tem licitação para mais 600 abrigos que sairiam em R\$ 4 mil reais a unidade. Seriam 24 no Núcleo Bandeirante; 02 em Candangolândia e 08 no Riacho Fundo.

<sup>5</sup> Núcleo Bandeirante. Candangolândia e Riacho Fundo, dados respectivos. 64%. 100% e 0% de esgoto: 99%. 100% e 77% de abastecimento d'água; 20% . 70% e 1% água pluvial: 95%. 100% e 74% de pavimentação: 20%. 75% e 2% de meio-fio:96%. 100% e 43% distribuição energia urbana e 90%. 77% e 65% iluminação pública.

<sup>6</sup> SSP/1995. dados do Núcleo Bandeirante= 13 postos pol. militares. 1 delegacia. 1 companhia de polícia militar e 1 companhia de bombeiro: Candangolândia= 3 postos pol. mil. e Riacho Fundo= 1 posto pol. mil.

Portanto, sendo os dados oficiais diferentes, corre-se o risco de a realidade ser uma coisa e o que dizem os dados oficiais, outra, dificultando o entendimento da verdadeira situação das comunidades, podendo contribuir para retardar a adoção de medidas corretivas dos problemas.

Neste contexto, tornou-se imprescindível a realização deste estudo em Brasília, principalmente nesses aglomerados urbanos, dado que o contingente populacional extrapolou os números esperados e ordenar o espaço físico e humano é função primordial de um planejamento urbano eficiente e eficaz. É de vital relevância a elaboração de indicadores de qualidade de vida urbana de forma a contribuir na identificação dos problemas, anseios, necessidades e percepções que essas populações vivenciam.

Deste modo, identificar indicadores que melhor refletem o que seria a qualidade de vida desses aglomerados urbanos foi o que motivou este trabalho e pode tornar-se relevante no sentido de promover o bem-estar desses cidadãos. Ainda mais hoje, quando temos meios e apoio de instrumentais técnicos que podem nos ajudar a equacionar problemas que poderiam ser antes de difícil solução. Esta pesquisa teve o propósito de captar o grau de satisfação/insatisfação dessas comunidades em relação à infra-estrutura urbana à sua disposição.

#### **IV. As Formas de Aproximação ao Objeto deste Estudo**

Para atingir o propósito do trabalho de aprimorar a qualidade de vida, buscar-se-á uma base conceitual nas referências bibliográficas. A seguir, realizar-se-á coletas de dados e informações técnicas nas instituições governamentais e privadas. Serão aplicados questionários/entrevistas junto às comunidades devidamente selecionadas. Assim, serão elaborados novos indicadores de infra-estrutura urbana de forma que possam contribuir no fornecimento de instrumental teórico-prático para balizar e orientar as ações de governo, estudos acadêmicos e técnicos e as lideranças comunitárias.

Serão pesquisados jornais, relatórios e estudos diversos, como: Cristovam Buarque, Aldo Paviani, Juan Luis Mascaró, Jeremy Rifkin, Dowell Myers, Eamonn Judge, Robert Levine, Glenn C. Blomquist, James D. Burnell, V. Krapivine, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, PUC/1995, PNUD, IPEA, IBGE, CODEPLAN,

Na coleta de dados utilizar-se-á as seguintes estratégias de pesquisa: fontes primárias (questionários/entrevistas e observação) e fontes secundárias: (dados do GDF: CODEPLAN, SEPLAN e IPDF; IBGE: PNAD e CENSO).

No que se refere às informações relativas à população e mapas em geral, serão obtidos nos mais diferentes órgãos: do Governo Federal e do Distrito Federal (IPEA, IBGE, GDF: IPDF, CODEPLAN); e internacionais (BIRD e PNUD), bem como, notícias de jornais da cidade<sup>7</sup>. Todas as informações coletadas serão analisadas e interpretadas.

Na trajetória desta investigação buscar-se-á principalmente examinar a visão dessas comunidades da periferia do DF, com enfoque nos sub-sistemas da infra-estrutura urbana (água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, pavimentação, transportes, resíduos sólidos (lixo) e comunicação). Realizar-

---

<sup>7</sup> A mestrandia vem pesquisando notícias diárias dos jornais (C. Braziliense e Folha de São Paulo), desde janeiro de 1995. Quanto ao C. Braz., acompanhou-se as cartas dos leitores para a coluna "Grita Geral".

se-á uma pesquisa de opinião dessas comunidades, no sentido de averiguar se estão ou não satisfeitas com a qualidade da infra-estrutura urbana oferecida.

Os sub-sistemas mencionados serão pesquisados mediante questionários/entrevistas de opinião dessas comunidades, bem como, observação por parte da pesquisadora nas áreas em questão.

A seleção da amostra se dará de forma aleatória aplicando-se questionários às donas de casa, aos líderes comunitários, aos comerciantes, aos estudantes, aos feirantes, aos trabalhadores, aos aposentados e aos desempregados.

Através do questionário buscar-se-á obter informações sobre a infra-estrutura urbana à disposição da população. A concepção do roteiro da entrevista possibilitará coletar as informações necessárias para melhor entender a opinião dessas comunidades relativos a infra-estrutura urbana. Pretende-se através do questionário levantar os problemas relativos aos sub-sistemas de infra-estrutura urbana, vividos por essas comunidades em estudo para medir a sua qualidade de vida. Na aplicação do questionário utilizar-se-á a função argumentativa dando relevo e conteúdo social às interpretações. O questionário inicial poderá ser modificado caso perceba-se a necessidade em aprimorar sua formulação.

A análise e a interpretação dos resultados possibilitará indicações de respostas aos problemas de infra-estrutura urbana. As perguntas foram dirigidas para saber como chegam os serviços de abastecimento de água, da rede de esgoto, da drenagem pluvial, da rede de energia elétrica, dos transportes coletivos, da pavimentação e da comunicação. Será feito o tabelamento das respostas obtidas para todos os itens estudados. Esses dados ao serem tratados e organizados em quadros, permitirão avaliar a opinião dessas comunidades a respeito dos bens e serviços públicos à sua disposição.

Na interpretação dos dados buscar-se-á mostrar que os indicadores atuais utilizados para medir a qualidade de vida urbana não são satisfatórios. Parte da constatação de que existe uma insatisfação da população em relação aos serviços públicos. O método aqui utilizado procurará quantificar este nível de insatisfação (em porcentagem), permitindo um juízo de valor a respeito da qualidade de vida dessas comunidades. Estes dados serão organizados em tabela e apresentados em gráficos, visando facilitar a compreensão das conclusões obtidas. Pretende-se para tanto utilizar o software (excel).

Este trabalho constará de cinco capítulos, tendo a introdução, a marginalização de um padrão urbano de vida: delimitação do objeto de estudo, a justificativa e as formas de aproximação do objeto de estudo, bem como as limitações do trabalho e as definições dos termos. No primeiro capítulo, será realizado a revisão de literatura relativa a qualidade de vida e os indicadores do desenvolvimento, sendo sub-divididos em: a qualidade de vida e a infra-estrutura urbana; indicadores do desenvolvimento, pelos organismos internacionais e nacionais: ONU (PNUD, PNUD/IPEA, HABITAT I e II, RIO/1992), BIRD, PUC, IPEA, IBGE, GDF (CODEPLAN E SEPLAN); considerações sobre o DF e as áreas em estudo; uma breve análise da situação atual e a questão legal dos núcleos em estudo e os aspectos sócio-econômicos: a violência e a concentração de renda. No segundo capítulo, será feita a pesquisa de campo tendo por finalidade relatar como foi elaborado o questionário, sua aplicação, os resultados obtidos e a observação de campo. No terceiro, far-se-á o tratamento e a análise dos dados, apresentando o nível e a condição de atendimento dos sub-sistemas de infra-estrutura urbana. No quarto, será realizada a elaboração dos indicadores de infra-estrutura urbana e no sexto, e último capítulo, as considerações finais.

## Capítulo 1

### A Qualidade de Vida e os Indicadores do Desenvolvimento

Neste capítulo apresentar-se-á os estudos que constituem o quadro teórico, arcabouço desta pesquisa. Procurar-se-á analisar a qualidade de vida e a infra-estrutura urbana; os indicadores do desenvolvimento, representados pelos organismos internacionais e nacionais: Banco Mundial-BIRD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Conferências das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos-HABITAT I e II, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento-RIO/1992, Pontifícia Universidade Católica-PUC/Núcleo de Estudos da Seguridade e Assistência Social-NSAS/São Paulo-SP/1995, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e Governo do Distrito Federal-GDF (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN e Secretaria de Planejamento-SEPLAN), considerações sobre o Distrito Federal e as áreas em estudo; uma breve análise da situação atual e a questão legal dos núcleos em estudo e os aspectos sócio-econômicos: a violência e a concentração de renda.

#### 1.1. Qualidade de Vida e a Infra-Estrutura Urbana

Este estudo da qualidade de vida e da infra-estrutura urbana tomou por base os trabalhos de Romero (1994), Mascaró (1987), Krapivine (1986) e Svensson (1994).

Neste sentido, Romero (1994)<sup>8</sup> abordava que deve-se respeitar e buscar propiciar no ato da criação de novos assentamentos, os espaços mais humanizados. Humanizar envolve, segundo a professora, a paisagem, a defesa da cultura e dos direitos da cidadania. Enfatizava que:

*“a infra-estrutura urbana pode ser um elemento desestabilizador da cidade se ela não for resolvida e pode ainda, causar a desestruturação da população.”*

Mascaró (1987:21) afirma que as redes de infra-estrutura urbana:

*“constituem um sistema harmônico, devem ser concebidas como tal, ou seja, como um conjunto de elementos articulados entre si e com o espaço urbano que as contenha. Mas este conceito é muito pouco usado pelas empresas de serviços públicos, cuja desarticulação é total e se traduz em uma séria desordem do subsolo urbano, acarretando maiores custos de operação e dificultando as necessárias renovações e ampliações próprias de cada rede.”*

Um dos grandes problemas que Mascaró argumenta em relação a qualidade da urbanização, seria que a qualidade do espaço urbano e, conseqüentemente, a qualidade de vida dentro dele, dependem fundamentalmente da competência dos projetistas.

**A noção de qualidade seria equivalente ao sentimento de satisfação em que a pessoa estaria logrando, de forma que seu bem-estar estivesse garantido. A felicidade, o prazer e a satisfação fazem parte central desta aproximação, sendo que elas não devem ser consideradas como um estado momentâneo, senão como algo perdurável. Essa abordagem é, entretanto, questionável. A qualidade de vida não deveria ser vista como algo uniforme, e sim, dever-se-ia reconhecer que ela pode ser alcançada de diferentes formas e caminhos.**

<sup>8</sup> Notas de aula, segundo semestre de 1994

A qualidade de vida também pode ser vista a partir da totalidade das condições nas quais as pessoas vivem, considerando os fatos objetivos sobre a realidade e condições da vida do grupo.

Dai, podemos observar que o conceito de qualidade de vida está além de conceitos como bem-estar e nível de vida, sendo que estes constituiriam meios ou modos muito importantes para buscar essa qualidade. Distingue-se, neste momento, os elementos econômicos e sócio-culturais que deveriam estar presentes em cada grupo populacional e na sociedade como um todo, para que cada pessoa busque desenvolver-se de forma integral, participar ativamente na sociedade e chegar a ser gente.

A qualidade de vida é um conjunto de índices quantitativos do estado do meio ambiente e da sua influência sobre o homem. Os aspectos qualitativos e quantitativos entrelaçam-se de uma maneira dialética no desenvolvimento do modo de vida. Não pode haver qualidade sem quantidade. Enquanto que o aspecto qualitativo se traduz pelo regime sócio-político, o aspecto quantitativo exprime-se pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e pelo nível de consumo determinado pelo primeiro.

Sabe-se que o modo de vida e o nível de vida não exprimem simplesmente o aspecto qualitativo e quantitativo da vida. O nível de vida e o modo de vida estão longe de se reduzirem ao bem-estar. O nível de vida pode ser compreendido como a unidade da qualidade e da quantidade e não apenas como característica do aspecto qualitativo da atividade do homem.

O modo de vida está ligado ao modo de produção dos bens materiais. Determinado pela posição do homem em relação à natureza; do nível tecnológico e da produtividade do trabalho; pelo caráter das relações de produção; pelo regime econômico da sociedade e por todo sistema de relação de produção.

Não restam dúvidas de que a atividade do homem é determinada pelas condições materiais e sociais de vida. O modo de vida é inseparável do caráter da comunicação entre os homens e, por conseguinte, do caráter das relações sociais. Exemplificando, o grau de satisfação com o trabalho é muito importante para compreendermos o modo de vida. Este grau depende não só do caráter e do conteúdo do trabalho do indivíduo ou do grupo, mas também da medida em que estão desenvolvidas as necessidades de um tipo mais evoluído de trabalho (devemos ter cuidado porque o grau de satisfação não pode, por si, servir de índice objetivo, porque fixa, através do prisma da consciência, apenas a correlação entre a necessidade e a sua satisfação).

Krapívine (1986:56), reforça a idéia de que o homem está intimamente ligado ao mundo exterior e, assim, a sua preocupação em esclarecer a dinâmica da sociedade, quando afirma que:

*“a teoria do conhecimento do materialismo dialético baseia-se no postulado que o mundo externo existe objetivamente e é refletido no cérebro do homem. Isto significa que os objetos e fenômenos da realidade atuam sobre os órgãos dos sentidos e provocam sensações e representações correspondentes, com base nas quais se elaboram os conceitos. Portanto, o mundo exterior é a fonte dos nossos conhecimentos”.*

Para Svensson (1994)<sup>9</sup>, o conceito de classe social está ligado a qualidade de vida:

---

<sup>9</sup> Notas de aula. 1994

*“é preciso ligar os conceitos de: modo de vida e o modo de produção. Para entender uma cidade devemos chegar a particularidade do modo de vida, pois, sem saber como estão sendo resolvidas as fontes de trabalho, a reprodução do trabalho, os valores humanistas puros, como circula o transporte - tudo tem uma base econômica. Há parte esquemática, isto é, um processo dialético: a infra-estrutura e a super estrutura (ir e vir) ”.*

Os desafios que se apresentam aos países periféricos quanto o conceito de qualidade de vida são muito importantes, frente as características e situações acima levantadas. No entanto, essa qualidade de vida pode ser alcançada e aprofundada, a partir de nossas referências históricas e culturais e não da noção de consumismo que, progressivamente, nos foi vendida através dos avanços da industrialização e do desenvolvimento das comunicações.

Desse modo, constatamos que a harmonia da sociedade e a compreensão universal demandam respeito pela diversidade cultural. Esses dois requisitos são interligados, pois na diversidade cultural encontram-se as reservas acumuladas de respostas do ambiente apreendidas pela humanidade e que tornam a coexistência e o auto-conhecimento possíveis.

Há necessidade de reconhecimento da complementaridade natureza/homem. Mesmo reconhecendo a importância das tecnologias avançadas, aspectos inestimáveis das culturas tradicionais oferecem uma importante mensagem, tanto no dia-a-dia, quanto para o futuro.

Novas tecnologias, particularmente a biotecnologia e a tecnologia da informação estão hoje predestinadas a causar um impacto maior e mais permanente que todas as tecnologias industriais anteriores. E, portanto, requerem uma postura ética particular de modo que sua adaptação e presença não venham a contribuir para a eliminação perversa de dois recursos essenciais para a natureza e para a humanidade: a biodiversidade e a diversidade cultural.

Nesta questão, o projetista deve considerar que é fundamental a inclusão da infra-estrutura urbana nos seus aspectos elementares.

Nos países já ajustados à ordem econômica transnacional, as grandes obras de infra-estrutura deixaram de ser tarefa de governos. Usa-se o sistema inglês “build”, ou seja, o empreiteiro constrói a estrada de rodagem ou a ponte, cobra pedágio durante alguns anos e depois transfere a obra para o Estado, que não gasta, com ela, recursos públicos.

As grandes rasgos os sub-sistemas de infra-estrutura urbana do DF compõem-se, geralmente, das seguintes partes: quanto ao sistema de abastecimento de água, por exemplo, a captação, a adução, o recalque, o reservatório, o tratamento e a rede de distribuição. Nem todos os sistemas precisam, necessariamente, conter todas estas partes. O tratamento, o recalque e o reservatório, por exemplo, podem ser dispensáveis parcial ou totalmente, dependendo das condições do manancial e do relevo da área a ser abastecida.

A produção de água utilizada para fins de abastecimento em todo o DF provém, em sua maioria, de dois grandes sistemas: Santa Maria/Torto e Rio Descoberto, que são responsáveis por 90% da água produzida. Santa Maria (está dentro de um Parque Nacional) e Bacia do Descoberto (4.200 litros de água por segundo, com possibilidade de aumentar para 6.000 litros, abastecendo 60% da população do DF).

Visando ao atendimento dos padrões de potabilidade, 93% da água distribuída recebem tratamento completo através de seis estações de tratamento; o restante da água distribuída, devido à sua



qualidade natural, recebe tratamento simplificado, constando de cloração e fluretação<sup>10</sup>. Em condições normais, 80% do volume de água que chega pela rede de abastecimento deve ser evacuado como esgoto. Isto significa, em média, 20.000 litros de esgoto por dia e por hectare.

Em condições normais, 80% do volume de água que chega pela rede de abastecimento deve ser evacuado como esgoto. Em Brasília, isto significa, em média, 20.000 litros de esgoto por dia e por hectare.

A rede de abastecimento de água trabalha sob pressão; a de esgoto pela força da gravidade. Apesar de ambas conduzirem quase os mesmos caudais, a velocidade de circulação do fluido é maior na rede de água, o que determina, para ela, o uso de tubulações de maior diâmetro e de menor diâmetro para a rede de esgoto.

O sistema de esgoto sanitário está estreitamente ligado ao de abastecimento d'água potável. É formado por duas redes simétricas e opostas: a rede de abastecimento de água potável e a rede de esgoto. A primeira se apresenta sob a forma de uma árvore cujo tronco nasce nos depósitos urbanos de água, e seus ramos mais finos abastecem os usuários. O sistema sanitário, que se completa com a rede de esgoto, também se apresenta sob a forma de árvore, só que funcionando no sentido oposto ao da rede de abastecimento de água potável. Ainda, o sistema de esgoto é formado pela rede coletora, ligações prediais, poços de visita, tanques fluxíveis, sifões invertidos, estações elevatórias e estação de tratamento de águas residuárias.

No que se refere ao esgotamento sanitário, a CAESB<sup>11</sup> atende a uma população de 1.342.000 habitantes (69%). Dos esgotos produzidos no DF, 22% recebem tratamento a nível terciário, 5% a nível secundário, 42% são lançados *in natura* nos corpos receptores e 31% dos esgotos não coletados têm tratamento através de fossa domiciliar<sup>12</sup>.

Os esgotos produzidos em Brasília são de características domésticas. No DF as redes de coleta atendem a cerca de 83% da população. No tocante ao tratamento, apenas 22% dos esgotos coletados recebem tratamento adequado, sendo o restante é lançado *in natura* nos cursos d'água da região. O tratamento é feito em 3 unidades de lodos ativados e 6 lagoas de estabilização. Encontram-se em construção mais duas unidades de lodo, que elevarão o índice de tratamento para 55%<sup>13</sup>

Formam a drenagem pluvial <sup>14</sup>as bocas-de-lobo, as tubulações de rede d'águas pluviais, as galerias, os poços de visitas, as sarjetas que são faixas do leito das vias, situadas junto ao meio-fio, e são executadas geralmente em concreto armado moldado. Formam com o meio-fio, canais triangulares (guias), cuja finalidade é receber e dirigir as águas pluviais para o sistema de captação.

As bocas-de-lobo são caixas de captação das águas e são colocadas ao longo das sarjetas. Têm a função de captar as águas pluviais de escoamento superficial e conduzi-las ao interior das galerias. Normalmente, são localizadas perto dos cruzamentos das vias a montante da faixa de pedestres, ou em pontos intermediários, quando a capacidade do conjunto meio-fio e sarjeta fica esgotado.

As galerias são canalizações destinadas a receber as águas pluviais captadas na superfície e encaminhá-las ao seu destino final. Normalmente são localizadas na rua, no eixo, ou a um terço da largura da rua.

<sup>10</sup> CAESB. Dados técnicos/1996

<sup>11</sup> Responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília-CAESB.

<sup>12</sup> Dados técnicos: CODEPLAN, CAESB, CEB e SLU

<sup>13</sup> CAESB, 1991

<sup>14</sup> Responsabilidade da Companhia de Urbanização da Nova Capital do Brasil-NOVACAP

O volume de água na rede fluvial tem aumentado a cada dia, em decorrência da permeabilidade intensa do solo nas cidades.

O sistema de energia elétrica é constituído pelo sistema de geração e transmissão, estações transformadoras, linhas de transmissão e o sistema de distribuição: proteção, redes subterrâneas e ligações prediais. Constitui-se este sistema de duas redes: a rede de energia elétrica e a rede de gás. São as duas formas de energia que mais se usam nas áreas urbanas no mundo, por serem de fácil manipulação, limpas e respectivamente econômicas. No DF utiliza-se apenas a rede de energia elétrica. Estes núcleos estão sob os cuidados da Companhia Energética de Brasília-CEB.

A rede elétrica pode ser aérea ou subterrânea, sendo esta última solução a mais cara. Nas áreas urbanas de baixa densidade e nas de pouco poder aquisitivo, a rede elétrica aérea é a solução obrigatória pelo seu menor custo, embora produza poluição visual e apresente menor segurança que a subterrânea. Nos aglomerados urbanos em estudo a rede de energia elétrica é essencialmente aérea.

O serviço público de locomoção das pessoas normalmente é feito por: ônibus, carro, trem ou metrô.

O sistema viário compõe-se de uma ou mais redes de circulação, de acordo com o tipo de espaço urbano (para receber veículos automotores, bicicletas, pedestres etc.). O conjunto de vias de circulação é complementado pela rede de drenagem pluvial, que assegura o uso do sistema sob quaisquer condições climáticas.

De todos os sistemas, o viário é o mais delicado, merecendo estudos cuidadosos porque é o mais caro do conjunto de sub-sistemas urbanos, já que normalmente abrange mais de 50% do custo total de urbanização; ocupa uma parcela importante do solo urbano (aproximadamente 20 e 25%); uma vez implantado, é o sub-sistema que mais dificuldade apresenta para aumentar sua capacidade pelo solo que ocupa, pelos custos que envolve e pelas dificuldades operativas que cria sua alteração<sup>15</sup>.

A pavimentação é composta dos conjuntos de vias de tráfego e uma rede de canais de escoamento de águas pluviais. Em ambos, existem elementos comuns e exigências a serem observadas na sua construção, como por exemplo: guia e sarjeta, cruzamentos de níveis e declividade.

Nos dias atuais, as ruas devem comportar uma série de redes, das quais constam poços de inspeção, câmaras de operação, bocas-de-lobo e outros elementos necessários para colocar em comunicação direta o plano das redes com a superfície da rua.

Nas vias para pedestres, além de considerar as condições topográficas do terreno, devem-se também projetar para que elas permitam um tráfego confortável e seguro, inclusive em dias de chuva.

A média nacional de indicadores, segundo IBGE/PNAD/1995, é de 21% dos domicílios brasileiros sem serviço de coleta de lixo. Quase um quarto da população não tem coleta de lixo em seus domicílios. No DF, são 10.907 (1,5 %) dos domicílios não servidos por coleta de lixo. Os aglomerados urbanos em estudo estão sob os cuidados do Sistema de Limpeza Urbano-SLU.

No DF, especificamente nas áreas em estudo, os serviços de comunicação estão sob a responsabilidade da Telecomunicações de Brasília-S/A-TELEBRASÍLIA (rede de telefonia), a

---

<sup>15</sup> Dados do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU/novembro/1995. afirma que a idade limite dos ônibus circularem é de três anos e meio correspondendo a metade da sua vida útil. O índice tem atingido até 5.4 anos (vida útil). O DF tem uma frota de 2.080 ônibus, dos quais 70% está com mais de 8 anos de uso. (31/07/1996).

Empresa Brasileira de Telecomunicações-S/A-EMBRATEL (rádio e TV) e da Empresa Brasileira Correios e Telégrafos-ECT (correios e telégrafos).

Até aqui abordamos os itens da infra-estrutura urbana, e a seguir serão tratados os equipamentos urbanos, que são itens diferentes daqueles.

Os equipamentos urbanos compreendem os edifícios: das escolas, dos hospitais, dos postos policiais e delegacias, dos corpos de bombeiro e dos centros comunitários e as instalações: as paradas de ônibus.

## 1.2. Indicadores do Desenvolvimento

Pretende-se estudar os indicadores de qualidade de vida para o desenvolvimento dos organismos nacionais e internacionais, no âmbito do seu conceito, sua aplicação e sua política. No estudo de indicadores para o desenvolvimento humano tomou-se por base os documentos dos organismos internacionais e nacionais, uma vez que eles melhor se aproximam da nossa preocupação central, que é a busca de melhores indicadores para a qualidade de vida urbana.

### - BIRD/RDM:

O BIRD com o seu Relatório de Desenvolvimento Mundial-RDM, é elaborado desde 1977, tendo a cada ano como tema as problemáticas dos países periféricos. A edição dos Relatórios do Desenvolvimento Mundial contém indicadores econômicos, sociais e de recursos naturais para períodos ou anos selecionados, relativos a 207 economias e a vários grupos analíticos e geográficos. O Banco revê constantemente sua metodologia, no intuito de aperfeiçoar o conteúdo analítico dos seus indicadores. A política desses relatórios é atribuir maior responsabilidade aos governos e aos administradores públicos, tornando as metas dos órgãos públicos mais específicas e transparentes.

Como foi abordado, o estudo de indicadores é um campo que vem sendo aperfeiçoado dia-a-dia. Os indicadores básicos e os indicadores de infra-estrutura utilizados pelo BIRD/RDM/1990 são: os **indicadores básicos** são: população, áreas; PNB *per capita*; taxa média anual de inflação; expectativa de vida ao nascer e analfabetismo entre adultos; e os **indicadores de infra-estrutura** são: energia (domicílios com eletricidade e perdas do sistema); telecomunicações (trancos telefônicos e defeitos); estradas pavimentadas (densidade, km/milhões de habitante e boas condições); água (população com acesso a água potável e perdas) e ferrovias (tráfego e locomotivas a diesel em uso).

O BIRD/RDM/1990 reconhece que nenhum índice, por si só, pode traduzir a complexidade do conceito de qualidade de vida, quando afirma: *“a infra-estrutura é importante para garantir que o crescimento seja compatível com a diminuição da pobreza.”*

As comunidades carentes que proliferam na periferia da maioria das cidades dos países em desenvolvimento não dispõem de serviços formais de infra-estrutura, fato que decorre da transitoriedade dos direitos de posse. Afirma o relatório que a falta de acesso à infra-estrutura urbana é realmente um problema de bem-estar.

O BIRD/RDM/1994, décimo sétimo da série anual, analisa os vínculos entre infra-estrutura e desenvolvimento e busca maneiras para que os países em desenvolvimento melhorem a qualidade dos serviços de infra-estrutura urbana. Desta forma, para eles, a infra-estrutura é um setor onde as políticas e o financiamento governamental têm um papel importante, devido a seu impacto generalizado sobre o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano.

O estudo de 1994, aborda o assunto: “Infra-Estrutura para o Desenvolvimento”. Trata-se da infra-estrutura econômica, que compreende: **serviços públicos, obras públicas e o setor transporte**. Conforme o estudo, **a infra-estrutura pode proporcionar significativos benefícios em termos de crescimento econômico, mitigação da pobreza e sustentabilidade ambiental** - mas só quando atendem à demanda efetiva da comunidade, com eficiência.

A respeito dos estudos do BIRD/RDM/1994 sobre a “Infra-Estrutura para o Desenvolvimento”, constata-se que a adequação da infra-estrutura contribui para o sucesso de um país ou para sua derrota na batalha pelo desenvolvimento. Uma boa infra-estrutura urbana possibilita produtividade alta e baixos custos de produção, mas **a infra-estrutura tem que se expandir suficientemente rápido para acomodar o crescimento**. A urbanização seletiva e injusta tem, na falta de oportunidade de trabalho, uma das fontes da segregação sócio-espacial.

Esse relatório definiu como objetivo básico do desenvolvimento mundial as igualdades das buscas humanas, sendo três os componentes essenciais:

- a igualdade de oportunidades para todas as pessoas na sociedade;
- a sustentabilidade de oportunidades das gerações futuras; e
- a capacitação dos indivíduos para que eles possam participar dos benefícios no processo de desenvolvimento.

O BIRD/RDM/1995 mostra que o País produz R\$ 456 bilhões, anualmente, o que é semelhante ao PIB do Canadá; considerado país de primeiro mundo e que está em 2º lugar no nível de desenvolvimento mundial. Observa-se que a alta generalizada e persistente de preços dos bens e serviços de uma economia (inflação) é fator importante da concentração de renda. Lamentavelmente, essa minoria de ricos não está disposta a perder o poder de compra e de bem-estar. (Anexo II)

#### - PNUD/RDH:

Em 1990, o PNUD apresentou seu primeiro RDH, de uma série anual e introduzia uma nova conceituação de desenvolvimento e um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, com o objetivo de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial.

O PNUD/1996, além de publicar o seu relatório anual, elaborou juntamente com IPEA/RJ, um Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Brasil.

Os relatórios vem sendo submetidos a sucessivos aperfeiçoamentos ao longo dos últimos anos, mas sua concepção básica permanece inalterada. A versão internacional do RDH, publicado anualmente pelo PNUD, produz estatísticas que refletem as médias nacionais, as quais, vem contribuir para identificar diferenças regionais e locais, as quais permitiriam nortear intervenções de desenvolvimento com objetivos específicos. Por esta razão, o PNUD/RDH/1996 permitirá a habilitação das pessoas e dos seus governantes para avaliar permanentemente o progresso e a definir políticas de intervenção. Também permite comparações de experiências em diferentes países, estados e municípios.

Os estudos do PNUD/RDH/1990 introduzem uma nova forma de medir o desenvolvimento humano - combinando indicadores de **esperança de vida, nível de educação e rendimento** - **constituindo um índice composto de aferição**. A expectativa desse esforço é criar condições de promover uma vida longa e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para um modelo de vida digna. O desenvolvimento capacita as pessoas a fazerem suas escolhas. Ninguém pode garantir a felicidade

humana e a escolha da pessoa é feita por ela mesma. Mas o processo de desenvolvimento deve pelo menos criar um ambiente orientador da pessoa, individualmente e/ou coletivamente, para que ela desenvolva suas potencialidades e tenha chances razoáveis de produtividade e vida criativa, de acordo com suas necessidades e seus interesses próprios.

Uma característica inovadora do PNUD/RDH/1994 é a forma como os seus componentes são combinados. Cada indicador é medido em diferentes unidades: **esperança de vida em anos de vida; alfabetização em média de anos de escolaridade; rendimento em dólares ajustados ao poder de compra, e alfabetização de adultos em porcentagem. Para comparar estes indicadores, a gama dos valores para cada um deles é colocado numa escala de 0 a 1, onde 0 é o mínimo e 1 é o máximo.** Por isso, se a esperança mínima de vida for de 25 anos e a máxima de 85 anos, e o valor atual para um país no meio dos dois, em 55 anos, por exemplo, o valor do seu índice para a esperança de vida será de 0,5. Esses valores foram aplicados aos países e feito uma classificação em relação a qualidade de vida, onde o Brasil, como já se mencionou, ficou em 70º lugar.

Segundo o PNUD/RDH/1994, através dos seus indicadores que são destinados a promover uma base quantitativa, qualitativa e comparativa para o acesso as condições de assentamentos humanos. Eles refletem uma série de problemas e possíveis soluções para serem buscadas e devem ser um instrumento utilizado para monitorar os efeitos de políticas e estratégias públicas. Os indicadores permitem uma visão geral das cidades e seus setores de apoio, os quais, juntamente com outros indicadores, devem ser trabalhados no decorrer da pesquisa, provendo uma base qualitativa para análises das condições de um país, avaliando o seu progresso através de objetivos urbanos atingidos.

Ainda, esses indicadores são traduzidos por números e porcentagens. Muitas vezes obtidos mediante poucas perguntas constantes de uma caixa de consulta e fundamentados nas simples respostas: sim ou não. A experiência com programas de indicadores tem demonstrado uma certa ordem na obtenção de dados a um custo relativamente baixo. A construção de indicadores deve ser vista mais como um processo do que um produto acabado. Quanto à coleta espera-se que seja orientada pelas características dos indicadores e a sua utilização. Busca-se, também, a construção de indicadores alternativos, os quais são particularmente usados em contextos nacionais específicos e fazem parte do desenvolvimento de processos de avaliação de políticas local e nacional.

Estudo de Rodrigues (1995:79) relativos aos indicadores sociais do PNUD/RDH/1995, diz que há uma distorção da metodologia utilizada pela ONU para o cálculo do índice do nível de renda. Segundo a autora, a metodologia utilizada pelo estudo pode ser responsabilizada, em grande parte, pela apresentação do Brasil como detentor da pior distribuição de renda dentre os 130 países pesquisados pela ONU. Sugere que nas futuras versões do PNUD/RDH, seja **substituído o índice de renda por outro indicador de bem-estar social**, ou seja, do ponto de vista do índice de renda para avaliar o desenvolvimento humano, muito mais importante do que o nível da renda média de um país é o seu **desempenho social, no que se refere à distribuição de renda e de riqueza**, mas que tenha disponibilidade internacional de estatísticas.

O PNUD/IPEA/1996, procura abordar o processo de desenvolvimento humano e suas múltiplas dimensões, cobrindo um amplo espectro de questões. Seu ponto de partida é o exame da situação atual do desenvolvimento humano no país, através do cálculo, para cada unidade da federação, de um IDH que procura captar e sintetizar as diversas dimensões desse conceito. O relatório examina os desafios estratégicos resultantes do novo modelo de crescimento que vem sendo implementado no Brasil no últimos anos. A resposta a esses desafios envolve um amplo conjunto de opções e ações de natureza estratégica, dentre as quais o Relatório prioriza três áreas-chave de atuação: no âmbito das políticas sociais, econômicas e ambientais: **políticas sociais**, a educação básica, a qualificação e o

combate à pobreza; **política econômica**, a expansão do emprego; e **política ambiental**, o aperfeiçoamento dos instrumentos de sua gestão.

O Relatório aborda questões de natureza institucional relacionadas ao processo de desenvolvimento humano, focalizando a necessidade de reconstrução do Estado e o crescente papel desempenhado pela sociedade civil organizada.

Por fim, o relatório vem orientar as políticas governamentais, mostrando que o Brasil está dividido em três sub-países com desenvolvimento humano bastante desigual, apesar de estar caminhando para o desenvolvimento, pois se em 1990 era classificado no 70º lugar no IDH; em 1991, ocupou o 65º e; em 1992, subiu para 63º lugar. O Brasil já tem um dos 10 maiores PIB do mundo e ainda apresenta uma concentração de renda desumana. Entretanto, **continua as enormes desigualdades no País, mostrando que a riqueza e seus benefícios são mal distribuídos. O IDH, que mede escolaridade, padrão de vida e longevidade do Brasil é de 0,80. O DF ficou na classificação dos estados brasileiros em 2º lugar, ou seja, 0,85; ficando abaixo do Rio Grande do Sul, com 0,87.** Este último estado está atrás da Argentina, Uruguai, Chile e Costa Rica, aparecendo apenas à frente da Venezuela.

Convém que as autoridades responsáveis pela liberação e execução dos serviços e o atendimento da infra-estrutura urbana não se esqueçam que, por Brasília estar em 2º lugar em qualidade de vida, não significa necessariamente que essas comunidades estão plenamente ou totalmente atendidas com os serviços de infra-estrutura urbana. Assim, a importância deste estudo mais uma vez confirma que é necessário saber como está a satisfação/insatisfação dessas comunidades em relação à infra-estrutura urbana, apontando que é fundamental a sua implementação com qualidade e quantidade. Aponta, ainda, o documento, que 85% dos brasileiros não tem acesso a água potável e é enfático quando afirma que **o Brasil não universalizou os serviços básicos**<sup>16</sup>. Brasília fica em posição de destaque, frente a gritante situação do resto do País. Podem as autoridades, em posse destes dados chegarem a pensar que não deveriam mais investir nestas áreas. O fato é que nossos estudos mostram que é fundamental a implementação de infra-estrutura urbana, bem como outros serviços.

Assim, a noção de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade do crescimento econômico, afirma que é preciso enfocá-lo a partir da perspectiva do desenvolvimento para as pessoas e a valorização da cidadania.

Nota-se o ritmo crescente da concentração de renda, comparando-se, em termos relativos, os 20% mais ricos com os 50% mais pobres, em relação à participação na renda.

Quadro nº 5. Dados da concentração de renda no Brasil.

Ano	20% mais ricos	50% mais pobres
1960	54	18
1970	62	15
1980	63	14
1990	65	12

Fonte: PNUD/IPEA/1996

Dessa forma, a equidade aparece como um componente essencial do desenvolvimento humano: as pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades, de modo que possam participar e se beneficiarem dos frutos e das opções criadas pelo processo de crescimento econômico. **A desigualdade e a pobreza são, em si mesmas, as maiores barreiras a essa participação.** Sabendo que a ligação

<sup>16</sup> PNUD/IPEA/1996. Dados relativos ao DF: coleta de lixo 97,2% (1º); escola 98% (1º); renda: ricos ganham 27 vezes mais que os pobres (15º).(em relação aos Estados)

entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano não é automática, mas ela pode ser fortalecida através de políticas sensatas. (Anexo II).

### - HABITAT-I e II:

Em 1976, a Conferência do HABITAT-I, em Vancouver, chamou a atenção internacional para os problemas relacionados com os assentamentos humanos de todos os tipos, tanto rural como urbano. Vinte anos depois, o HABITAT-II, vem centrar sua atenção no processo acelerado da urbanização, pois, sabe-se que mais da metade da população mundial está vivendo nas cidades e o número de miseráveis aumentarão nos países periféricos, conforme previsto para o início do século XXI. **A proposta básica do HABITAT-II para o século XXI tem como premissa básica converter as cidades de todos os tamanhos do mundo em locais saudáveis, seguros e sustentáveis onde possa reinar a equidade.** Os temas abordados no HABITAT-II foram: habitação adequada para todas as crianças e desenvolvimento dos assentamentos humanos sustentáveis, num mundo em franco processo de urbanização.

Como contribuição, a RIO/1992, divulgou resultados de diversas políticas em distintos lugares e por períodos de diferentes duração, dos quais, saíram indicadores que seriam propostas para o HABITAT-II. A partir deste evento, foram realizadas reuniões de trabalho, que culminaram num documento que foi apresentado no HABITAT-II.

No HABITAT-II, reuniram-se 171 países, totalizando 15 mil participantes, sendo 3.638 delegados, 211 parlamentares, 627 prefeitos, 830 da ONU e 2.523 das ONG's. O secretário do evento, Dr. Wally N'Down (1996)<sup>17</sup>, disse em relação ao evento que:

*“se negocia a sobrevivência humana em Istambul”.*

Nos estudos preliminares ao HABITAT-II, foram criados 57 indicadores, que constituem o elemento chave para a análise dos assentamentos humanos e a formulação de novas soluções. Os indicadores pretendiam, ainda, promover instrumental qualitativo e quantitativo necessários ao acesso às condições reais dos assentamentos humanos e à adoção de melhores práticas que só virão a contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana.

**Os indicadores utilizados pelo HABITAT-II buscam possíveis soluções na melhoria da qualidade de vida urbana das comunidades e são divididos em três grupos; mostrados a seguir:**

**-os dados representativos das áreas:** uso da terra, população da cidade, velocidade de crescimento populacional, mulher chefe de família, média numérica do chefe de família, velocidade da formação do chefe de família, distribuição da renda, produção na cidade por pessoa e tipos de posse da terra;

**-os indicadores urbanos:** desenvolvimento sócio-econômico, infra-estrutura, transporte, manejo ambiental e governo; e

**-os indicadores de habitação:** provisão habitacional e recursos e viabilidade para a habitação.

---

<sup>17</sup> Folha de São Paulo, 07/06/1996

O Secretário-Geral do HABITAT-II, N'Dow (1996), afirmava que os maiores problemas que enfrentam as cidades hoje são a falta e as péssimas condições de moradia. Dos 2,4 bilhões de indivíduos que vivem nas cidades, 500 milhões não tem onde morar. Afirmou ele que:

*“as cidades podem e devem continuar crescendo, desde que haja infraestrutura urbana. Cada ano 10 milhões de pessoas (50% são crianças) morrem nas cidades por causa da poluição, falta de saneamento e água encanada”.*

No ano 2025, 80% da população urbana mundial deverão estar vivendo nos países periféricos. Para distanciar ainda mais, a diferença é que a renda média dos moradores das cidades da Europa e da América do Norte chega a ser até 100 vezes maior do que a renda média da população da Ásia, África e América Latina. As populações excluídas devem administrar seus recursos de forma mais agressiva e criativa, buscando sempre o seu bem-estar.

A falta de tratamento da água e a ausência da rede de esgoto é diretamente responsável pela transmissão de uma série de doenças. O HABITAT-II tem uma “visão integrada”: urbanizar as favelas, levando asfalto e redes de esgoto e ainda conscientizar a população da necessidade de se preservar a água limpa.

Essa tendência à urbanização vem acompanhada de uma outra, a marginalização das populações, de toda ordem, em relação a um padrão urbano de vida. Esse paradoxo se faz sentir mais acentuadamente nos países periféricos, que abrigam 75% da população mundial, com parte significativa de seus habitantes urbanos vivendo em situação de marginalidade psico-social, cultural e aglomerados em favelas e outras condições habitacionais inadequadas.

No Brasil, a população urbana é da ordem de 75%. Destas, aproximadamente 36 milhões de pessoas estão vivendo em favelas. Esse quadro vem se agravar ainda mais no DF, onde 98% dos seus habitantes se encontram na zona urbana. Essa, talvez, seja a mais crítica das questões populacionais<sup>18</sup>. Os migrantes, em geral, de valores e hábitos rurais, tendem a formar comunidades urbanas marginais, ou seja, comunidades que contribuem de modo significativo para as transformações sócio-econômicas e culturais da realidade urbana, sem, contudo, partilhar plenamente dos valores e benefícios materiais das cidades.

As resoluções desse encontro foram consubstanciadas no documento denominado *Agenda Habitat*<sup>19</sup>, que é o texto pelo qual os governos vão se comprometer com um Plano de Ação Global para enfrentar nos próximos anos os problemas de habitabilidade nas cidades.

Segundo Ignacy Sacks e Ricardo Abramovay<sup>20</sup>, presentes no evento, a preocupação é que:

*“...hoje o campo é concebido apenas como espaço transitório, útil, eventualmente, para evitar o ‘inchaço’ das cidades, mas incapaz de se constituir num lugar de verdadeira valorização da vida...”.*

Afirmam ainda que, 55% da população mundial se preocupam com os resultados da conferência do HABITAT-II, pois pensam que o meio rural deve ser um espaço geográfico de enriquecimento

<sup>18</sup> IBGE/CENSO/1991

<sup>19</sup> Tirada na Conferência Internacional de Habitação, em junho de 1996, a qual o Governo se compromete com um Plano Global, para enfrentar nos próximos anos os problemas de habitação nas cidades.

<sup>20</sup>Folha de São Paulo, 07/06/1996



social, material e cultural para uma parte importante da população que o habita. Sabe-se que no meio rural inicia-se um decréscimo demográfico de proporções gravíssimas<sup>21</sup>.

Fica ainda o alerta feito à Conferência pelo Presidente cubano, Fidel Castro:

*“a chamada sociedade de consumo, que não é nada mais que um insulto aos 4/5 de habitantes famintos do mundo, foi construída com o suor e o sangue dos explorados...”fala-se hoje em economia globalizada e progresso tecnológico. Mas, para que serve isso tudo se não se resolve os problemas do homem, se os países ricos ficam cada vez mais ricos, e os pobres, mais pobres<sup>22</sup>.”*

Ainda, conclamando os povos:

*“Somos o mundo, e o mundo não admite donos nem políticas suicidas, nem admite que uma minoria de egoístas, de loucos e irresponsáveis nos leve ao extermínio.”*

As decisões tomadas no HABITAT-II, para a *Agenda Habitat* foram as seguintes:

- **assegurar o direito à moradia a todos** e implementar esse direito “progressivamente”;
- **combater a deterioração das condições de vida nas cidades**, dando prioridade à concentração populacional, ao aumento da pobreza e à exclusão social;
- **reconhecer as autoridades locais (prefeitos) como os mais importantes parceiros na resolução dos problemas urbanos e fortalecer o seu papel na captação de recursos financeiros;**
- **trabalhar para expandir a oferta de residências**, ampliando o acesso à terra e os créditos;
- **aplicar 0,7% do PIB em cooperação internacional em programas sociais - compromisso Agenda 21 (somente para os países desenvolvidos);**
- **levar em conta a idéia de desenvolvimento sustentável**, contida na *Agenda 21*, na elaboração de futuras Políticas de Desenvolvimento Urbano;
- **aumentar a cooperação com organizações não-governamental**, respeitando a sua autonomia;
- **buscar novas fontes de financiamento, junto ao setor privado;**
- **levar em conta os direitos humanos** de pessoas desalojadas de terrenos ocupados pelas autoridades públicas; e
- **promover a conservação e reabilitação de monumentos, espaços públicos e prédios de valor cultural, histórico e arquitetônico.**

A secretária do HABITAT-II, a socióloga Sophie Body Gendrot, considera o atraso tecnológico fator principal da geração da desigualdade. É enfática ao afirmar que “apenas a aliança entre a classe média e os pobres marginalizados pela globalização nas megacidades pode evitar guerras civis nos grandes centros urbanos”. O urbanista espanhol Manuel de Solá-Morales, defende a criação de espaços públicos pequenos, cuidados pela população: espaços grandes e vazios só aumentam os problemas de segurança<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Folha de São Paulo. 07/06/1996

<sup>22</sup> Folha de São Paulo. 15/06/1996

<sup>23</sup> Folha de São Paulo. 15/06/1996

O Relatório Oficial do HABITAT-II, ao analisar a violência nos centros urbanos, afirma que São Paulo é o exemplo da anti-cidade. O medo da violência mudou a cidade, desencorajou as pessoas de andarem nas ruas, determinando a preferência por shopping ou condomínios fechados. O documento considera a pobreza, a má distribuição de renda, a desagregação familiar e as aglomerações urbanas, exemplo de anti-cidades. Endossa também a tese de que a violência deve ser encarada como problema de saúde pública, que merece ser tratada conjuntamente com os setores de educação, da distribuição de renda e da recuperação dos presos<sup>24</sup>.

A proposta das ONG's brasileiras para o HABITAT-II, foi no sentido de pressionar os Governos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal a garantir o direito a moradia para a população pobre. (Anexo II)

No próximo tópico será abordada a questão da RIO/1992

#### - RIO/1992:

A Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento-RIO/1992, celebrada no Rio de Janeiro, teve como preocupação a qualidade de vida dos cidadãos no mundo, tendo os seguintes pontos acordados entre todos os países participantes. Primeiro, assinatura de duas convenções acerca de medidas legais específicas, uma sobre às **alterações climáticas**, e outra sobre a **biodiversidade**; segundo, aprovar a **Cúpula da Terra**<sup>25</sup> e terceiro, a **Agenda 21**<sup>26</sup>.

Nesse sentido, a convocação da RIO/1992 dramatiza o reconhecimento de que, para se alcançar um estilo de desenvolvimento sustentável, haverá que se modificar drasticamente os padrões atuais de produção e de consumo. A própria resolução da ONU que convoca a RIO/1992 reconhece que cabe ao mundo desenvolvido uma responsabilidade maior no sentido de sanar os problemas mais urgentes do Planeta, pois, até o momento, os países periféricos tem uma influência pequena na “desordem” ecológica global.

No entanto, é sabido que a maioria das ações acordadas no RIO/1992 só chegarão a se tornar realidade, se os países desenvolvidos, sendo os maiores agressores do meio ambiente do Planeta, tomarem medidas efetivas para a proteção ambiental a curto, a médio e a longo prazos.

Uma característica especial da conferência da RIO/1992 foi a participação direta das cidades e suas administrações, dos governos estaduais e das ONG's. **Outra inovação consistiu na utilização de parâmetros<sup>27</sup> como meio de estabelecer indicadores que permitirão comparar os resultados de diversas políticas aplicadas em distintos lugares e por períodos de diferentes duração.** Esses indicadores foram propostos para o HABITAT-I e, a partir daí, culminou num documento que foi apresentado no HABITAT-II.

Considera-se, de acordo com a *Agenda 21*, (Cap. 7, seção 1) que, para melhorar a qualidade social, econômica e ambiental das comunidades, particularmente, as dos pobres urbanos, deve-se incluir no planejamento urbano e nos métodos administrativos os seguintes pontos:

<sup>24</sup> Folha de São Paulo, 07/06/1996

<sup>25</sup> Declaração de princípios básicos para a conduta de nações e povos no que se refere ao meio ambiente e ao desenvolvimento, de modo a assegurar a futura viabilidade e integridade da Terra, como um lugar saudável para os seres humanos e outras formas de vida.

<sup>26</sup> Compromisso assumido pelos governantes que participaram da RIO/1992, a respeito das práticas e políticas ambientais para o século XXI.

<sup>27</sup> Indicadores de melhoria da qualidade social, econômica e ambiental das comunidades

- melhorar o gerenciamento dos assentamentos humanos, vez que a maioria da população mundial estará vivendo nas cidades na virada do século, e que além de muitos dos seus problemas, **as áreas urbanas geram 60% do PIB e devem desenvolver a capacidade do sustento de sua produtividade;**

**-fornecer sistemas ambientalmente saudáveis de infra-estrutura urbana.** A sustentabilidade do desenvolvimento urbano depende em grande parte da disponibilidade os suprimentos de água, drenagem, serviços sanitários, qualidade do ar e destinação dos rejeitos de lixo sólido e perigosos;

**- integrar o planejamento ambiental e de infra-estrutura urbana** até o ano 2000, para que possam fornecer esses sistemas completos até o ano 2025;

- promover atividades sustentáveis da indústria de construção. **O setor de construção deve ajudar a alcançar objetivos nas áreas** de habitação, incluindo abrigo, **infra-estrutura urbana** e emprego. (Anexo II).

A seguir, abordar-se-á a pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Seguridade do Serviço Social da PUC/SP, em 1995.

#### **-NÚCLEO DE ESTUDOS DA SEGURIDADE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/PUC/NSAS/SP:**

O Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/1995 elaborou em sua pesquisa um Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo. A pesquisa foi feita por uma equipe de técnicos e professores, em 96 distritos da grande São Paulo, a partir de 141 bases de dados, onde são apontados 49 indicadores sociais, sendo esses indicadores separados em quatro grandes grupos: desenvolvimento humano, qualidade de vida, autonomia e equidade.

Esses grupos abrangem, entre outros, os seguintes assuntos:

- **desenvolvimento humano:** escolaridade dos chefes de família, educação infantil, longevidade, mortalidade juvenil e infantil e violência;
- **qualidade de vida:** infra-estrutura sanitária, conforto domiciliar, ofertas de serviços de saúde e educação, tempo de deslocamento de casa ao trabalho e vice-versa, propriedade domiciliar e atração dos investimentos imobiliários;
- **autonomia:** renda do chefe de família, emprego e população de rua; e
- **equidade:** domicílios com mulheres chefes de família.

A lista chave para os estudos de indicadores urbanos e de habitação, seriam segundo a pesquisa:

- **indicadores urbanos:** desenvolvimento sócio-econômico: lugares abaixo do nível de pobreza, emprego informal/não declarado, educação, investimento social, número de camas nos hospitais, mortalidade de crianças com menos de 5 anos, número de crianças em idade escolar e índice de criminalidade.
- **indicadores habitacionais:** modelo habitacional adequado e recursos os quais atendem a demanda habitacional, os preços e a qualidade.

O resultado da pesquisa é a definição de uma linha de pobreza que separa os distritos incluídos e os excluídos<sup>28</sup>. A idéia do *apartheid* social considera excluídos não apenas os que ganham pouco, mas também aqueles que são segregados por sua raça, sexo, religião ou porque têm dificuldade de acesso a saúde, a educação e o emprego. O conceito pressupõe ainda que os excluídos perderam também a possibilidade de ascender socialmente.

O estudo de classificação dos distritos de acordo com o indicador de exclusão social se aproxima da metodologia desenvolvida pela ONU/PNUD, na construção dos IDH. Dos 96 distritos paulistanos, **73 estão em situação de exclusão social**. Regiões onde a saúde, a educação e o saneamento são precários e a população além da baixa renda, mora sem qualquer conforto. **Nos 73 distritos vivem 82% da população paulistana (7.910.447 habitantes) e nos 23 distritos incluídos moram (1.735.738 hab.)**, desta forma, o estudo constata que a cidade organiza a qualidade de vida em diferentes patamares.

Este estudo mostra, com base em números, a diversidade de condições de vida existente na cidade. Diversidade que incide no cotidiano da população conforme distintos modos de vida e de acesso aos direitos de cidadania, ao mesmo tempo em que se constituem em um elemento central de imagem de São Paulo, esta sim comum entre os seus moradores.

Assim sendo, este estudo tem o importante papel de subsidiar na elaboração dos Planos Diretores Regionais e Locais, ou seja, no apoio à ação do Governo de atender as deficiências de cada distrito. Com o mapa, por exemplo, é possível saber quais os lugares onde a carência de pavimentação ou de vagas escolares é menor. (Anexo II)

### 1.3. Considerações sobre o Distrito Federal e as Áreas em Estudo

Brasília, cidade concebida para ser a Capital da República, centro político e de decisões, além de pólo indutor de crescimento. Foi planejada nos moldes do urbanismo dos anos 50, onde a organização dos espaços era fundamental. O criador da cidade, o arquiteto Professor Lúcio Costa, desde o seu “Memorial Plano Piloto de Brasília”, concebeu a área em pauta como pertencente à escala gregária e um dos suportes de suas quatro escalas fundamentais: monumental, gregária, bucólica e residencial. Esta premissa está consubstanciada em documento de sua autoria, denominado “Brasília Revisitada”, que posteriormente transformou-se no Decreto GDF nº 10.829, de 02/10/1987, e que originou a Preservação/Tombamento de Brasília no Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, bem como a colocou nos bens classificados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1989.

#### - O Distrito Federal e as Áreas em Estudo:

O Distrito Federal ocupa na região Centro-Oeste do Brasil, uma área de 5.814 km<sup>2</sup>, em que estão inclusos 43 km<sup>2</sup> de águas internas. É limitado ao norte e ao sul pelos paralelos de 15° 30' e 16° 30' S, e a leste e oeste pelos Rios Preto e Descoberto, nas proximidades dos meridianos de 47° 18' e 48° 17' W, Gr., respectivamente.

Seu relevo caracteriza-se predominantemente por grandes superfícies planas a suaves e onduladas, conhecidas como chapadas, situadas acima da cota 1.000, características do Planalto Central Brasileiro. A altitude média situa-se em torno de 1.100 metros e o seu ponto culminante, com 1.349 metros, fica a noroeste, no local denominado Rodeador, na Chapada da Veredinha. A área do DF

<sup>28</sup> O conceito de exclusão social passou a ser usado nos anos 90 pelo meio acadêmico brasileiro para ampliar a noção de pobreza, restrita nas décadas anteriores à questão da renda.

está constituída por cerca de 57% de terras altas que apresentam-se como dispersoras das drenagens, localizadas no Parque Nacional das Águas Emendadas, que fluem para as três mais importantes bacias fluviais do Brasil: a Bacia Platina (Rios São Bartolomeu e Descoberto), a Bacia Amazônica (Rio Maranhão) e a Bacia São-Franciscana (Rio Preto). Entre as bacias secundárias, destaca-se a do Rio Paranoá, onde está situado o lago artificial do Paranoá, criado juntamente com a cidade de Brasília.

O clima dominante do DF é tropical de savana e temperado-chuvoso de inverno- seco. Está caracterizado pela existência bem nítida de duas estações: uma chuvosa e uma quente. A primeira, prolonga-se de outubro a abril, e outra, fria e seca, de maio a setembro. Os meses mais chuvosos da região são novembro, dezembro e janeiro com uma precipitação média anual de 1.600mm. A temperatura anual varia de 18° a 20° C, sendo os meses de setembro e outubro os mais quentes, com variações de 20° a 22° C. Julho é o mês mais frio com temperaturas entre 16° e 18°, em média. Em setembro registram-se as médias mais baixas de umidade.

Ocorrem várias classes de solo no DF, com fertilidade variável de alta a extremamente baixa, devido aos milhões de anos de lixiviação do regime de chuvas abundantes. Os solos de latossolos são profundos e bem drenados, restritos aos terrenos com declividade inferior a 8% e estão associados com a forma mais comum de vegetação aberta, o cerrado *sensu stricto*. Os latossolos são os solos mais extensivamente cultivados na região.

A energia elétrica que abastece Brasília e seu entorno é provida pelas Centrais Elétricas de Furnas. A médio prazo, projeta-se, como alternativa principal para a superação do problema energético da região, a construção de linhas de alta tensão, provenientes do sistema UHE-Serra da Mesa.

Em 1966, ocorreu a primeira divisão do DF em oito Regiões Administrativas - RA's. Com o posterior desenvolvimento e crescimento urbano-espacial, surge a necessidade de rever e redefinir novas RA's, de acordo com a localização dos núcleos habitacionais já implantados e as áreas de influência desses núcleos. Foram atualizadas, então, para dezenove RA's.<sup>29</sup> (Mapa nº 1. Regiões Administrativas do DF).

Os principais setores da economia do DF são os de serviços da administração pública, do comércio, da construção civil e da indústria de transformação.

Conforme já foi mencionado, no DF o acelerado crescimento populacional obrigou o Governo a criar cidades-satélites não previstas no plano urbano inicial; além disso, expandiu as existentes, a fim de abrigar as populações excedentes. Contudo, estudos da CODEPLAN/1984 mostram que:

*“o aumento populacional de cerca de 8% ao ano, em média, no decênio (70-80), frustou todas as prospectivas, ocorrendo um aumento dos centros*

*urbanos, contribuindo para agravar a qualidade de vida de suas populações, acarretando deseconomia e gerando injustiças sociais.”*

O DF tem 90% do seu território na área nuclear da região dos cerrados, maior bioma do cerrado e pertencente ao domínio morfoclimático do Brasil e da América do Sul. A área urbanizada é de 7,2%;

---

<sup>29</sup>Região Administrativa: I Brasília; II Gama; III Taguatinga; IV Brazlândia; V Sobradinho; VI Planaltina; VII Paranoá; VIII Núcleo Bandeirante; IX Ceilândia; X Guará; XI Cruzeiro; XII Samambaia; XIII Santa Maria; XIV São Sebastião; XV Recanto das Emas; XVI Lago Sul; XVII Riacho Fundo; XVIII Lago Norte e XIX Candangolândia.

a de proteção ambiental, 42% e de área verde por habitante, 22 m<sup>2</sup>. Os assentamentos abrigaram 44.112 famílias até julho de 1990. O Entorno está constituído por 16 municípios goianos e 1 mineiro.<sup>30</sup>

A periferia do Plano Piloto mostra um eixo de urbanização acelerada na orientação sudoeste. Esse eixo inclui Taguatinga, Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, Riacho Fundo, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Guará-I e II, dos quais escolheu-se para fazer parte deste estudo: o Núcleo Bandeirante, a Metropolitana, a Candangolândia e o Riacho Fundo, por estarem localizados na sub-bacia do Riacho Fundo.

O processo de periferização pode ser perverso para os cidadãos, pois as intervenções do poder público, como, por exemplo, no caso da construção de infra-estrutura urbana em áreas carentes, eleva o valor da terra naquele local e expulsa a população que aí vive, substituído-a por outra de renda mais alta (processo de invasão/sucessão). A população deslocada capitalizará na troca o valor acrescido, mas não usufruirá das melhorias oferecidas pelo poder público.

Brasília tinha uma população de 6.823 habitantes, em 1957; 141.000 habitantes em 1960; 530.000 habitantes, em 1970; 895.000 habitantes, em 1975; 1.500.000 habitantes, em 1991, e estimada em 1.794.721 habitantes, em 1996. Essa explosão demográfica resultou em constante expansão das cidades satélites, alterando a idéia inicial de um conjunto urbano constituído de áreas autônomas, a serem construídas somente após a saturação do Plano Piloto. Consta ainda que o número de habitantes do entorno (538 mil) aumentou 4% ao ano no período de 1980 a 1990. Desse modo, no ano 2057 a população do entorno será igual à do DF, que cresce a 2,8% ao ano<sup>31</sup>. O impacto é forte, pois todos cobram esgoto, escola, água, luz, transporte e emprego. Sem isso não há qualidade de vida.

A densidade habitante por hectare nas áreas em estudo é de **154 na Candangolândia, 102 no Núcleo Bandeirante e Metropolitana e 92 no Riacho Fundo**. Para o Plano Piloto temos 24 habitantes por hectare, Lago Norte 10 e Lago Sul 09<sup>32</sup>, desta feita, a busca da **qualidade de vida nessas áreas é fundamental ao bem-estar social**.

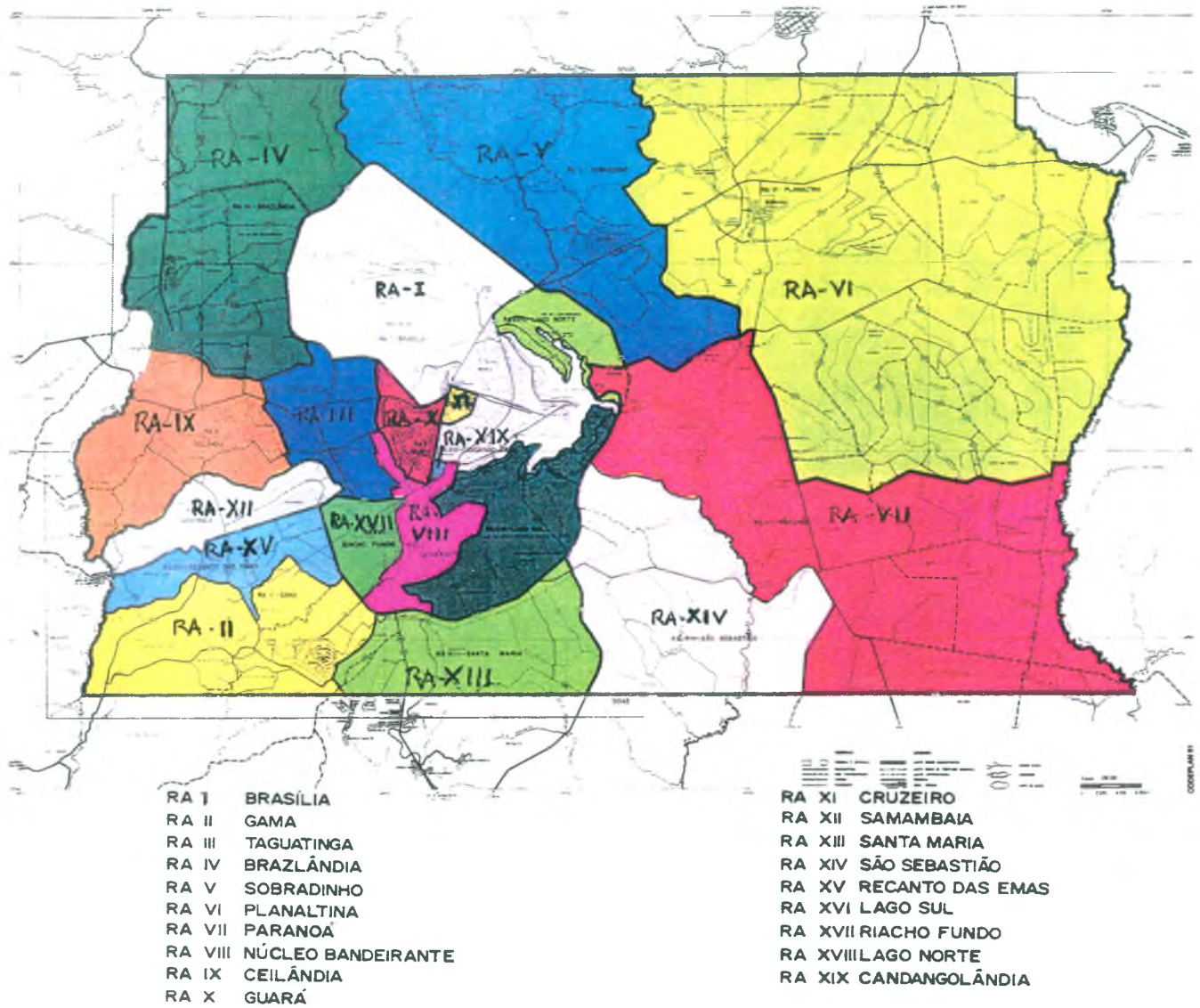
As comunidades organizadas, sentindo-se desassistidas, deverão buscar a solução dos seus problemas pressionando as autoridades competentes ou se organizando procurando resolvê-los elas mesmas. Na Candangolândia, em 1992, reuniu-se um mutirão de moradores que executaram por conta própria alguns serviços de infra-estrutura urbana (pavimentação, limpeza dos bueiros, etc.), recebendo apenas o material do Governo.

<sup>30</sup> CODEPLAN/Cadernos. 4, 1993. Entorno e DF, contam com taxa de urbanização: 76,3% (94,7%); dens. demogr.: 12% (277%); renda 0 a 2 SM: 90% (56,8%); setor terciário: 42% (89%); s. primário: 27% (0,5%); cresc. pop. 80-91: 4,7% (2,8%); fome/índice indigência: 30% (6,9%); esgotam. sanitário: 11% (75%)

<sup>31</sup> GDF/CODEPLAN/1996

<sup>32</sup> CODEPLAN/1996

Mapa nº 1. Mapa das Regiões Administrativas do DF.



Fonte: CODEPLAN/SEMATEC

## Núcleo Bandeirante

A ocupação territorial do Núcleo Bandeirante teve início em 1961, com sua criação e fixação como Cidade Livre pela Lei nº 4.020, de 20.12.1961, com uma área de 1,51 km<sup>2</sup>.

Em julho de 1957, a então Cidade Livre contava com cerca de 1.000 habitantes. Em 1959, o novo núcleo já possuía 15.751 moradores, segundo levantamentos do IBGE. Em setembro de 1960, o número de residentes chegou a 21.033, o que significou um crescimento de 33,5% nesse primeiro período.

Após a aprovação da Lei nº 4.020, de 20/12/1961, que estabeleceu a fixação da cidade com o nome de Núcleo Bandeirante, tomaram-se medidas relativas à sua urbanização. O Núcleo Bandeirante, em 1961, foi o primeiro núcleo não previsto no plano-original, que, por força da mobilização da população, particularmente dos comerciantes locais, conseguiu ser fixado. A criação formal do Núcleo Bandeirante representou a fixação definitiva da chamada Cidade Livre, de caráter supostamente provisório, uma vez que tinha, como principal função, servir de apoio à construção de Brasília.

O Núcleo Bandeirante originou-se da instalação residencial e das primeiras atividades comerciais e recreativas, que deram suporte à construção de Brasília. Hoje, conta com uma população reduzida a cerca de 23.169 habitantes<sup>33</sup>, com a remoção de invasões na década de 70, quando procedeu-se a transferência de cerca de 82 mil pessoas para um local sem infraestrutura urbana, localizada a cerca de 30 km do Plano Piloto, denominada hoje de Ceilândia. (Fig. nº 1. Divinéia-Núcleo Bandeirante-DF)

Fig. nº 1. Divinéia-Núcleo Bandeirante-DF



<sup>33</sup>GDF/CODEPLAN/1996



O espaço natural do Núcleo Bandeirante é drenada pelo Riacho Fundo que deságua no Lago Paranoá. O manancial abastecedor é o Catetinho alto e baixo Descoberto, que atende a 100% da população local.

Em 1994 ocorre o desmembramento das localidades: Candangolândia e Núcleo Habitacional do Riacho Fundo, transformandas respectivamente em RA's XIX e XVII, pelas Lei nº 620 de 15.12.93 e Lei nº 648, de 27.01.94, passando a abranger uma área de 82,42 km<sup>2</sup>, sendo drenada pelo Riacho Fundo que deságua no Lago do Paranoá.

A topografia tem relevos suaves e o terreno é composto de muitos tipos de solo: turfa, latossolo, arenito e outros. O relevo apresenta altitude médias de 1.030 metros. As variações altimétricas do relevo da RA-VIII apresentam níveis correspondentes a superfícies planas, nas cotas acima de 1.200 m, cobertas predominantemente por cerrado ralo e mata ciliar; as precipitações, de 1.700 mm anuais, ocorrem com maior intensidade no período de outubro a janeiro, diminuindo um pouco durante os meses de fevereiro e maio e praticamente desaparecendo de junho a setembro. (Fig. nº 2. Avenida Central. Núcleo Bandeirante-DF).

Fig. nº 2. Avenida Central. Núcleo Bandeirante-DF



A área urbana é distribuída ao longo de avenidas largas que facilitam a circulação. As residências estão em áreas próprias protegidas das outras funções urbanas. A distância média do Núcleo Bandeirante ao Plano Piloto é de 13,3 km.

A população é atendida pelo sistema de saúde do DF e conta com um Centro de Saúde e um Posto de Saúde instalado na área rural, Vargem Bonita, que está sob a coordenação do Centro de Saúde do Núcleo Bandeirante. Os serviços assistenciais são fornecidos pelo sistema de creche ou por estabelecimentos específicos, que cuidam de idosos, migrantes e mães solteiras.

Na atividade industrial conta com uma fábrica de gelo. Estão em implantação pólos de indústria de gemas e de informática (software). (Fig. nº3. Av. Central/Núcleo Bandeirante-DF e Planta nº 1, Núcleo Bandeirante-DF).

#### Metropolitana:

A área do antigo acampamento de Metropolitana está inserida na RA-VIII (do Núcleo Bandeirante), abrangendo uma área de 20 ha. Metropolitana foi regularizada em 1984. O assentamento desenvolveu-se em torno das antigas instalações da construtora da cidade de Brasília, que ali originalmente se instalou. Dispunha de alojamentos, almoxarifados, residências dos engenheiros, igreja, escola e campo de futebol.

Fig. nº. 3. Avenida Central. Núcleo Bandeirante-DF



Tendo em vista as condições topográficas e geotécnicas da região, o esgotamento sanitário foi estudado em conjunto com o Núcleo Bandeirante, sendo feito principalmente por fossas sépticas.

Metropolitana forma um aglomerado urbano singular, diante dos assentamentos irregulares do DF. Incorporado à cidade satélite do Núcleo Bandeirante, apresenta as características de um assentamento urbano consolidado, apesar da simplicidade das edificações e da precariedade dos equipamentos urbanos. (Fig. nº 4. Metropolitana-DF e Planta nº 2. Metropoliana-DF)

#### Candangolândia

Candangolândia foi criada pelo Decreto nº 15.513/1994 e está localizada na RA-XIX, abrangendo uma área de 6,65 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 15.319 habitantes<sup>34</sup>.

Foi construída em duas fases. Surgiu inicialmente como acampamento de obras na construção da Capital da República, em 1959, sendo reconhecida como núcleo urbano oficial em 1980.

Fig. nº 4. Metropolitana-DF



---

<sup>34</sup>GDF/CODEPLAN/1996

Fig. nº5. Candangolândia-DF



Os cursos d'água da região fazem parte da bacia hidrográfica do Lago Paranoá. O principal deles é o Córrego Vicente Pires, destacando-se, ainda, o Córrego do Ipê, o Ribeirão do Gama e o Riacho Fundo, todos formadores do lago Paranoá. A cidade é abastecida pela Barragem de Santa Maria/Torto, com 100% da população atendida. (Fig. nº 5. Candangolândia-DF).

Situa-se a 2,2 km do Núcleo Bandeirante. Possui um único acesso através da via de mão-dupla que desemboca na BR-003, o que ocasiona congestionamento viário intenso em determinadas horas, causando problemas no entroncamento com a via EPIA. Está inserida na poligonal de tombamento do Plano Piloto. (Planta nº 3. Candangolândia-DF)

#### Riacho Fundo

O Riacho Fundo foi criado pelo Decreto nº 15.441/1994 e está localizado na RA-XVII, abrangendo uma área de 54,53 km<sup>2</sup>. O Riacho Fundo está na cota de altitude de 1.175 metros, chegando a 1.200 metros. Possui uma população de 18.746 habitantes<sup>35</sup>, sendo que foi planejado na época da sua concepção para 25.000.<sup>36</sup> (Fig. nºs 6, 7, 8 e 9. BR-060/Riacho Fundo-DF).

O sistema de abastecimento de água vem da Barragem do Descoberto. Ao redor desses aglomerados urbanos, temos a Chapada de Brasília, cuja paisagem é de reflorestamentos, cultivos e espaços abertos. A cidade foi implantada numa área com pequena declividade (menos de 6%). (Planta nº 4. Riacho Fundo-DF).

<sup>35</sup>GDF/CODEPLAN/1996

<sup>36</sup> GDF/CODEPLAN/1995

Fig. nº 6. BR-060. Riacho Fundo-DF



Fig. nº 7. Riacho Fundo-DF



Fig. nº 8. Riacho Fundo-DF



Fig. nº9. Riacho Fundo-DF

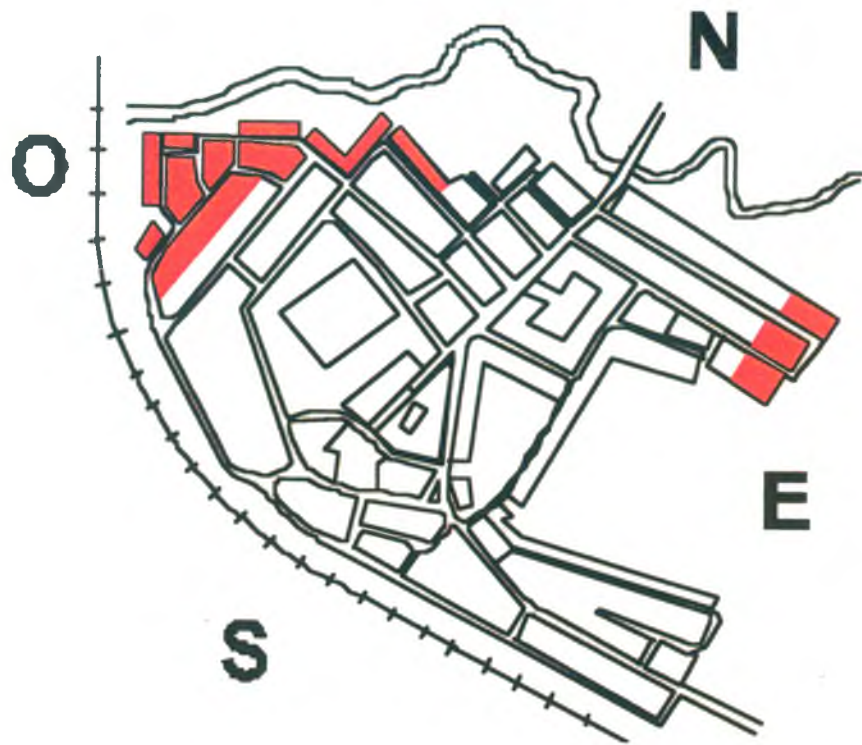


Planta nº 1. Núcleo Bandeirante-DF



Fonte: Romero, 1996. Projeto Integrado de Pesquisa.

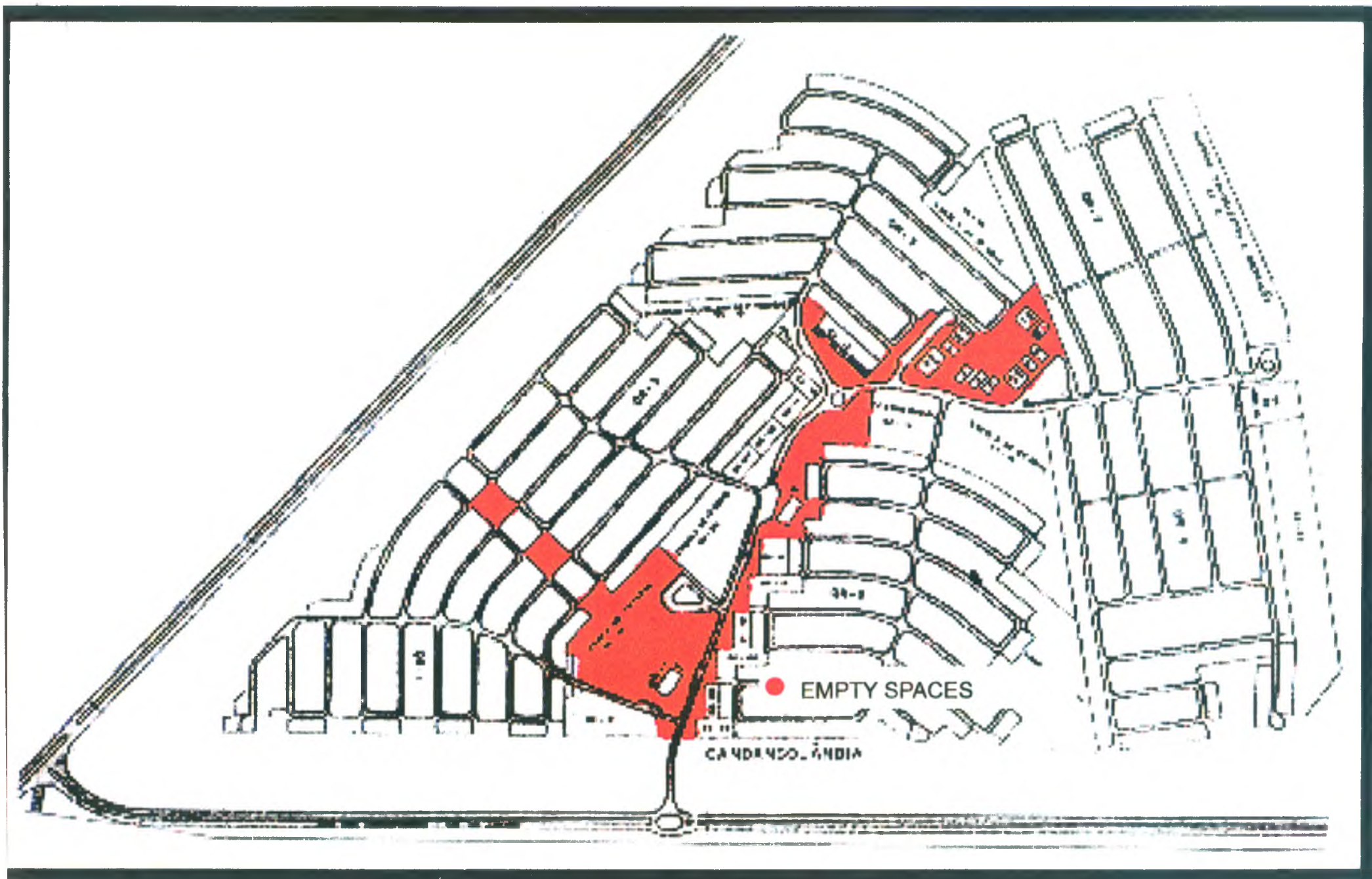
## Planta nº 2 Metropolitana-DF



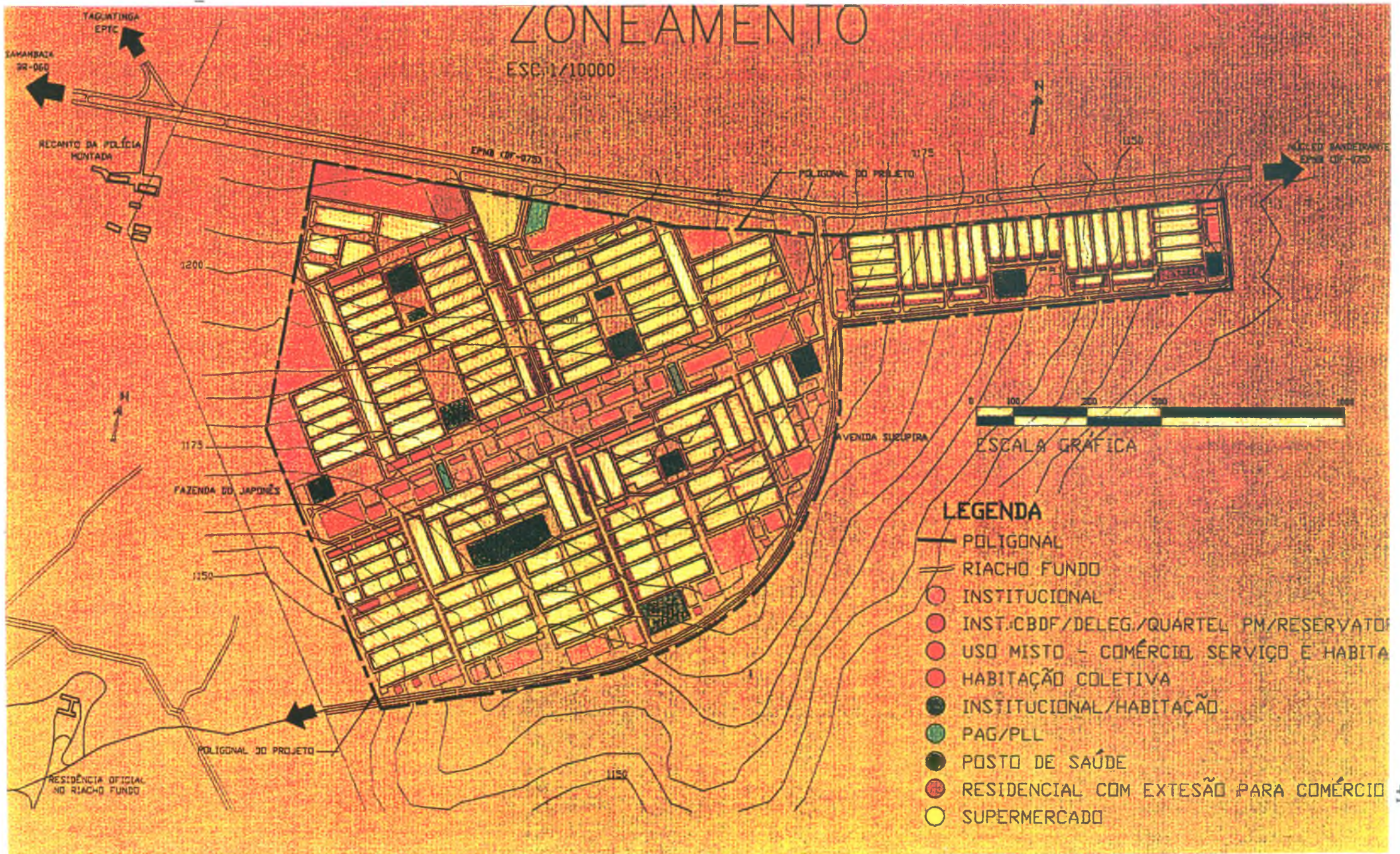
Fonte: Romero, 1996. Projeto Integrado de Pesquisa.



Planta nº 3 Candangolândia-DF



Planta nº 4. Riacho Fundo\_DF



### **Breve Análise da situação atual e a questão legal dos núcleos em estudo.**

As localidades analisadas nesta pesquisa estão situadas no Distrito Federal. Brasília é a capital do Brasil, fundada em 21 de abril de 1960. Foi construída no final dos anos cinquenta, no quadro de surto do desenvolvimento, concebida como cidade-modelo do urbanismo moderno, planejada e estruturada para ser cidade administrativa e pólo de desenvolvimento regional.

A periferia do Plano Piloto mostra um eixo de urbanização acelerada na orientação sudoeste. Este eixo inclui: Taguatinga, Águas Claras, Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Guará I e II. Dessas cidades foram escolhidas, para fazer parte deste estudo o Núcleo Bandeirante, a Metropolitana, o Riacho Fundo e a Candangolândia, sendo que esta última está inserida no perímetro do Plano Piloto. Todas elas estão inseridas numa sub-bacia do Riacho Fundo, que corresponde à unidade básica de planejamento, conforme a Lei Orgânica do DF<sup>37</sup>.

O Distrito Federal contará com 1.794.721 habitantes em 1996<sup>38</sup>, sendo que o Núcleo Bandeirante e a Metropolitana, consideradas em conjunto, estão com uma população de 23.169 habitantes, Candangolândia 15.319 e Riacho Fundo 18.746 habitantes.

Existem inúmeros tipos de traçados de retículas urbanas. Do ponto de vista de sua economia, podemos dizer que, a princípio, todos os traçados não-ortogonais têm custos maiores que os ortogonais e apresentam taxas de aproveitamento menores, porque formam glebas irregulares, significando assim uma dupla deseconomia.

Todo sítio apresenta na topografia suas características principais. Cada sítio tem seu ecossistema natural que, em maior ou menor grau, é alterado e agredido quando sobre ele se faz um assentamento urbano. Um novo sistema de morfologia urbana criado poderá ser agradável ou não, estável ou instável, econômico ou anti-econômico, dependendo, em grande parte, do critério com que o urbanista trata o sítio.

Não se pode dar uma regra geral, mas na sua maior parte os sistemas mais agradáveis são aqueles que contêm menores alterações ambientais, tornando-se mais econômicos e estáveis no tempo. Os assentamentos humanos que mais nos agradam são aqueles que parecem ter se desenvolvido de forma espontânea, aqueles lugares que aparecem como encravados na própria natureza.

A cada um dos assentamentos analisados correspondem a uma morfologia diferente, fruto da sequência temporal de sua construção. O traçado urbano das áreas em estudo mostram que o Núcleo Bandeirante tem um traçado ortogonal; enquanto que a Metropolitana possui um traçado espontâneo; a Candangolândia possui um misto de traçado ortogonal e espontâneo, enquanto o Riacho Fundo, possui um traçado ortogonal.

De acordo com a Lei 6.766/1979 que trata do Parcelamento do Solo Urbano Brasileiro, todo parcelamento urbano deve ser registrado em Cartório, onde fica averbada a sua morfologia urbana. Entretanto, vários assentamentos urbanos criados recentemente no DF ainda não foram registrados. Um exemplo, é o Riacho Fundo. Com mais de seis anos de existência, Riacho Fundo foi criado para abrigar inquilinos de baixa renda que receberam na época lotes semi-urbanizados. As famílias investiram tudo o que possuíam para realizar o sonho de ter um teto onde morar, e mesmo assim,

<sup>37</sup> Lei orgânica do DF/1993

<sup>38</sup> Correio Braziliense, 18/01/1996.estimativas da CODEPLAN para 1996.

não possuem direitos jurídicos sobre o imóvel. A Terracap se nega a emitir os contratos de compromisso de compra e venda dos terrenos.

O fato da cidade não estar legalmente reconhecida (registro oficial em Cartório) deixa os moradores impossibilitados de adquirirem financiamentos para a construção e melhoria dos imóveis. O coordenador do Movimento Pró-registro do Riacho Fundo disse que “legalmente a cidade não existe”.<sup>39</sup>

Quando se registra um parcelamento em Cartório de Registro de Imóveis, os lotes recebem matrícula específica como unidades imobiliárias autônomas. As ruas, praças e espaços públicos ao serem registrados, para constituir-se em **áreas de uso comum do povo** o que quer dizer, que são passíveis de utilização por qualquer cidadão, sem discriminação. Verifica-se entretanto que não existem implantados tais equipamentos urbanos. Por sua vez, os lotes criados no parcelamento para usos urbanos e comunitários - escolas, hospitais, centros de saúde, etc - passam a constituir-se em áreas especiais ou melhor **bens públicos de categoria de uso especial**.

Ocorre que nas localidades estudadas, bem poucos são os lotes destinados à categoria de uso especial que se encontram construídos, sendo que em alguns lugares foi, inclusive, mudada a destinação original. Houve denúncia por parte da população do Riacho Fundo, que os lotes destinados à escola pública estão sendo cogitados a serem vendidos para as escolas particulares. A população questiona se o Governo não tem obrigação de dar escola pública? Por exemplo, a área destinada originalmente ao Centro de Apoio Integral à Criança-CAIC, abrigará escola do Serviço Social da Indústria-SESI e Federação das Indústrias de Brasília-FIBRA e um playground, campo de futebol, de areia e outras atividades esportivas e lazer. Podemos indagar quanto a “Lei 6.766/1979 não prevê que devam existir equipamentos urbanos e comunitários mínimos?”

### **Aspectos Sócio-Econômicos:**

#### **Violência:**

A violência urbana e rural no Brasil tem gerado estudos e debates nos centros acadêmicos, nos documentos, nas pesquisas do Ibope, nos jornais e nas revistas, bem como na elaboração de dados das delegacias de polícia e dos institutos médico legal, nos quais apontam através dos números, a enorme preocupação com as grandes aglomerações urbanas, as más condições de vida e suas consequências: os homicídios, os assassinatos e os suicídios. É fundamental que estes estudos e dados oficiais venham alertar as autoridades competentes e mostrar como estão vivendo e agindo as pessoas nas cidades, podendo contribuir para o fim da violência e a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Na questão das mortes e da violência no Brasil, 70% das mortes violentas têm como vítimas adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 50% das quais seriam atribuídas à ação de grupos de extermínio, 40% a grupos de traficantes e 8,5% à polícia. É o que revela a pesquisa realizada pela antropóloga Alba Zaluar<sup>40</sup>. As políticas sociais falhas praticadas nos anos 80 e o alto grau de impunidade são apontados por Zaluar como os principais fatores que impulsionam a criminalidade no Brasil.

A antropóloga argumenta que a desigualdade social não é a melhor explicação para o crescente envolvimento dos jovens com o crime organizado no RJ, já que o número de jovens de classe média

<sup>39</sup> Jornal de Brasília. 31/10/1996

<sup>40</sup> Correio Braziliense. 24/12/1995

envolvidos é enorme. Além disso, lembra que, na década de 80 o RJ não apresentava o maior número de miseráveis do País e mesmo assim já era a cidade mais violenta do Brasil. Para ela, a questão da fome e da miséria absoluta não explicam a adesão dos jovens ao crime. O grande atrativo seria a possibilidade de enriquecer.

Após a gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa, que se baseia no uso constante da arma de fogo, o jovem descobre os prazeres da vida de rico e com ela se identifica.

Segundo a antropóloga, nessa fase o consumo passa a ser uma obsessão: roupas, carros, uísque e cocaína. Para que esse ciclo seja rompido, ela só vê uma alternativa: a recuperação do papel da educação no País, quando afirma que:

*“O cidadão quer uma escola que mostre um novo caminho para a juventude”.*

Entretanto, este é, ao nosso ver, um motivo secundário uma consequência. **O principal motivo da violência, como vários estudos já demonstraram, é a desigualdade social.**

O trabalho infantil, uma forma de violência, existe e se desenvolve porque é ignorado ou tolerado pela sociedade. Dados da Organização Internacional do Trabalho-OIT, 1995, afirmam que 73 milhões de crianças entre 10-14 anos exerceram algum tipo de atividade no mundo, sendo no Brasil, 16%.

No Brasil tem 19 milhões de analfabetos e somente a metade dos alunos termina a 8a. série do 1º grau. No ensino básico, que deveria ser prioridade nacional, a excelência é privilégio quase que exclusivo das escolas particulares. Já nas universidades, as melhores instituições são as públicas e as gratuitas. O agravante é que muitos jovens necessitam nesta idade trabalhar para sustentar suas famílias, o que impede-os de estudar no período diurno.<sup>41</sup>

Analisando o caso do DF, os dados realizados no primeiro semestre de 1995, pelo Conselho de Entorpecentes do DF<sup>42</sup>, relativo ao uso de drogas<sup>43</sup>, como álcool, cigarro e drogas, entre os 2.100 jovens pesquisados, de 10 a 20 anos nas escolas públicas e particulares de Brasília, se dá na faixa etária de 10 a 15 anos. A maconha e os inalantes são apontados como os psicotrópicos mais usados na aproximação inicial ao uso de drogas ilícitas. Sendo que 19,1% dos estudantes pesquisados já consumiram drogas.

A maior parte dos usuários de drogas presos pela polícia no DF é dependente de cocaína. A constatação é do Instituto Médico Legal, que realizou, no ano passado, 224 exames de laboratório em pessoas suspeitas de tráfico ou uso de drogas que foram parar nas delegacias. Desse total de exames, 136 (60,7%) indicaram que o preso havia consumido algum tipo de tóxico. Na maior parte dos casos era cocaína. Dos 108 exames solicitados nos suspeitos de uso de cocaína, 82 foram positivos, o que equivale a 76,6% do total.

O índice de homicídios aumentaram 60% em janeiro de 1996, com relação a dezembro de 1995 (50 pessoas). Em janeiro de 1996, o número foi de 80. A bebida foi considerada a principal estimuladora da violência<sup>44</sup>.

<sup>41</sup> Técnico Ib Teixeira. Fundação Getúlio Vargas

<sup>42</sup> Dados do 1º semestre de 1995

<sup>43</sup> Hoje a medicina define droga qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento.

<sup>44</sup> Correio Braziliense. 14/02/1996

Os presídios e delegacias de Brasília têm capacidade para abrigar 1.482 pessoas, mas elas acomodam 2.558. Existem 116 jovens presos no DF: 113 (masculino) e 03 (feminino)<sup>45</sup>. (Fig. nº 10. Celas superlotadas no DF).

Os crimes ocorridos em Brasília, em 1994 e em 1995, respectivamente: homicídios (397; 479); estelionato e fraudes (1594; 1679); roubos em geral (5688; 5702); flagrante de tráfico de drogas (172; 235) e furto de carros (4297; 4062)<sup>46</sup>.

Representante do Ministério da Saúde na teleconferência: “As Drogas e a Violência”<sup>47</sup>, afirma que os médicos no Brasil não estão preparados para atenderem os dependentes de drogas<sup>48</sup>.

Reflexos da violência urbana, foi o ato do menor que tentou roubar a bicicleta de uma garota de 15 anos, ela reagiu e ele atirou nela, matando-a. Os Moradores de Taguatinga Sul, indignados, tentaram linchar o menor de 15 anos de idade, em plena QSE, no centro da cidade.<sup>49</sup>

No Riacho Fundo, os mendigos e os meninos de rua invadem a praça da QI, onde tem um coreto. À tarde e à noite, ninguém pode atravessar a praça. Os meninos ficam se drogando e tornam-se violentos.

Na cidade satélite do DF, Ceilândia, a “União das Mulheres da Ceilândia” reivindica a criação de uma delegacia especializada no atendimento a mulher e um abrigo para as vítimas de violência. No DF são feitas **diariamente 60 denúncias de agressão às mulheres**. Destas, 18 a 20 são na Ceilândia. Segundo estatísticas, 65% dos crimes são praticados dentro de casa. “A maioria das mulheres não denuncia a violência que sofre”<sup>50</sup>.

Desta forma, a IV Conferência Internacional sobre a Mulher realizada pela ONU, em setembro de 1995, em Beijing, na China, concluiu que as mulheres também são vítimas de seus maridos e, os dois, do sistema político e econômico do país em que vivem. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM, em Brasília, atende às mulheres, procurando reduzir a sua discriminação e tem a disposição das interessadas uma videoteca especial com programas educativos.<sup>51</sup>

Com a tolerância da polícia, do Ministério Público e de toda a sociedade, estamos vendo o problema se agravar. Hoje, a prostituição infantil, o turismo sexual, a violência e a corrupção não são punidos devidamente e, ainda assim, as cadeias estão abarrotadas. A legislação penal brasileira é branda, anacrônica e condescendente com os criminosos. A maior punição prevista no código penal brasileiro é de 30 anos de reclusão. Após cumprir 15 anos de reclusão e apresentando bom comportamento, volta-se as ruas.

As crianças não ficam fora desta cruel situação, sendo vítimas do sistema. Foi realizado no DF o “Tribunal Popular contra a Prostituição Infantil”<sup>52</sup>, onde se reuniram políticos, líderes do movimento

<sup>45</sup> Correio Braziliense, 24/12/1995

<sup>46</sup> Secretaria Segurança Pública do DF, 28/01/1996

<sup>47</sup> Correio Braziliense, 22/03/1996. Realizado pela OAB em Goiânia-Goiás.

<sup>48</sup> O uso continuado da maconha interfere na capacidade de aprendizagem e memorização e pode resultar num estado de imotivação”, que é o desinteresse pela vida. A cocaína provoca irritabilidade, agressividade, delírios e alucinações. Os solventes num primeiro momento excitam e dão sensação de euforia, depois, depressão, desorientação, confusão e até alucinações. Uso continuado provoca lesões irreparáveis no cérebro.

<sup>49</sup> Correio Braziliense, 18/01/1996

<sup>50</sup> Correio Braziliense, 28/02/1996

<sup>51</sup> Aborto legal; Acorda Raimundo...acorda; Contos modernos: Controle de qualidade; Em busca de saúde: A magia da sobrevivência; Mão na massa: Por que cesária?; Retratos de mulher: Sexo, giz e apagador: Todos os dias são seus; Transas do corpo e Vênus de fogo.

<sup>52</sup> Correio Braziliense, 22/03/1996, no Park Shopping/DF

de meninos e meninas de rua e a comunidade em geral, para discutirem a questão da violência. As estatísticas do ano, passado da Secretaria de Segurança do DF, mostram que ocorreram 138 crimes de estupro, 112 casos de atentado violento ao pudor, tendo como vítimas, crianças e adolescentes. As cidades do DF onde mais se cometem crimes contra as crianças são: Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Região do Entorno e Plano Piloto.<sup>53</sup>

Os dados mostram que aumenta o problema das crianças e dos adolescentes no DF, principalmente a prostituição de menores. Somente no mês de abril, do corrente ano, houve 229 casos de exploração sexual de menores. De 1992 a 1996, as denúncias de abuso sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes saltaram de 10 para 50, por dia no DF<sup>54</sup>.

O promotor de justiça da cidade da Ceilândia, Dr. Francisco Leite, diz que a cidade está em 12º lugar no ranking de violência no Brasil. Sendo assim, considerada a cidade satélite mais violenta do DF. Para ela foi destacado um contingente de 103 homens da PM que fizeram uma “blitz” na cidade. Os traficantes que dominam o local, trocaram tiros com os PMs.<sup>55</sup>

Por outro lado, a Polícia Militar-PM do DF, preocupada com a moral do seu contingente policial, criou em 1995 o Centro de Assistência Social-CASO, para atender aos PM's que venham a necessitar de tratamento psicológico. Nota-se que o dia-a-dia nas ruas é muito estressante e imprevisível, principalmente quando tem que lidar com casos de violência. Dados oficiais do CASO afirmam que o tratamento psicológico se dá nas formas de atendimento: físico, mental e religioso. Conforme informação do Major responsável pelo Centro, os PM's acham que procurar apoio psicológico significa que são loucos.<sup>56</sup>

O Instituto Médico Legal-IML<sup>57</sup>, juntamente com a Polícia Civil do DF elaboraram um levantamento do rastro da violência no DF, **uma pessoa tem morte violenta no DF a cada 5 horas**. Nos primeiros seis meses de 1996, foram registrados 358 assassinatos, 374 mortes no trânsito<sup>58</sup>, 201 mortes por acidentes (afogamento, choque elétrico, quedas etc.). 56% das pessoas assassinadas tem de 11 a 30 anos. Os homicídios, tiveram um aumento de 16%, de 1995 a 1996. Em 1995, 68% dos homicídios foram com arma de fogo, subindo para 74% em 1996. Vítimas de atropelamento foram 173, ou sejam, 78% a mais até junho de 1996, com relação ao mesmo período em 1995.<sup>59</sup> (Gráfico nº 1. Causas das Mortes no DF).

Por isso, os moradores da Ceilândia e Samambaia estão se organizando na busca de mais segurança. Na Ceilândia, foi criada uma organização não-governamental-ONG, denominada: “Viva Ceilândia” e, em Samambaia, será instalado o “Conselho Interativo de Segurança”.

A ONG ceilandense quer acabar com a violência na cidade a partir da geração de empregos e da humanização da cidade. Inspirou-se no movimento “Viva Rio”. Para humanizar os espaços públicos, o projeto “Balões Vida”, pretende colocar, em cada ligação viária da Ceilândia, um monumento de referência histórica em homenagem a personagens que tem uma ligação maior com a cidade. O primeiro exemplo será a homenagem aos empresários do Espírito Santo que investem na cidade.

<sup>53</sup> O envolvimento de adolescentes com drogas e o aumento do número de abortos praticados por meninas violentadas por parentes são notícias constantes dos jornais diários.

<sup>54</sup> Correio Braziliense. 09/05/1996

<sup>55</sup> Correio Braziliense. 23/02/1996

<sup>56</sup> PM's em tratamento no CASO-DF. Em 1995= 150 e até julho de 1996=107

<sup>57</sup> Responsável Dra. Maria Leonor S. Kuhn

<sup>58</sup> O GDF há poucos meses atrás iniciou campanha educativa e de fiscalização (multas), os resultados mostram-se promissores.

<sup>59</sup> Correio Braziliense. 25/07/1996

Outro projeto “Viva Ceilândia”, é a criação de 1.500 galpões no Setor de Indústrias da Ceilândia, com financiamento do BNDES e do BIRD, onde o coordenador afirma muito entusiasmado que:

*“A idéia é ceder o espaço às microempresas, que vão transformar a Ceilândia no tigre do Centro-Oeste.”*

Na Samambaia, foi instalado o “1º Conselho Interativo de Segurança do DF” composto de prefeitos comunitários das quadras, representantes de igrejas, dos empresários, da administração regional, da 26a. DP e 2a. Companhia de Polícia Militar Independente-CPMI. Um dos objetivos deste conselho é fiscalizar (no bom sentido) o trabalho das polícias Civil e Militar. Acredita o administrador da Samambaia,<sup>60</sup> que:

*“A polícia não é capaz de ver tudo o que se refere à segurança, mas a comunidade não deixa passar nada em branco”,*

Samambaia começa a exportar tecnologia de policiamento para outras cidades do DF e Entorno. A 2a. CPMI de Samambaia e a RA estão desenvolvendo o “Programa de Polícia Interativa”<sup>61</sup>. Os pontos do programa são:

- o controle da qualidade e da produtividade de cada um dos 400 homens da 2a. CPMI da cidade;
- a constituição do Conselho Interativo de Segurança, reunindo representantes dos moradores e dos órgãos de segurança, para definir as ações de policiamento;
- a fixação dos policiais na cidade;
- a utilização dos carros da PM no policiamento preventivo.

Observa-se que 70% dos PM’s são residentes na cidade. Foi feito, ainda, um acordo com o Centro de Operações da PM para liberar algumas equipes do atendimento a ocorrências criminais, para patrulhamento nos horários de maior movimento de saída e retorno dos moradores à cidade. A RA e a 2a. CPMI prepararam questionários, que serão espalhados no comércio e folhetos, a serem distribuídos de casa em casa, para que a população indique os principais problemas com a segurança.

Não é apenas na questão da violência que estão atuando os contingentes da polícia civil do DF<sup>62</sup>. O Corpo de Bombeiros do DF trabalha, também, nas cidades satélites como agentes de saúde. O trabalho deles faz parte do projeto “Saúde e Cidadania”, desenvolvido pela Regional de Saúde de Taguatinga e com a participação da RA da Samambaia.

A situação dos 12 milhões de idosos no Brasil é preocupante. No DF, apenas 1% das 130 mil pessoas com mais de 55 anos está em asilos. Existem apenas 14 asilos, sendo que cada um deles abriga de 40 a 50 pessoas. Os maus-tratos (desnutrição, agressão física, miséria, tratamento inadequado de saúde e abandono da família) provocam, também, a depressão, seguida muitas vezes pelo suicídio, uma das principais causas de morte de idosos nos grandes centros urbanos. Teremos no ano 2020, aproximadamente, 32 milhões de idosos no Brasil. Conforme a Lei nº 8.842 de janeiro de 1994, a “Política Nacional do Idoso”, deveria ser garantido asilo a todos os idosos.

<sup>60</sup> Correio Braziliense, 09/03/1996

<sup>61</sup> Correio Braziliense, 20/03/1996

<sup>62</sup> Dados do CASO -DF. até 25 julho 1996, foram atendidos 107 PM’s com problemas psicológicos; em 1995 foram atendidos 150.



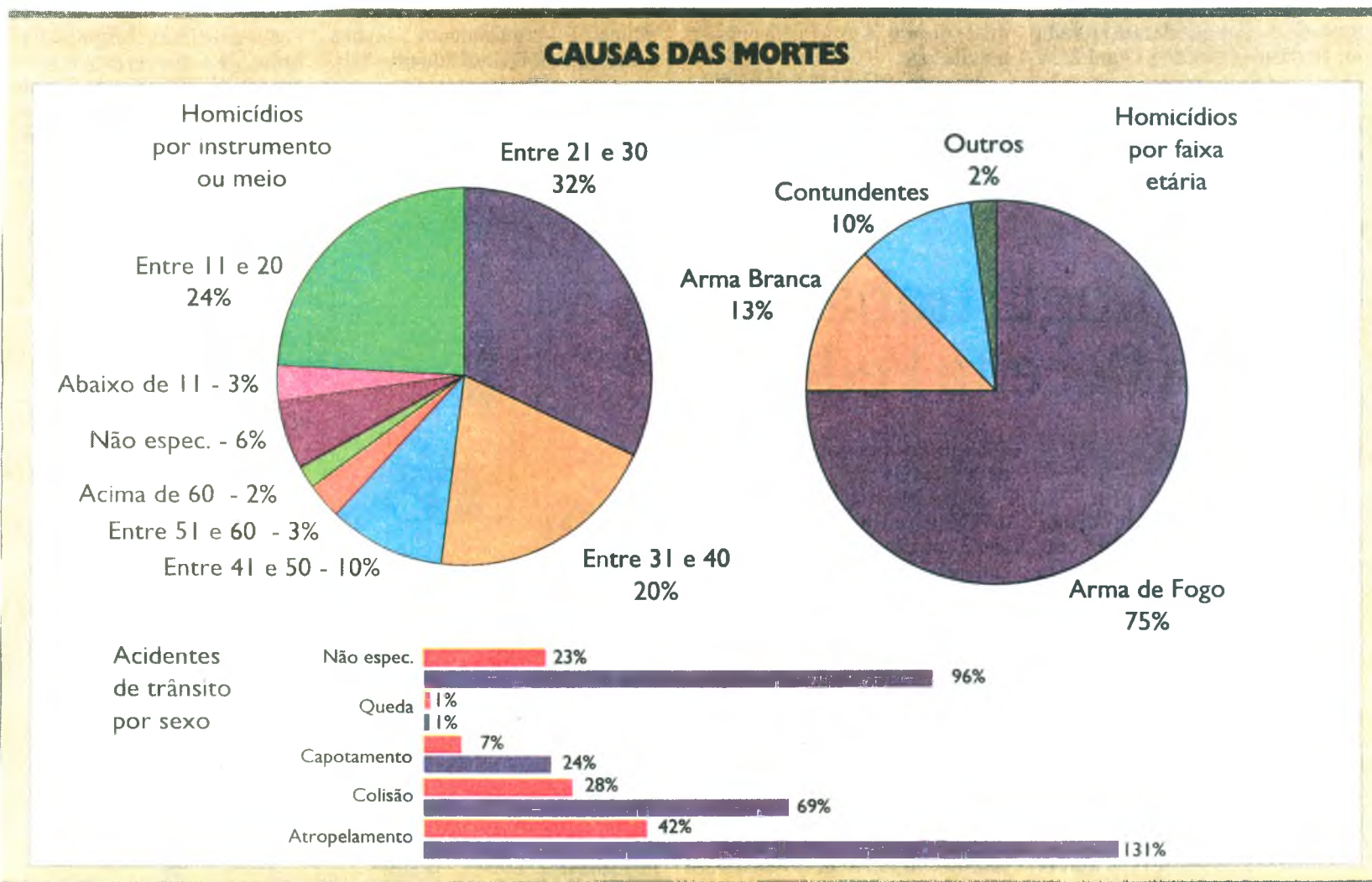
Fig nº 10 Celas superlotadas no DF.



*Na 26 DP, 16 presos dividem uma cela de apenas 10 metros quadrados onde deveriam ficar apenas dois detentos.*

Fonte: Correio Braziliense, 20/03/1996

Gráfico nº 1-Causas das Mortes no DF.



Fonte: Correio Braziliense, 15/07/1996

O mapa das gangues no DF mostra que elas existem desde os anos 80, quando surgiram em Taguatinga e Ceilândia, fazendo pichações. As pichações, para eles, definem o seu espaço. Hoje eles dizem que para manter seus domínios, vale tudo. Chegam a cobrar pedágio aos alunos para entrarem nas escolas<sup>63</sup>.

A cena parece de cinema, garotos com rostos escondidos surgem armados com pedaços de pau, batem sem a menor condescendência, arrebentam e picham todos os muros das escolas. As autoridades do DF constatam que a violência é um fato. Para amenizar a situação, o GDF lançará o projeto: “A Escola Tamanho Família”, que pretende reunir pais, alunos, policiais e professores para discutir a violência e encontrar possíveis caminhos.<sup>64</sup> (Fig. nº 11 Adolescentes saem da marginalidade) e (Fig. nº 12. Gangues do DF).

Fig. nº 11. Adolescentes saem da marginalidade



*Gilmar, Gustavo e Francisco pintaram o muro do Centro de Ensino Nº 2*

Fonte: Correio Braziliense.1996

O Presidente da República lançou, em maio de 1996, o “Plano dos Direitos Humanos”. Consta que existem no País 3 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, trabalhando, o que é proibido pela Constituição Federal. O Centro Brasileiro da Infância constata que há 500 mil meninas prostituindo-se no Brasil. Há violação sistematicas dos direitos básicos da criança: viver plenamente sua infância, ter uma convivência familiar e comunitária e receber os instrumentos necessários para se

<sup>63</sup> Correio Braziliense. 20/06/1996

<sup>64</sup> Correio Braziliense. 16/08/1996. Centro de Ensino nº 14. Taguatinga Norte, afixaram cartazes com frases “Nós amamos nossa escola. Parabéns. Centro 14.” e pediram ajuda ao Batalhão Escolar. Conta com orientador educacional.

desenvolver. Para o Movimento Nacional de Meninos de Rua, existem 20 mil crianças nas vias públicas. Sabe-se que 80% delas poderiam ser retiradas das ruas com o “Programa de Renda Mínima”<sup>65</sup>.

**O Tribunal de Contas da União, em sua análise das contas do Governo Federal, relativas a 1995<sup>66</sup> informa que o Governo implementou alguns programas da sua política social, destacando-se entre eles o Programa Comunidade Solidária. Porém, a análise das despesas revela que houve redução em termos reais, em relação a 1994, nos seguintes grupos de programas da área social, comprometendo os resultados esperados para 1995: Alimentação (menos 6%), Apoio à Educação e ao Ensino Fundamental (menos 15,66%), Infra-estrutura de Saneamento Básico - com reflexos nos programas de Redução Mortalidade na Infância (menos 21,86%), Geração de Emprego e Renda (menos 40,95%), Assistência Social e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (82,93%), Desenvolvimento Urbano (menos 46,47%) e Desenvolvimento Rural (menos 67,64%).**

Resultados da 10ª Conferência Nacional de Saúde<sup>67</sup> indicam que a melhoria da qualidade de vida é o único remédio para fortalecer o setor. Pedese que o Governo Federal implante uma política intersetorial que contemple as áreas de saneamento básico, educação, transporte, habitação, emprego, salários, atendimento sanitário, segurança, proteção do meio ambiente e prevenção de acidentes.

Nessa linha, Buarque (1993:82) afirma que:

*“O aumento da pobreza e a percepção da impossibilidade de erradicá-la geram segregação. O enfrentamento desta segregação, deste apartheid social, não pode ser apenas por medidas econômicas, mas também, por uma opção política baseada em valores éticos, tendo em vista a construção de uma nova modernidade.”*

O psicólogo Lavine (1988:1) ao analisar o estresse das cidades americanas afirma que:

*“não existe boas estatísticas refletindo a ‘saudável psicologia’ das áreas metropolitanas, mas existem dados seguros para quatro indicadores da patologia da psicologia-social: taxa de alcoolismo, suicídio, divórcio e crime. Estas medidas foram escolhidas porque ambas são causa e efeito do estresse social, certamente um dado importante para o elemento da psicologia do bem-estar.”*

Esta é, no nosso entendimento, uma abordagem válida visto que os quatro indicadores da patologia psico-social são mesmo causa e efeito do estresse social, porém, o principal motivo desta disfunção, com suas consequências às vezes desastrosas, como a violência é, como vários estudos já demonstraram, a desigualdade social.

Comentando uma “solução” contra a violência, muito falada atualmente, a socióloga Sophie Body-Gendrot, afirma que “o enclausuramento em condomínios não contribui para reduzir as taxas de violência. Ao contrário. Os muros reforçam a suspeita de todos contra todos”. Na mesma linha de

<sup>65</sup> Folha de São Paulo. 12/05/1996

<sup>66</sup> Folha de São Paulo. 12/05/1996. Programa de concessão de uma renda mínima do chefe de família. proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

<sup>67</sup> Correio Braziliense. 08/09/1996



Fonte: Correio Braziliense - 20/06/1996

Fig. nº 12 - Gangue do DF.

pensamento, a tese de doutorado da antropóloga Teresa Caldeira analisa o medo da violência urbana na Zona Leste de São Paulo. Ela concluiu que “a cidade está se transformando em um amontoado de pequenos castelos murados que reforçam o ciclo da violência”<sup>68</sup>. Nesse mesmo artigo, mostra que as empresas de segurança movimentaram em 1995, no país, 3,3 bilhões de reais, e deram emprego a 1,1 milhão de pessoas.

Desta forma, o Brasil tem hoje 1/3 a mais de homicídios do que os USA, uma das nações mais violentas entre os países desenvolvidos. Em 15 anos, o número de assassinatos no Brasil deixou de ser 50% menor do que nos Estados Unidos.

Em 1979, pelas estatísticas do Ministério da Saúde, 11.194 pessoas foram mortas no Brasil. Nos EUA, nesse mesmo ano, houve 22.202 assassinatos, segundo o Center for Disease Control, do governo americano.

Proporcionalmente à população, a taxa de homicídios brasileiros já superava ligeiramente a norte-americana à época: 11,69 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, contra 9,89 por 100 mil.

O mais grave, no caso brasileiro, é que o principal crescimento desses crimes aconteceu entre adolescentes. Em 1994, o país viu serem mortos 4,505 jovens de 15 a 19 anos - quatro vezes mais do que o número de adolescentes assassinados em 1979.

No Brasil, a causa desse crescimento rápido está ligada à urbanização, à disseminação do tráfico de drogas e à proliferação de gangues juvenis, avalia Guaracy Minguardi, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

Especialista no assunto, diz que esses fenômenos se somam a outras causas, responsáveis pelos assassinatos em todas as faixas etárias, como por exemplo, o grande aumento do número de armas em circulação no País.

Minguardi faz, entretanto, uma ressalva em relação aos números de assassinatos no Brasil: a qualidade das estatísticas brasileiras. Ele diz que é grande a chance de subavaliação, principalmente até meados dos anos 80. Como os erros nesse tipo de dado são sempre para menos e nunca para mais, a eventual falha nas estatísticas brasileiras pode significar que o quadro de homicídios no Brasil é ainda mais grave do que o dos EUA<sup>69</sup>.

Pesquisa realizada pela Revista Pólis<sup>70</sup>, para os paulistanos São Paulo apresenta um déficit social alarmante, falam que o sistema de transporte é ineficiente, a população está carente de saúde, educação e habitação. Essas deficiências, somadas à crise econômica e ao desemprego, compõem um quadro dramático onde se revela o caráter desumano, violento e inseguro da cidade. Ficaria aqui uma pergunta para a população do Plano Piloto: Como estão vendo os brasilienses a questão social no DF ? Acredita-se que as pessoas que habitam o Plano Piloto, Lagos Norte e Sul, Mansões Park Way, dificilmente, ou seja, quase nunca circulam por esses aglomerados urbanos.

Vários estudos apontam que as injustas desigualdades sociais geram um campo propício à violência.

<sup>68</sup> Super Interessante. n° 11. ano 10. novembro de 1996 “Tempo de Violência” por Ricardo C. Prado. pp.39.

<sup>69</sup> Folha de São Paulo. 11 de novembro de 1996

<sup>70</sup> Pólis. n° 26. 1996

## Concentração da Renda:

As consequências perversas da concentração da renda e da riqueza são muitas, mas no Brasil, em especial, elas tem resultado em grande injustiça social. Até o momento não foi realizada uma reforma agrária como complemento suficiente para reduzir a concentração fundiária, o que no processo de desenvolvimento econômico e social, vem sacrificando um grande contingente populacional, privando-os dos direitos inalienáveis ao homem. Sustentando esse quadro, presencia-se uma significativa parcela de políticos decidindo as questões essenciais do País, na maioria das vezes, atendendo a interesse próprios de suas categorias.

Para ilustrar tal situação, nota-se a região nordeste brasileira onde são poucos os donos da grande maioria das terras e da produção. Consequentemente, presencia-se dia-a-dia grandes contingentes de migrantes que buscam em outras cidades a sua sobrevivência. Pesquisa realizada pela equipe do departamento de sociologia da UnB<sup>71</sup>, entrevistou 150 chefes de família. A pesquisa questiona a capacidade do Estado em atender as demandas sociais. Relata que o nordestino que já esteve antes em Brasília, voltaram porque a população do DF é generosa, dá esmolas, gorjeta, seu lixo é valioso.

Um exemplo de desenvolvimento social é a metade norte do estado do Rio Grande do Sul, onde predominam as pequenas propriedades e onde existem hoje centenas de municípios pequenos, promovendo o emprego e a renda, promovendo oportunidades a grande maioria dos que lá habitam. Constata-se através de notícias que o nível de vida daquela população é um dos melhores do País.

O estudo da concentração de renda é muito importante, uma vez que ela é a geradora de grande parte dos problemas sociais. Assim, faz-se-á a seguir rápida abordagem do assunto, através de números e estudos técnicos, na tentativa de mostrar sua importância.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em sua Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-PNAD<sup>72</sup>, constatou-se que de 1990 a 1993, o percentual de trabalhadores com carteira assinada caiu de 58,5% para 50,9%. Em consequência, o percentual de trabalhadores informais aumentou de 35% para 38,6%.

Também caiu o número de contribuintes para a Previdência Social de caráter oficial (nacional, estadual e municipal). Em 1990 esse número era de 29,5 milhões de pessoas, em 1993 caiu para 28,7 milhões.

- O número de trabalhadores com carteira assinada em atividades não-agrícolas era de 21,2 milhões, em 1990, e caiu para 18,8 milhões, em 1993, uma redução de 2,4 milhões em apenas três anos. Já o número de trabalhadores não-agrícolas informais cresceu de 9,7 milhões para 11,6 milhões no mesmo período. De acordo com os técnicos do IBGE, os números refletem a crise econômica do início desta década.
- No campo, entretanto, as relações de trabalho formais cresceram. O percentual de trabalhadores com carteira assinada saltou de 22,9%, em 1990, para 25,9%, em 1993. Observa-se contudo que a violência no Brasil é muito mais urbana do que rural.

<sup>71</sup> Coordenada pelo Prof. Marcel Burztin, no primeiro semestre de 1996.

<sup>72</sup> A IBGE/PNAD/1995, é feita anualmente, exceto nos anos em que há o censo geral do país (cada 10 anos). A pesquisa não foi feita em 1994, por falta de verbas. A partir de 1992, o IBGE introduziu uma série de mudanças na pesquisa para torná-la mais abrangente, o que contribuiu para o atraso na divulgação dos números de 1993.

⁹ O desemprego no Brasil quase dobrou de 1990 a 1993, passando de 3,7% para 6,8%<sup>73</sup>. Em 1983 a taxa de desemprego era de 4,9%.

ⁱ A PNAD/1995, mostrou que a População Economicamente Ativa-PEA brasileira, era de 71 milhões, em 1994<sup>74</sup>, dos quais 66,6 milhões de pessoas estão empregadas. A diferença de 4,4 milhões de pessoas representa 6,2% de desempregados.

Ainda, segundo os dados da PNAD/1995, a casa do brasileiro conta com 90% de energia elétrica, 70% são atendidos por coleta de lixo; 85% tem rádio; 76% tem televisão; 20% tem telefone; 75% tem água encanada; 59% tem esgoto; 13% tem freezer; 72% tem geladeira e 24% tem máquina de lavar. Cai o tamanho médio da família em 1983, 4,2 pessoas e em 1993 para 3,7 pessoas.

ⁱ De acordo com os dados do PNAD/1995, a participação dos 10% mais pobres no total dos rendimentos pessoais no Brasil caiu de 0,9%, em 1990, para 0,7%, em 1993. Por outro lado, os 10% mais ricos tiveram um aumento de sua participação na renda de 48,1%, em 1990, para 49,8%, em 1993. A parcela de 1% mais rica da população, que detinha 14% de toda a renda pessoal em 1983, passou a deter 16% em 1993.

Quanto às desigualdades regionais, na região Centro-Oeste os migrantes constituem 55% dos habitantes das cidades, nos Estados em geral são 23,6 milhões de migrantes. Ainda, temos o maior rendimento médio de trabalho, 4,2 salários mínimos. Quanto a região Sul temos o maior percentual de trabalhadores sindicalizados: 22% (contra 14% no Centro-Oeste), menos famílias chefiadas por mulheres: 19% (no Centro-Oeste, são 21%), a maior porcentagem de casas com freezer (27%) e máquina de lavar roupa (36%). Na região Nordeste temos as maiores taxas de analfabetismo: 31% das pessoas com 10 anos ou mais; a maior concentração de renda; os 10% mais ricos têm 53% dos rendimentos; o menor rendimento médio de trabalho, 2,7 salários mínimos; as famílias mais numerosas com 4,1 pessoas. Na região Sudeste temos a população mais velha: 8,5% de idosos e só 20% de crianças.

A Região Centro-Oeste, e principalmente Brasília, tornou-se o novo pólo de atração do movimento migratório do País, superando as regiões Sul e Sudeste, que detinham a preferência nacional no censo de 1980. A média brasileira revela que, de cada dez pessoas, mais de quatro residem fora do município em que nasceram, ou seja, 45,5% não são naturais do município em que moram. Mas, no Centro-Oeste, as pessoas não-naturais respondem por 55% da população local<sup>75</sup>. É fácil entender os motivos. Trata-se de uma área nova de fronteiras agrícolas, com perspectivas de desenvolvimento maiores que as outras regiões do País.

Dados do IBGE/1991, ainda a respeito da concentração de renda no país, mostram que apenas 2% dos chefes de família no Brasil ganham um salário médio mensal superior a R\$ 2.000 (20 salários mínimos). Os que não tem qualquer rendimento, são 4%. A maioria esmagadora se encontra entre os que recebem até três salários mínimos (79%).

Para confirmar essa situação, os dados da Carta Mensal do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, do Estado do RJ, mostram que pelo menos R\$ 40 bilhões é quanto o Brasil perde por ano, somente para reparar produtos defeituosos e serviços ruins, resultantes da má formação profissional do nosso trabalhador. Este documento afirma, ainda, que a agricultura perde de 25% a 30% de sua produção; a indústria, de 5% a 10%; a construção civil, 20%; o setor de infra-estrutura,

<sup>73</sup> Dados PNAD/1995

<sup>74</sup> IBGE. População estimada para o Brasil. 1.794.721 hab./1996

<sup>75</sup> IBGE/1991



10% e os serviços, 15% a 20%. Nossos produtos industrializados começaram a perder competitividade no mercado internacional, e agora, perdem dentro do país, em virtude de sua má qualidade e das facilidades de importação.

O documento ainda compara o número de alunos que começam a estudar e quantos terminam os cursos, com alta taxa de repetência, responsável por gasto extra de R\$ 7 milhões por dia.

¶ A radiografia do desemprego no Brasil (taxa média anual) de novembro/1994 e novembro/1995, é respectivamente, de:

- população economicamente ativa: 16,6 milhões e 16,9 milhões
- empregados: 15,9 milhões e 16,1 milhões
- desempregados: 66,5 mil e 802,0 mil
- taxa de desemprego: 4,0% e 4,72%

No DF vem aumentando sistematicamente o desemprego. Em 12 meses, de outubro de 1994 a outubro de 1995, a taxa de desemprego passou de 13,3% para 15,6%. Isto significa que novas 21,5 mil pessoas engrossaram a lista dos desempregados. O número de desempregados em outubro de 1995 estava em 125,1 mil e o número de ocupados 676,8 mil<sup>76</sup>.

O desemprego no DF em outubro/1993, outubro/1994 e outubro/1995 foi, respectivamente (milhões):

- população economicamente ativa: 755; 778 e 802
- empregadas: 648; 674 e 677
- desempregadas: 107; 104 e 125

A taxa de desemprego no DF, no mês de janeiro/1996, chegou a 16,8% e foi o maior dos últimos quatro anos. A capital do país contava naquela data com uma legião de 134.400 trabalhadores a procura de ocupação<sup>77</sup>.

A taxa de desemprego do grupo de baixa renda: Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro e Candangolândia é de 16,3%<sup>78</sup>.

O nível de emprego formal da economia diminuiu em 63.507 postos em janeiro/1996, o que corresponde a uma queda de 0,26% em relação ao mês anterior. Nos 12 meses entre fevereiro de 1995 e janeiro de 1996, foram fechados 453.225 postos de trabalho.

O Índice de Custo de Vida-ICV em Brasília ficou em 2,5% em dezembro de 1995, resultando numa taxa anual de 21,6%<sup>79</sup>. Segundo levantamento sócio-econômico de famílias feito pela CODEPLAN<sup>80</sup>, os números mudaram, a renda média do brasiliense cresceu, mas a distribuição de renda piorou. Segundo a pesquisa, 40% da renda do DF estão nas mãos de 10% das famílias mais ricas. Enquanto em Brasília a renda familiar média é de 29,0 salários mínimos, no Paranoá é de 3,7 salários. Na segunda faixa de renda, entre 10 e 11 SM, foram agrupadas famílias residentes no Núcleo Bandeirante, Taguatinga e Sobradinho. (Gráfico nº 2. Evolução da Distribuição da Riqueza no DF e Mapa da Distribuição da Riqueza no DF).

<sup>76</sup> CODEPLAN/PED-1995

<sup>77</sup> Dados: CODEPLAN, PED, DIEESE, F. SEADE e Secr. Trab.

<sup>78</sup> Pesquisa Emprego e Desemprego, Correio Braziliense. 05/06/1996

<sup>79</sup> Correio Braziliense. 17/01/1996

<sup>80</sup> Correio Braziliense. 8/06/1996

Um dado importante desta pesquisa, a classe média predomina em Brasília. Metade das famílias do DF ganha entre 2 e 10 SM. Em 1980, 50% estavam nesse nível de renda. Da primeira pesquisa (década de 80) para a última (1991 e 1992), cresceram os números de pessoas que recebem por mês entre 10 e 25 SM, 24% e das famílias que ganham acima de 25 SM, 13%. As famílias de renda até 2 SM permanecem no mesmo nível, 12%. A maioria das famílias, 56,7%, sobrevive com o salário mínimo.

A pesquisa de 1991 e 1992 aponta que a metade das famílias do DF tem casa própria. Este número sobe para 66% se for considerado o percentual de 16% correspondentes a concessões de uso nos assentamentos. E, ainda, 19% das famílias pagam aluguel, 5% moram em imóveis funcionais e 9% vivem em locais cedidos por terceiros. O mesmo estudo aponta que, praticamente, todas as residências urbanas do DF são servidas de eletricidade; enquanto 80% das famílias são atendidas por rede de água e esgoto. Na pesquisa de 1980, os equipamentos domésticos eram diferenciadores da classe econômica. Atualmente, o que dita essa diferença é o número de eletrodomésticos e bens móveis que a pessoa possui. A metade da população não possui carro. Cerca de 82% das famílias com veículos estão no Plano Piloto e Lagos Norte e Sul.

Calsing (1996)<sup>81</sup>, em trabalho do IPEA/DF, vem confirmar este desnível de renda, quando afirma que:

*“as famílias, as crianças, os adolescentes, os idosos considerados carentes e as pessoas portadoras de deficiências chegam ao fim do ano sem ter muito o que comemorar”.*

As estimativas para este ano apontam a existência de 4,8 milhões de famílias carentes, representando cerca de 10,7% do total das famílias brasileiras. Afirma o pesquisador que:

*“O problema educacional não se relaciona apenas ao aumento quantitativo da cobertura, mas principalmente à necessidade de melhoria qualitativa do ensino.”*

De acordo com este trabalho do IPEA, constatou-se que existem características marcantes na vida das pessoas de 70 anos ou mais pertencentes a famílias que não conseguem prover sua manutenção. Entre estas características, o pesquisador aponta que 62% residem em domicílios com água inadequada; 77% residem em domicílios com esgoto inadequado e 21% não dispõem de nenhum tipo de rendimento.

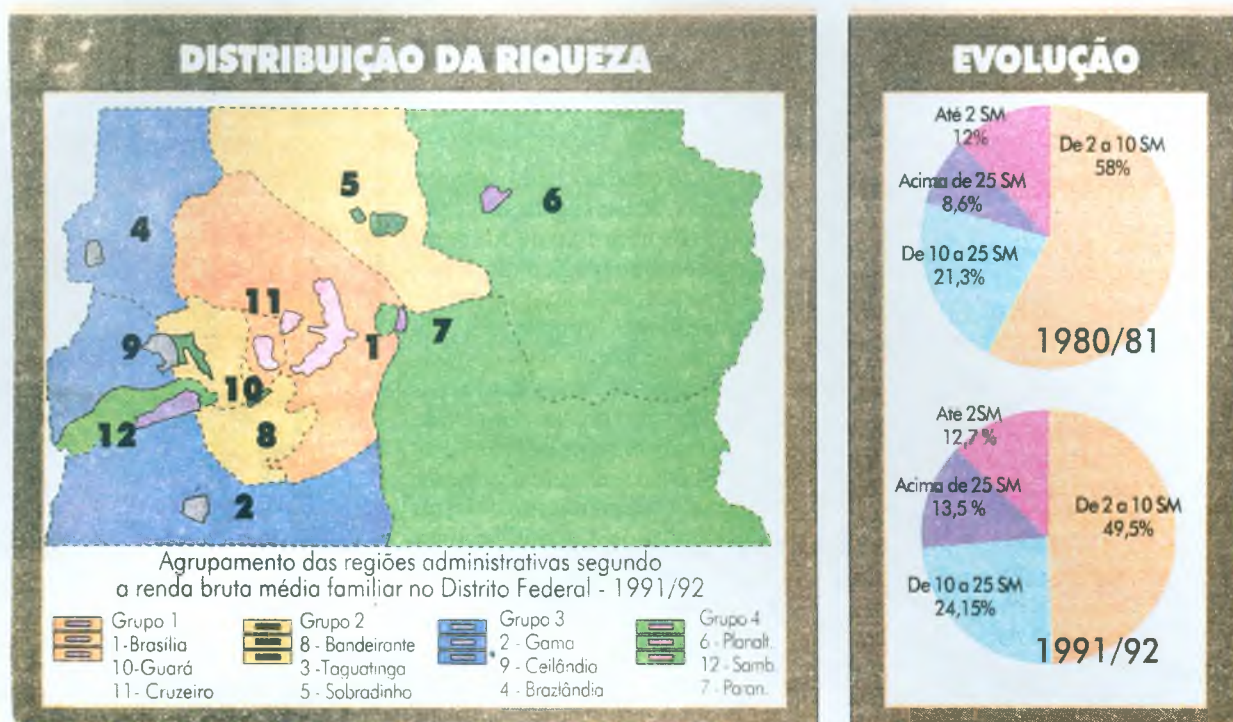
As crianças e os adolescentes, representam hoje 38% da população brasileira (58 milhões). Esse mesmo pesquisador apurou que 18,5% desse total (11 milhões) vivem em famílias com renda mensal *per capita* até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, ou seja, R\$ 25.

De acordo com o pesquisador do IPEA/DF, a situação por faixa etária é a seguinte: de 0 a 6 anos, 4.837 milhões de pessoas; de 7 a 14 anos, 4.992 milhões; e de 15 a 17 anos, 1.268 milhões de pessoas. Das crianças de 0 a 6 anos de idade, por levantamento, 36% não têm suas casas abastecidas com água potável e 54% não dispõem de esgoto sanitário adequado. Nas famílias com renda mensal *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, as proporções são mais drásticas, uma vez que 44% das crianças não têm água potável e 84% não têm esgoto adequado.

---

<sup>81</sup> Eliseu F. Calsing, técnico do IPEA em entrevista ao Correio Braziliense. 22/12/1995

Grafico nº 2. Evolução da Distribuição da Riqueza no DF e Mapa da Distr. Riqueza no DF.



Fonte: CODEPLAN, 1991/1992

Instituições governamentais, organismos internacionais e entidades civis em todo o mundo estão preocupados com a situação do nível de vida de grande parte da humanidade. Shiva<sup>82</sup>, afirma que em seu próprio país, **mais de 95% da população agrícola poderia ser deslocada no próximo século pela revolução da biotecnologia na agricultura**. Se isto ocorrer, adverte Shiva que:

*“teremos a Iugoslávia multiplicada mil vezes, com movimentos separatistas, tumultos sociais e colapso potencial do Estado Indiano...“países como a Índia sofrerão com a Terceira Revolução Industrial-TRI...“provavelmente ampliará ainda mais a distância entre ricos e pobres, à medida que as novas tecnologias da informação criam uma nova elite de analistas simbólicos de um lado, enquanto que, de outro, as novas biotecnologias eliminam em massa famílias de pequenos agricultores...“a Índia não pode sobreviver com enclaves de prosperidade, enquanto o resto do povo não tem qualquer direito a subsistência e trabalho para sua própria sobrevivência. “*

A TRI surgiu imediatamente após a II Guerra Mundial e somente agora está começando a ter um impacto significativo no modo como a sociedade organiza sua atividade econômica. Analistas da

<sup>82</sup> Vandana Shiva, Diretora da Fundação de Pesquisa para a Ciência, Tecnologia e Política de Recursos Nacionais da Índia. In: Jeremy Rifkin, 1995

indústria chinesa prevêem que até 30 milhões de trabalhadores serão demitidos na onda atual de reestruturação corporativa, elevando o número de desemprego para assustadores 160 milhões.<sup>83</sup>

Na América Latina, o desemprego urbano é superior a 8%. A Índia e o Paquistão estão sofrendo um desemprego de mais de 15%. Apenas alguns países do Leste Asiático exibem índices de desemprego abaixo de 3%<sup>84</sup>. O nível de desemprego na França está em 11,5%. Na Inglaterra, atingiu 10,4%. Na Itália, atingiu 11,1%. Na Bélgica, chega a 11 %. O desemprego na Dinamarca está chegando a 11,3%. Na Espanha, que estava entre os países de maior crescimento na Europa, um em cada cinco trabalhadores hoje, está desempregado. Na Alemanha, o desemprego atinge 4 milhões atualmente. Mais de 80 milhões de pessoas na Comunidade Européia já estão vivendo na pobreza.

No Japão o número de desempregado pode chegar a 7,5%.<sup>85</sup> Nos próximos dez anos, mais de um bilhão de empregos terão de ser criados em todo o mundo, para proporcionar renda para todos os novos trabalhadores, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.<sup>86</sup> Alguns economistas e líderes empresariais japoneses adotam a abordagem da linha mínima de resultados, sustentando que é necessário mais tempo livre para estimular a economia de serviços e proporcionar aos trabalhadores japoneses tempo para comprarem e usarem mais bens e serviços. Outros vêem a questão do trabalho e do tempo livre como uma preocupação com a qualidade de vida e afirmam que os trabalhadores precisam de mais tempo para estarem com seus familiares, participarem das atividades de seus filhos, de seus bairros e comunidades e para aproveitar mais a vida.

Em 1992, o Primeiro Ministro Kiichi Miyazawa anunciou que as horas de trabalho reduzidas seriam uma meta nacional e que o governo comprometeria seus recursos na promoção da “qualidade de vida” no Japão.<sup>87</sup>

As cidades brasileiras vivem hoje os contrastes resultantes do movimento acelerado de urbanização ocorrida nas últimas décadas, que se reflete de forma direta na qualidade de vida de suas populações. A questão que se impõe às grandes cidades e às regiões metropolitanas como um todo, nesse quadro de contornos fortemente delineados pelo processo de migração do campo, é a geração de empregos: tarefa de responsabilidade mais nacional que local.

A TRI está se espalhando rapidamente pelos países em desenvolvimento. Empresas globais estão começando a construir fábricas sofisticadas e instalações de última tecnologia nesses países. **As máquinas estão substituindo os trabalhadores em todos os países em desenvolvimento.** Martin Anderson, vice-presidente da Femini Consulting, em Nova Jérsei, diz que<sup>88</sup>:

*“teme que a TRI venha a significar alguns poucos empregos de alta tecnologia para a nova elite de trabalhadores do conhecimento e crescente desemprego tecnológico permanente para milhões de outros...” “a tendência nítida é a continuação da extensiva polarização de rendas e a marginalização de milhões de pessoas.”*

<sup>83</sup> China's Much-Needed Effort to Improve Productivity Will Take Economic Toll. Wall Street Journal. 1994. In: Jeremy Rifkin.

<sup>84</sup> Human Development Report. 1993. In: Jeremy Rifkin.

<sup>85</sup> Clues to Rising Unemployment. Financial Times, 22/07/1993. In: Jeremy Rifkin (1995).

<sup>86</sup> Human Development Report. 1993

<sup>87</sup> Em 1992, o governo anunciou o plano quinquenal do Conselho Econômico para torna-se a “super potência do estido de vida”. O plano enfatizará programas que criem um ambiente mais saudável, com mais lazer para os cidadãos japoneses. No topo da lista de prioridades está a redução da semana de trabalho de 44 para 40 horas. In: Jeremy Rifkin. 1995.

<sup>88</sup> Entrevista, 5 de maio de 1994

**No Brasil, mais de 50% dos trabalhadores são analfabetos se for considerado o atual padrão mundial de alfabetização: a capacidade de ler e interpretar um manual de instruções. Está aí, na educação precária, um dos principais obstáculos à entrada do país em um novo ciclo de desenvolvimento. Hoje, a maioria das empresas só contratam pessoas que tenham pelo menos o primeiro grau completo. Algumas empresas, oferecem escola de primeiro grau ou treinamento, instaladas dentro da fábrica. Exemplo, a FIAT, em Betim, estado de Minas Gerais.<sup>89</sup>**

O Brasil precisa reduzir a desigualdade de sua distribuição de renda, uma das piores do Planeta. Aqui, os 10% mais ricos têm renda média 30 vezes maior do que a dos 40% mais pobres.<sup>90</sup>

A economia, pela sua evolução não necessita mais de trabalhadores sem qualificação profissional. São grandes os contingentes de mão-de-obra desempregados sem nenhum tipo formação profissional. O problema é tanto mais grave quando se sabe que, **o trabalhador brasileiro tem apenas 3,5 anos em média, de escolaridade**, enquanto na Estados Unidos é de 12 anos. No Japão é 11 anos.<sup>91</sup> O trabalhador brasileiro em sua grande maioria, considerado pelos requisitos das profissões atuais, é analfabeto. Enquanto o profissional com curso superior teve aumento salarial de 8,5% em cinco anos, o salário de quem estudou até a 4ª série do primeiro grau subiu 3,7%.<sup>92</sup>

**Nota-se quanto maior for a desigualdade social, maior será a violência.** As cidades mais violentas do mundo têm como característica comum a desigualdade acentuada entre os ricos e os pobres. Nessa linha de pensamento, nota-se que o Brasil detém o título mundial da desigualdade social, onde os 20% mais ricos concentram 32 vezes mais renda do que os 20% mais pobres.<sup>93</sup>

São várias as medidas que deverão ser adotadas no País para resolver a questão da desigualdade social, a concentração da renda e o desemprego. Entretanto, é indispensável que uma dessas medidas, senão a principal, seja a realização da Reforma Agrária que nunca foi realizada neste País.

A classificação do “Atlas Fundiário Brasileiro”, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, dados de 1992, dispõe os imóveis nas áreas rurais em três classes: produtivo (28,30%); não produtivo (62,40%) e minifúndio e não classificados em (9,30%). De um total de 331,364 milhões de ha, os imóveis produtivos ocupam 93,776 milhões de ha; os minifúndios e não classificados 30,816 milhões e os improdutivos 206,772 milhões de ha.

Estes dados comprovam que as áreas não produtivas ocupam grandes espaços, o que contribui significativamente para a expulsão das pessoas das áreas rurais em busca de melhores opções de vida. Uns saem em busca de emprego, outros de serviços médicos ou ensino para os filhos e ainda outros somente de esmolas, provocando o crescimento desordenado e criando condições precárias de vidas nas grandes e médias cidades brasileiras. O problema é de tal forma preocupante que especialistas da área dizem que, com esse fluxo de pessoas expulsas do campo, ocupando as áreas periféricas das cidades, é impossível promover a melhoria da qualidade de vida urbana no País.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, desapropriou 2,131 milhões de ha de terra e assentou 54.073 famílias no período de 1988 a 1996, em todo o território nacional. Considerando-se que antes de 1988 pouco se fez para promover a Reforma Agrária, constata-se que

<sup>89</sup> Seminário Internacional do Trabalho, realizado em São Paulo em 29/10/1995 “A modernização esbarra na baixa escolaridade e atraso profissional”.

<sup>90</sup> ONU/PNUD, 1996

<sup>91</sup> Fonte: Organização Internacional do Trabalho-OIT, 1995.

<sup>92</sup> Levantamento publicado pelo boletim Economia, Capital & Trabalho, da PUC. Correio Brasiliense, 13/09/1996.

<sup>93</sup> Folha de São Paulo, 03/09/1995.

ela vem ocorrendo muito lentamente, vez que, dos 206,772 milhões de ha improdutivos, houve desapropriação de apenas 2,131 milhões de ha.

Observando a atual dificuldade financeira do governo, não se pode ter otimismo com relação a um aumento substancial de desapropriação e assentamento de pessoas nas áreas rurais. Continua-se, também, a desestimular a permanência das pessoas na área rural, vez que a política de juros altos no País prejudica e muito as atividades agro-pecuárias, principalmente para os pequenos e médios proprietários.

Considerando o caso do DF, observa-se que houve uma migração significativa de pessoas vindo dos mais distintos locais, expulsos em razão da difícil condição de vida das áreas rurais. O agravante do DF ocorreu nas duas gestões do governo anterior quando, para se reeleger, fez entregas de lotes públicos gratuitos a migrantes e houve um aumento populacional enorme em todo o DF. Não foi feito planejamento adequado dessas ocupações, “jogando” as pessoas em áreas sem nenhuma infraestrutura e distantes de Brasília.

Brasília enfrenta hoje problemas de emprego e a necessidade de oferecer serviços básicos para todo esse contingente que se fixou em todo o DF.

A Reforma Agrária poderá aliviar num curto prazo de tempo as pressões exercidas sobre as cidades pelas pessoas desempregadas, reduzindo a violência, bem como, gerar empregos na zona rural. Sabe-se que o emprego na agricultura tem um custo menor e dá retorno mais rápido. Evidentemente, que se propõe uma Reforma Agrária planejada e racional, onde se oferecerá às pessoas que continuam ou que retornam ao campo condições de vida dignas principalmente com uma ocupação e uma remuneração adequada. Diversos programas de Governo já se preocupam com este problema. Neste momento, já são conhecidos os Programas de Geração de Empregos nas áreas rurais como, por exemplo, o Programa Nacional da Agricultura Familiar-PRONAF. Contudo é preciso reafirmar aqui que as dificuldades financeiras do Governo poderão inviabilizar esses programas.

Aos trabalhadores rurais não interessa deixar o campo para viver mal na periferia das cidades. Eles querem trabalhar, produzir mais alimentos e garantir a sua inserção tanto no mercado produtivo quanto consumidor do País, contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida no campo e nas cidades. Alcançar esses objetivos exige a reformulação das políticas públicas para o meio rural.

Durante o “Grito da Terra Brasil/1996”, os milhares de trabalhadores e agricultores familiares, numa ação coordenada pela CONTAG e Central Única dos Trabalhadores-CUT, negociaram com os Governos Federais e Estaduais propostas que lhes assegurem condições de permanecer no campo, trabalhar e produzir.

Os trabalhadores rurais conseguiram, com base em dados oficiais, até então desconhecidos por alguns setores do governo, sensibilizar e obter compromissos de instâncias importantes do poder público, para a definição clara de uma política agrícola adequada à produção familiar, à implantação da reforma agrária, do combate ao trabalho escravo e infante-juvenil, além de se comprometer em avançar no cumprimento dos direitos previdenciários.

Ficou claro para a área econômica que é muito mais barato garantir crédito ao agricultor familiar do que tentar, sem sucesso, conter as migrações para os centros urbanos. O custo de uma família assentada é de R\$ 16 mil. O custo de um posto de emprego na indústria chega a R\$ 80 mil. Além disso, cada família assentada no meio rural garante, no mínimo, quatro empregos diretos.

Pela primeira vez, os trabalhadores rurais conseguiram demonstrar à equipe econômica do governo que a agricultura familiar e a reforma agrária não podem ser tratadas dentro das políticas compensatórias. São pilares de uma nova proposta de desenvolvimento social e econômico para o campo com impacto direto nas cidades.

Ao contrário dos grandes grupos econômicos, que, em sua maior parte são reconhecidamente mal pagadores, o agricultor familiar, por tradição, honra o crédito obtido junto às instituições financeiras com o resultado do seu trabalho. É ele também que responde por quase 70% dos alimentos que chegam à mesa dos cidadãos brasileiros.

Os trabalhadores rurais não reivindicam privilégios. Gritam pelo direito à vida, por justiça e pela democracia social e econômica e contra as disparidades sociais em nosso País. A Reforma Agrária está apta a resolver grande parte dos problemas básicos dos cidadãos brasileiros.

Em outras palavras, a industrialização mudou a dinâmica da vida econômica, mas as estruturas sociais arcaicas se mantiveram. Nesse sentido, a industrialização brasileira não foi capaz de reduzir as disparidades sociais e acabar com a miséria. Na realidade, a pobreza e a desigualdade rurais foram recriadas nas cidades.

O grande desafio para o País, agora, é incorporar os milhões de excluídos e elevar o nível da qualidade de vida de toda a população, ampliando as formas de participação política dos trabalhadores e da sociedade civil.

As classes mais favorecidas deveriam se envolver na luta para ajudar a melhoria da qualidade de vida das comunidades urbanas carentes, ajudando-as a pressionar as autoridades governamentais para a adoção de medidas mais urgentes e necessárias. A cidade é um organismo e a infra-estrutura urbana é a base da construção e sustentação do bem-estar dos cidadãos.

Deve-se pensar em melhorar as cidades com um planejamento urbano eficiente, onde os seus cidadãos, os técnicos e os decisores, saibam o que está sendo feito e para quem está sendo construído o bem-estar. Brasília foi uma cidade projetada. Temos, então, a obrigação de aprimorá-la, não somente porque é a Capital da República, mas porque é preciso propiciar uma adequada melhoria de vida a todos seus cidadãos, uma vez que dispomos de condições físicas e técnicas para tanto.

O desafio de possibilitar à população excluída o acesso aos serviços públicos, exige vontade política e intencionalidade de reversão do quadro de empobrecimento em que se encontra a maior parte dos cidadãos moradores do DF.

#### 1.4. Considerações finais do capítulo

A sociedade preocupa-se cada vez mais com a qualidade de vida, e para que se possa analisar a qualidade de vida das populações é preciso que se crie indicadores que a definam. Assim, os organismos financeiros e as instituições de pesquisa internacionais e nacionais, através de seus relatórios, como: BIRD/RDM, PNUD/RDH, PNUD/IPEA, HABITAT I e II, RIO/1992, PUC/NSAS, IPEA, IBGE/PNAD e CENSO, GDF/CODEPLAN estão cada vez mais interessados em criar instrumentos de aferição da qualidade de vida das populações.

Como se mostrou neste capítulo, os indicadores do BIRD/RDM estão muito centrados nas variáveis econômico-financeiras, o que, embora importante, deixa de fora aspectos sociais fundamentais.

O BIRD, entretanto, ao abordar o assunto, desenvolve também alguns indicadores sócio-econômicos, tais como: à respeito das comunidades: população, PNB *per capita*, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo entre adultos; e da infra-estrutura: energia (domicílios com eletricidade), telecomunicações (trancos telefônicos), estradas pavimentadas (densidade, km/habitantes), água (população com acesso à água) e ferrovias (tráfego).

O PNUD, ao estudar a qualidade de vida desenvolve um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH e apresenta vários relatórios sobre a qualidade do desenvolvimento humano no mundo. Neste ano de 1996, juntamente com o IPEA, a instituição lançou um relatório específico para o caso brasileiro.

O IDH enfatiza a esperança de vida, o nível de educação e o rendimento em dólares, a alfabetização em média de anos de escolaridade e estabelece, inclusive, um intervalo de 0-1 para classificar os países. Com base nestes dados são classificados os Países. O Brasil, ficou em 70º lugar na classificação.

O HABITAT-II, desenvolve indicadores buscando oferecer soluções de melhoria da qualidade de vida urbana das comunidades no mundo. Preocupa-se prioritariamente com a questão da habitação humana, onde se destaca a necessidade de assegurar moradias a todos. As resoluções do Habitat II tiveram contribuições da RIO/1992.

A RIO/1992 teve preocupação acentuada com o meio ambiente, mostrando a importância desse assunto e do seu planejamento para melhorar o bem-estar das populações no mundo.

Indicadores sociais foram estudados pela PUC/NSAS, que elaborou, em sua pesquisa um Mapa da Exclusão Social da cidade de São Paulo. A pesquisa foi feita em 96 distritos e tratados 49 indicadores sociais, alguns já criados pelos organismos internacionais. O estudo aborda a questão da exclusão social, ou seja, daquelas pessoas de baixa renda que vivem em condições precárias.

Já se conhece a relação íntima entre a infra-estrutura urbana e a qualidade de vida. Portanto, é preciso que se tenha um indicador eficiente da infra-estrutura urbana para se aferir se as pessoas têm uma boa qualidade de vida.

Da infra-estrutura fazem parte os sub-sistemas: sanitário: água e esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, transporte coletivo, rede viária, resíduos sólidos (lixo) e comunicação.

Com base nessas informações se inicia a pesquisa das áreas consideradas neste estudo. É feita uma breve análise da situação física atual e a questão legal nos núcleos em estudo. São abordados principalmente seus aspectos sócio-econômicos, onde se trata a questão da violência, considerada como uma das causas mais agressivas à qualidade de vida urbana atualmente, ou, como altamente prejudicial à da qualidade de vida urbana. Um cidadão sem segurança não pode ser feliz pois vive com medo, não podendo sequer locomover-se livremente pelas ruas da sua cidade. São feitas considerações sobre a concentração de renda aqui considerada, em concordância com muitos cientistas sociais, alguns deles citados neste estudo, como a principal causa da violência. O índice de violência no DF é estarrecedor. A cada 5 horas ocorre um assassinato. Em janeiro de 1996, o número de homicídio chegou a 80. Enquanto isto, os presídios ficam abarrotados e supera sua capacidade. Ocorrem diariamente no DF, 60 denúncias de agressões às mulheres (muitas não denunciam). Tanto o homem quanto a mulher, são vítimas do injusto sistema político e econômico do País.



## Capítulo. 2

### Pesquisa de Campo

#### 2.1. Introdução

Pretende-se mostrar neste capítulo como foi elaborado o questionário/entrevista (nº 1) e sua aplicação nas áreas em estudo. Consta, ainda, das informações relativas ao período de aplicação da pesquisa, o método utilizado, o tratamento dos dados e os resultados obtidos. Incorpora-se ainda neste capítulo, os resultados das observações pessoais feitas nesses aglomerados urbanos.

O objetivo principal da pesquisa de campo é saber a opinião dessas comunidades dos núcleos urbanos analisados a respeito da infra-estrutura urbana à sua disposição. Procura-se saber o nível de satisfação/insatisfação dessas populações a respeito dos diversos serviços urbanos de que dispõem.

Para identificar o grau de satisfação/insatisfação dessas populações das áreas do Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Candangolândia e Riacho Fundo, foi elaborado um questionário contendo oito questões básicas relativas a infra-estrutura urbana e uma relativa a equipamentos urbanos.

Nessas áreas de estudo aplicou-se o questionário com escolha aleatória dos indivíduos, sendo entrevistados: comerciantes, líderes comunitários, feirantes, estudantes, donas de casa, funcionários públicos, desempregados e aposentados.

Do questionário constavam perguntas específicas, com o maior grau de clareza possível sobre a infra-estrutura e equipamentos urbanos, nos seus itens de água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, transporte coletivo, pavimentação, resíduos sólidos (lixo), comunicação e equipamentos urbanos (correio, orelhões, emprego, delegacias, postos de saúde, farmácias, paradas de ônibus, posto telefônico e comércio)

Com base no que estudei e na minha experiência, os itens aqui citados foram considerados importantes para mostrar a qualidade da infra-estrutura e os equipamentos urbanos.

#### Questionário nº 1: Pesquisa de Campo

Nome:

idade:

área visitada:

profissão:

#### Água:

1) Qual a aparência da água que abastece sua casa?

a) qualidade da água:

limpa

com odor

com cor

com lama

b) condições de abastecimento:

falta frequentemente

falta raramente

**Drenagem pluvial:**

2) Na sua cidade tem problemas com as águas das chuvas?

a) nível da drenagem urbana:

- poucas bocas-de-lobo
- bocas-de-lobo em locais não apropriados
- empoça água nas ruas
- águas invadem as casas
- adequada

**Esgoto:**

3) Sua cidade tem sistema de esgoto?

a) nível de abastecimento da rede de esgoto:

- insuficiente
- suficiente

**Energia Elétrica e Iluminação Pública:**

4) Como está a energia elétrica na sua cidade ?

a) nível de atendimento:

- falta com frequentemente
- oscilações frequentes
- regular

b) condições da iluminação pública:

- ruas escuras
- praças mal iluminadas
- adequada

**Transporte Coletivo:**

5) Como você vê o transporte coletivo na sua cidade?

a) condições do transporte coletivo:

- ônibus com atendimento insuficiente
- atendimento regular

b) nível da qualidade do transporte coletivo:

- ônibus quebram frequentemente
- número insuficiente de linhas
- número suficiente de linhas

**Rede Viária:**

6) Como é o caminhar na sua cidade?

a) qualidade da pavimentação:

- ruas e calçadas esburacadas
- calçadas incompletas e escorregadias
- obrigados a caminharem nas ruas
- faltam passarelas para deficientes físicos, idosos e ciclovias

**Resíduos Sólidos (Lixo):**

7) Como se dá a coleta de lixo na sua cidade?

a) nível da qualidade do sistema de lixo:

- coleta irregular
- coleta regular

**Comunicações:**

8) Quais os aparelhos que você tem em sua casa?

a) nível de atendimento das comunicações:

não tem telefone

tem telefone

não tem TV

tem TV

não tem rádio

tem rádio

**Equipamentos Urbanos:**

9) Como se dá o atendimento dos equipamentos urbanos na sua cidade ?

a) nível de atendimento-correio/telefonía:

poucas caixas de correio

poucos orelhões

suficiente

b) condições de atendimento-emprego:

faltam postos do SINE

suficiente

c) condições de atendimento-segurança/saúde:

falta delegacia da mulher

falta delegacia da criança e do adolescente

falta delegacia de polícia

faltam postos de saúde

suficiente

d) condições de atendimento-serviços:

faltam farmácias e atendimento é péssimo

poucas paradas de ônibus com cobertura

gás-atendimento precário

falta posto telefônico

comércio fraco

suficiente

**- Aplicação do Questionário**

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os moradores no período de dois meses e meio. No cotidiano das comunidades, aprendia-se com as pessoas entrevistadas como é o seu dia-a-dia, sendo que, foram feitas cinco visitas às cidades selecionadas no período da noite, podendo, assim, vivenciar um pouco mais da dinâmica dessas pessoas.

Através do questionário, foram obtidas informações sobre a infra-estrutura urbana dessas comunidades. A elaboração do roteiro das entrevistas procurou possibilitar a coleta de informações necessárias a um melhor entendimento do problema. Pretendeu-se, ainda, com o questionário, levantar os problemas de infra-estrutura urbana de acordo com os índices atuais que se utilizam para medir a qualidade de vida. Na aplicação do questionário foi dada ênfase às questões sociais e às suas interpretações.

Convém lembrar que na coleta dos dados relativos aos sistemas de infra-estrutura, foram averiguadas as tecnologias implantadas e avaliadas as suas adequações para os diferentes tipos de assentamentos.

### - Resultados Obtidos

Os dados foram organizados e tabulados para oferecerem respostas as questões estudadas. Esses dados foram organizados em quadros e gráficos, que mostram o sentimento da população em relação aos serviços disponíveis.

Dados brutos relativos aos resultados obtidos na entrevista de campo nas áreas em estudo.

## 2.2. Observações Pessoais sobre as Áreas Pesquisadas

Os núcleos urbanos em estudo estão localizados em áreas próximas ao Plano Piloto.

**Núcleo Bandeirante** observa-se que é uma cidade pacata, tem uma dinâmica de comércio e serviços próprios. Foi entregue recentemente um clube público para lazer a população da cidade. Encontram-se nas ruas muitas pessoas pedindo esmolas, meninos de rua e desempregados. Muitas crianças, adolescentes e adultos dependem do Plano Piloto para estudo, trabalho e lazer.

**Metropolitana** é uma cidade bucólica. Encontra-se numa encosta e nota-se total dependência ao Núcleo Bandeirante.

**Candangolândia** é uma cidade com muitas ruelas e um comércio fraco, bem como, os serviços públicos (saúde e educação). Nota-se a existência de meninos de rua e pessoas desempregadas pela cidade.

**Riacho Fundo** é uma cidade muito ampla, cortada pela avenida principal. Nota-se muitos desempregados pela cidade. Caminhando várias vezes pelo mesmo local, via-se que homens, e até bem fortes, passavam o dia todo no quintal sentados, fumando, ora comendo, conversando e sempre ao lado uma garrafa de cachaça. Encontrei muitos homens que estavam chegando em busca de emprego, ficando alojados “num cantinho” na casa de um parente.

Vê-se muitas crianças e adolescentes na cidade. Algumas pessoas enviam seus filhos para estudarem no Núcleo Bandeirante ou mesmo no Plano Piloto. Muitas mães reclamaram da violência nas proximidades ou mesmo nas escolas por parte dos “moleques”, precisando de levar e buscar seus filhos todos os dias. O administrador da RA, em conversa informal afirmou que no Riacho Fundo ocorre o maior índice de suicídio de adolescentes do DF, informações obtidas por ele no Corpo de Bombeiros da cidade. Adolescentes afirmam que há facilidades de se adquirir uma arma ou mesmo drogas.

A cidade tem a aparência de que está sendo construída, muita poeira ou lama nos períodos de seca ou chuva. O esgoto corre nas ruas, promovendo um cenário desolador. Querendo adquirir qualquer compra de melhor qualidade o morador terá que procurar o Núcleo Bandeirante, Taguatinga ou o Plano Piloto. O lazer é praticamente inexistente. As pessoas que vieram de outras cidades onde vivenciavam os laços de parentescos, as manifestações culturais e religiosas, sentem-se muito tristes.

Quadro nº 6. Dados Brutos da Infra-estrutura urbana

	Água						Drenagem Pluvial						Esgoto		
	qualidade			frequência											
	c/ impurezas	limpa	total	falta frequente/	falta raram/	total	p. bocas-de-lobos	empoça	águas invadem	adequado	total	insuficiente	suficiente	total	
<b>Candangolândia</b>	47.0	53.0	100.0	92.0	8.0	100.0	75.0	4.0	9.0	12.0	100.0	39.0	61.0	100.0	
<b>N. Bandeirante</b>	71.0	29.0	100.0	91.0	9.0	100.0	62.0	19.5	3.5	15.0	100.0	66.0	34.0	100.0	
<b>Metropolitana</b>	13.0	87.0	100.0	87.0	13.0	100.0	58.0	31.0	1.0	10.0	100.0	53.0	47.0	100.0	
<b>Riacho Fundo</b>	79.0	21.0	100.0	94.0	6.0	100.0	55.0	17.0	28.0	0.0	100.0	100.0	0.0	100.0	

Quadro nº 6. continuação

	Energia Elétrica				Iluminação Pública				Transporte Coletivo Ônibus				Transporte Coletivo Linhas		
	falta com	oscilações	regular	total	ruas	praças mal	adequada	total	ônibus n°	ônib. quebr.	atendim/	total	n°insuficiente	n° suficiente	total
<b>Candangolândia</b>	43.0	13.0	44.0	100.0	27.0	17.0	56.0	100.0	52.0	25.0	23.0	100.0	75.0	25.0	100.0
<b>N. Bandeirante</b>	4.0	58.0	38.0	100.0	34.0	4.0	62.0	100.0	37.0	37.0	26.0	100.0	63.0	37.0	100.0
<b>Metropolitana</b>	38.0	32.0	30.0	100.0	18.0	12.0	70.0	100.0	37.0	33.0	30.0	100.0	67.0	33.0	100.0
<b>Riacho Fundo</b>	33.0	1.0	66.0	100.0	37.0	29.0	34.0	100.0	48.0	44.0	8.0	100.0	52.0	48.0	100.0

Quadro nº 6. continuação

	drenagem pluvial				Resíduos Sólidos (Lixo)			Comunicação								
	ruas e calçadas	calç. incompl	outras	total	coleta	coleta	total	fl tem	tem	total	fl tem	tem	total	fl tem	tem	total
Candangolândia	27.0	32.0	41.0	100.0	100.0	0.0	100.0	82.0	18.0	100.0	58.0	42.0	100.0	60.0	40.0	100.0
N. Bandeirante	28.0	38.0	34.0	100.0	100.0	0.0	100.0	71.0	29.0	100.0	60.0	40.0	100.0	69.0	31.0	100.0
Metropolitana	17.0	33.0	50.0	100.0	27.0	73.0	100.0	74.0	26.0	100.0	63.0	37.0	100.0	63.0	37.0	100.0
Riacho Fundo	26.0	30.0	44.0	100.0	100.0	0.0	100.0	81.0	19.0	100.0	60.0	40.0	100.0	59.0	41.0	100.0

Quadro nº7 Dados brutos dos Equipamentos Urbanos

	Equipamentos Urbanos correio / telefone				Equipamentos Urbanos emprego			Equipamentos Urbanos segurança / saúde					
	poucas caixas	poucos	suficiente	total	falta posto	suficiente	total	falta deleg	falta deleg	falta deleg	falta postos	suficiente	total
Candangolândia	11.0	24.0	65.0	100.0	5.0	95.0	100.0	7.0	7.0	12.0	18.0	56.0	100.0
N. Bandeirante	8.0	18.0	74.0	100.0	6.0	94.0	100.0	6.0	6.0	24.0	38.0	26.0	100.0
Metropolitana	0.0	10.0	90.0	100.0	7.0	93.0	100.0	6.0	7.0	10.0	40.0	37.0	100.0
Riacho Fundo	7.0	20.0	73.0	100.0	7.0	93.0	100.0	3.0	4.0	16.0	20.0	57.0	100.0

Quadro nº 7. continuação

	Equipamentos Urbanos Serviços							
	farmácias	ps. paradas	gás-atendim	falta postos	comércio	suficiente	total	
Candangolândia	20.0	8.0	3.0	1.0	12.0	56.0	100.0	
N. Bandeirante	0.0	7.0	0.0	5.0	6.0	82.0	100.0	
Metropolitana	10.0	3.0	17.0	0.0	0.0	70.0	100.0	
Riacho Fundo	14.0	16.0	9.0	1.0	6.0	54.0	100.0	

Relembavam das quermesses, das orações e cantorias, das festas, das folias, das danças e dos passeios pelas praças, onde sempre era motivo para o encontro, a troca de uma conversa ou mesmo uma paquera para os mais jovens. Hoje, encontram-se muitas mulheres separadas ou abandonadas pelos maridos nessas áreas e muitas alegam que não saem de casa com vergonha e as que saem, são consideradas “vulgares”. Elas passam a ser o chefe da família, necessitando de trabalhar dobrado para sustentar seus filhos e deixando-os em casa ou nas ruas. A importância de estimular encontros culturais e sociais das pessoas destas localidades é enriquecedor e saudável.

### 2.3. Considerações finais do capítulo

O processo de pesquisa de campo utilizado foi eficiente, vez que foi atingido o objetivo de se conhecer o nível de satisfação/insatisfação das comunidades estudadas com relação à infra-estrutura urbana.

Este nível, traduzido em porcentuais, constitui uma nova aproximação para aferir a qualidade de vida urbana das comunidades estudadas e que propicia a elaboração dos indicadores, objeto final deste estudo.

O questionário utilizado na pesquisa de campo contém oito questões básicas relativas a infra-estrutura e aos equipamentos urbanos. Foram escolhidos para caracterizar a infra-estrutura os serviços de água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, rede viária, transporte coletivo, resíduos sólidos (lixo) e comunicação. Quanto aos equipamentos foram escolhidos: os serviços de telefonia (orelhões e central telefônica), paradas de ônibus, atendimentos médicos e sociais, farmácias, comércio e propriedade de aparelhos de TV, telefone e rádio.

Nessas áreas de estudo aplicou-se o questionário com escolha aleatória dos indivíduos, sendo entrevistados: comerciantes, donas de casa, feirantes, estudantes, aposentados, desempregados e funcionários públicos.

Na elaboração do roteiro das entrevistas procurou-se possibilitar a coleta de informações necessárias ao melhor entendimento do problema. Conseguindo-se perceber a realidade dessas comunidades, foi possível aferir como elas vivem e resolvem seus problemas. Por exemplo, na questão do transporte coletivo, os ônibus demoram para passar e quando passam, estão quase sempre sujos e lotados, com motoristas geralmente irritados, impacientes. Na questão da drenagem pluvial, a comunidade procura resolver seus problemas imediatos, construindo muros e plantando ervas daninhas em frente de suas casas para bloquear a entrada das águas das chuvas.

Considerou-se que estes itens são suficientes para propiciar uma visão bastante boa da qualidade de vida dos núcleos urbanos em estudo, uma vez que eles estão integrados na dinâmica do dia-a-dia e das necessidades dessas comunidades.

A título de observação pessoal das áreas em estudo, registrou-se que existem muitas pessoas desempregadas, mendigos e crianças abandonadas nas ruas; as donas de casa principalmente voltadas para suas tarefas do lar e, as que trabalham fora de casa, gastam seu tempo no emprego e no tempo gasto para a locomoção. Existem ainda muitas outras questões, como por exemplo o desemprego, a renda insuficiente para sua sobrevivência mínima, a falta de vagas nas escolas, a segurança nas escolas e nas ruas, e outras e impedem uma vivência integral e satisfatória. Essas questões entretanto não foram avaliadas por não serem objeto desta pesquisa, que foi centrada na questão da infra-estrutura urbana. Fica aqui, entretanto, esta observação no sentido de alertar para a complexidade de um assunto desta natureza.

## Capítulo 3

### Tratamento e Análise de Dados

Este capítulo é de fundamental importância para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado, pois analisa e interpreta as informações obtidas sobre a infra-estrutura urbana.

Assim é que, são apresentadas várias características positivas/negativas, relativas aos sistemas de abastecimento de: água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, transporte coletivo, rede viária, resíduos sólidos (lixo), comunicação e alguns elementos dos equipamentos urbanos.

#### 3.1. Nível e Condição de Atendimento

Na análise do nível e da condição de atendimento da infra-estrutura urbana e dos equipamentos urbanos, considerou-se o percentual das respostas que foram dadas para cada item correspondente.

Para cada aspecto da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos havia uma única pergunta para a avaliação de cada indicador. Ocorreu que cada pergunta chegou a ter até seis itens de respostas. Por isso, o entrevistado podia marcar mais de um item para a mesma questão (exemplo: água, o entrevistado podia indicar que a água é limpa ou que ela falta raramente, ou então, que ela tem odor, cor ou lama e falta frequentemente). Um mesmo entrevistado podia marcar até todos os itens de respostas, mas isto não chegou a ocorrer. Aconteceu, entretanto, que em alguma das perguntas o entrevistado deixou de responder.

Os resultados dos dados brutos da pesquisa de campo depois de elaborados num programa de software (excel), montou-se gráficos que foram elaborados em forma de coluna com uma linha, representando o total, cortando essas colunas. Cada coluna representa o percentual total de respostas de cada cidade satélite. A linha, representa o total de respostas, considerando todos os sujeitos, ou seja as 198 pessoas entrevistadas independentes dessas cidades.

A análise e a interpretação dos resultados possibilitaram a obtenção de informações sobre os problemas da infra-estrutura urbana.

Na interpretação dos dados buscou-se mostrar que os indicadores atuais (PNUD, BIRD etc.) utilizados para medir a qualidade de vida urbana não são satisfatórios, uma vez que não conseguem medir aspectos essenciais da qualidade de vida.

Quanto a seleção da amostra, **de um total de 198 entrevistados**, se deu de forma aleatória. Daí, foram aplicados os questionários nas respectivas áreas de estudo, sendo, no **Núcleo Bandeirante (35)**, em **Metropolitana (30)**, na **Candangolândia (60)** e no **Riacho Fundo (73)**. As pessoas entrevistadas eram: donas de casa, líderes comunitários, comerciantes, estudantes, feirantes, desempregados, aposentados e funcionários públicos.

#### Água:

Constatou-se que na **Candangolândia** a água tem um atendimento bastante insatisfatório, visto que 47% das pessoas entrevistadas afirmam que ela contém impurezas, tais como: cor (7%), lama (20%) e odor (20%). No que se refere ao nível de atendimento, verificou-se enorme deficiência, visto que a quase totalidade dos entrevistados, 92%, afirma, que a água falta frequentemente.



Quanto aos aspectos positivos, constatou-se que 53% dos entrevistados disseram que a água é limpa e 8% que ela falta raramente.

Verificou-se que no **Núcleo Bandeirante** a água tem um atendimento muito precário, visto que 71% das pessoas entrevistadas afirmam que ela contém impurezas, como: lama (71%). No que se refere ao nível de atendimento, verificou-se a sua enorme deficiência, visto que a quase totalidade dos entrevistados, 91%, afirma, que a água falta frequentemente.

Quanto aos aspectos positivos, constatou-se que apenas 29% consideram que a água é limpa e 9% que ela falta raramente.

Constatou-se que na **Metropolitana** a condição da água é satisfatória, visto que 87% dos entrevistados disseram que ela é limpa e 13% que ela falta raramente. Entretanto, os entrevistados afirmam que ela contém impurezas, como: lama (13%). No que se refere ao nível de atendimento, verificou-se a sua grande deficiência, visto que a quase totalidade dos entrevistados, 87%, afirma, que a água falta frequentemente.

Constatou-se que no **Riacho Fundo** a água não atende satisfatoriamente a população, visto que 79% das pessoas entrevistadas afirmam que ela tem impurezas, como: lama (62%), cor (1%) e odor (16%). No que se refere ao nível de atendimento, verificou-se a sua grande deficiência, visto que a quase totalidade dos entrevistados, 95%, afirma, que a água falta frequentemente. Por outro lado, 21% disseram que a água é limpa e 5% que ela falta raramente. (Gráfico nº 3. Água).

#### . Esgoto

Na **Candangolândia**, 61% das pessoas entrevistadas afirmam que o esgoto é suficiente. Entretanto, para 39% das pessoas entrevistadas ela é insuficiente. Afirmam que os canos vivem estourando, que com a chuva transborda e que o esgoto corre a céu aberto.

Constatou-se que no **Núcleo Bandeirante** a rede de esgoto apresenta nível de atendimento muito baixo, visto que 66% das respostas afirmaram que ela é insuficiente, que transborda com a chuva e que os canos vivem estourando. Contudo, 34% dos entrevistados afirmaram que a rede de esgoto é suficiente.

Constatou-se na **Metropolitana** que a rede de esgoto não oferece atendimento satisfatório, visto que 53% das pessoas entrevistadas afirmam que ela é insuficiente, que transborda com a chuva, que corre a céu aberto e que os canos vivem estourando. Entretanto, 47% afirmam que a rede de esgoto é suficiente.

Constatou-se no **Riacho Fundo** que não existe rede de esgoto, sendo que 100% das pessoas entrevistadas reclamam a sua construção. (Gráfico nº 4. Esgoto).

#### . Drenagem pluvial

Constatou-se que na **Candangolândia** a drenagem pluvial apresenta baixo nível de atendimento, visto que 88% das pessoas entrevistadas afirmam que tem poucas bocas-de-lobo (35%), que elas estão em locais não apropriados (40%), que a água das chuvas entram dentro de suas casas (9%) e que forma poça d'água nas ruas (4%). Entretanto, 12% afirmaram que o nível da drenagem pluvial é adequada.

Gráfico nº3. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com a água pelas comunidades das áreas em estudo.

Água: Candangolândia, N. Bandeirante, Metropolitana, R. Fundo e Total

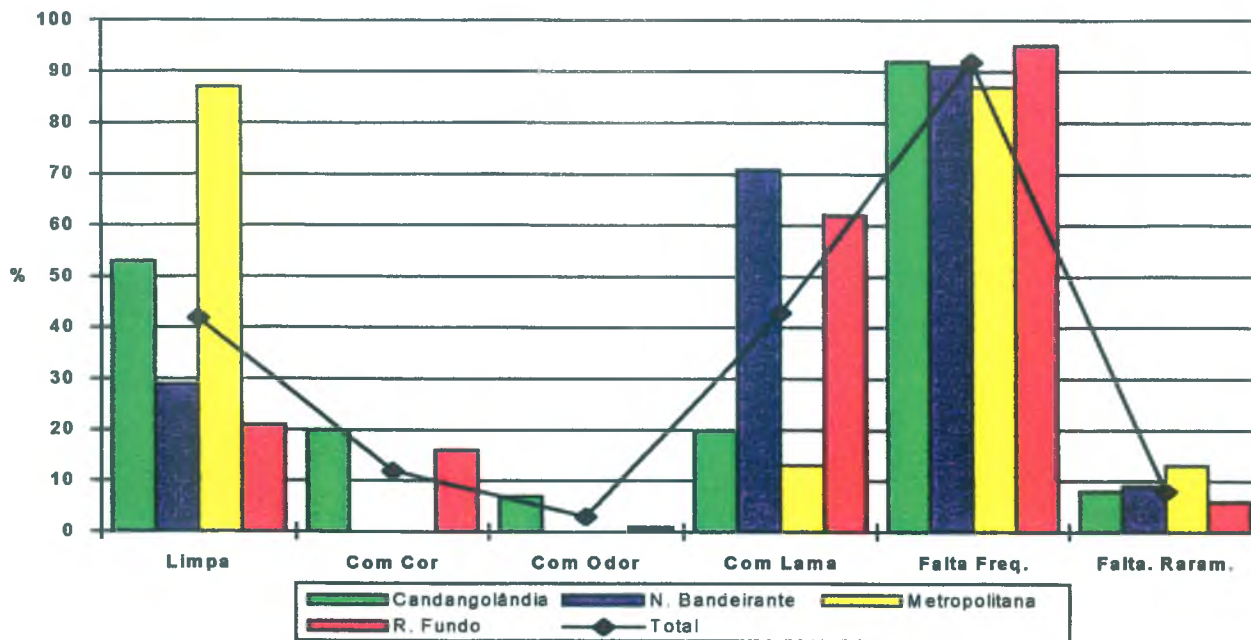
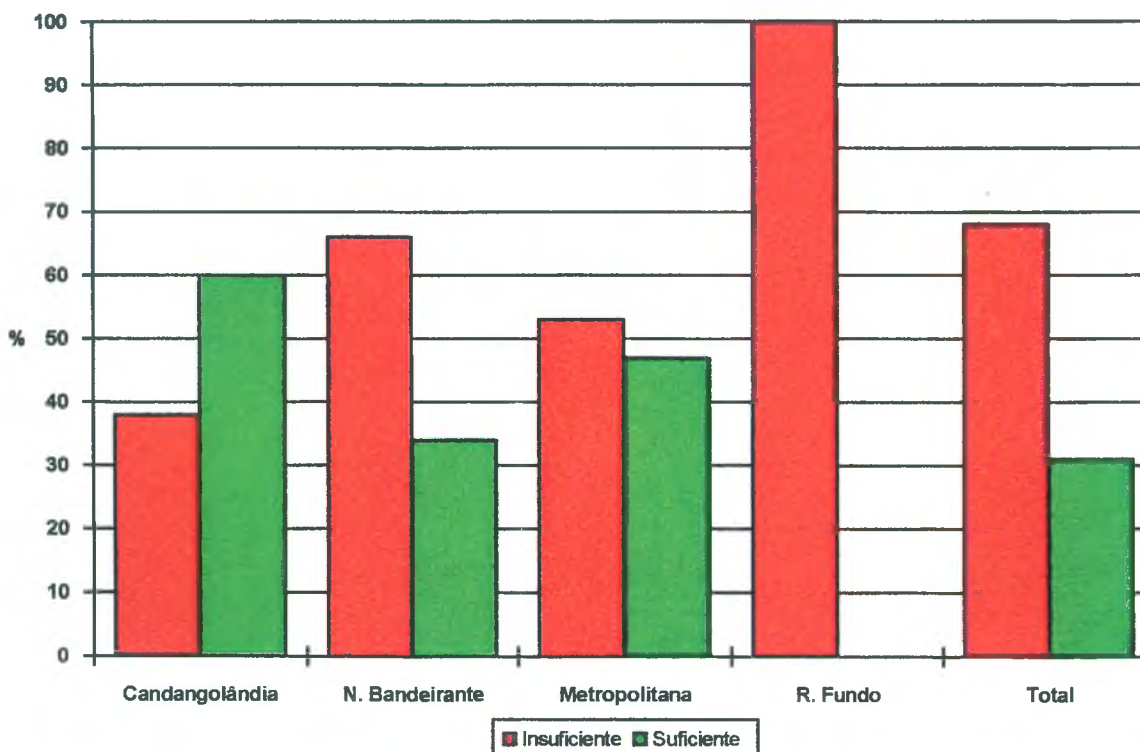


Gráfico nº4. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com o esgoto pelas comunidades das áreas em estudo



Constatou-se que no **Núcleo Bandeirante** a drenagem pluvial apresenta baixo nível, visto que 87,0% das pessoas entrevistadas afirmam que tem poucas bocas-de-lobo (29%), que elas estão em locais não apropriados (29%), forma poça d'água nas ruas (20%) e que a água das chuvas entram dentro de suas casas (9%). Porém, 13% afirmam que o nível da drenagem pluvial é adequada.

Constatou-se que na **Metropolitana** a drenagem pluvial apresenta nível de cobertura extremamente insatisfatório, visto que 97% das pessoas entrevistadas afirmam que as bocas-de-lobo estão em locais não apropriados (30%), tem poucas bocas de lobo (27%), forma poça d'água nas ruas (30%) e que a água das chuvas entram dentro de suas casas (10%). Entretanto, 3% não reclamaram.

Constatou-se que no **Riacho Fundo** a drenagem pluvial apresenta também nível de cobertura extremamente baixo, visto que 98% das pessoas entrevistadas afirmam que existem poucas bocas-de-lobo (41%), que elas estão em locais não apropriados (14%), a água das chuvas entram dentro de suas casas (27%) e que forma poça d'água nas ruas (16%). Apenas 2% não reclamaram. (Gráfico nº 5. Drenagem Pluvial).

### Energia Elétrica

Constatou-se que na **Candangolândia** a rede de energia elétrica apresenta baixo nível de atendimento, visto que 56% das pessoas entrevistadas afirmam que falta com muita frequência (43%), e que ocorrem oscilações frequentes (13%). No que se refere à condição de atendimento da iluminação pública, verificou-se que é bastante baixa, uma vez que 44% dos entrevistados afirmam que as ruas são escuras (27%) e que as praças são mal iluminadas (17%). Entretanto, 44% afirmam que o nível de atendimento da energia elétrica é regular e 56% que a condição de atendimento da iluminação pública é adequada.

Gráfico nº 5. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com a drenagem pluvial pelas comunidades das áreas em estudo.

**Drenagem pluvial: Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Riacho Fundo e total**

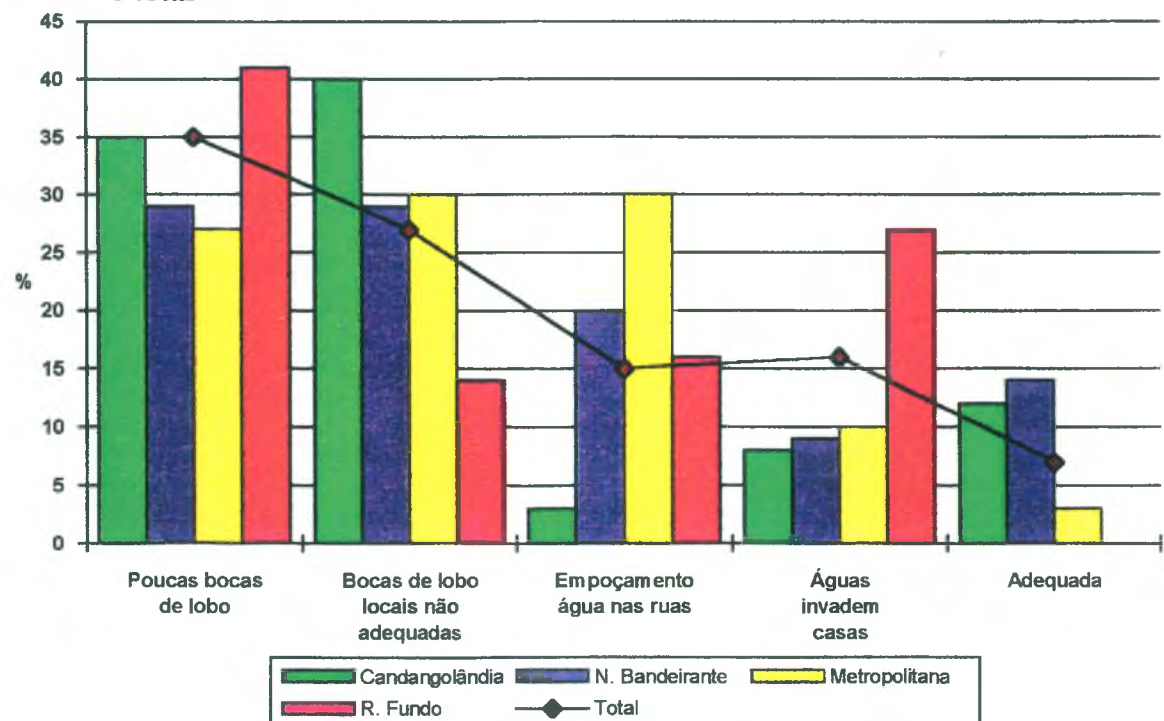


Gráfico nº 6. Resultados do grau de satisfação /insatisfação com a energia elétrica pelas comunidades das áreas em estudo.

Energia Elétrica e Iluminação Pública: Candangolândia, N. Bandeirante, Metropolitana, R. Fundo e Total

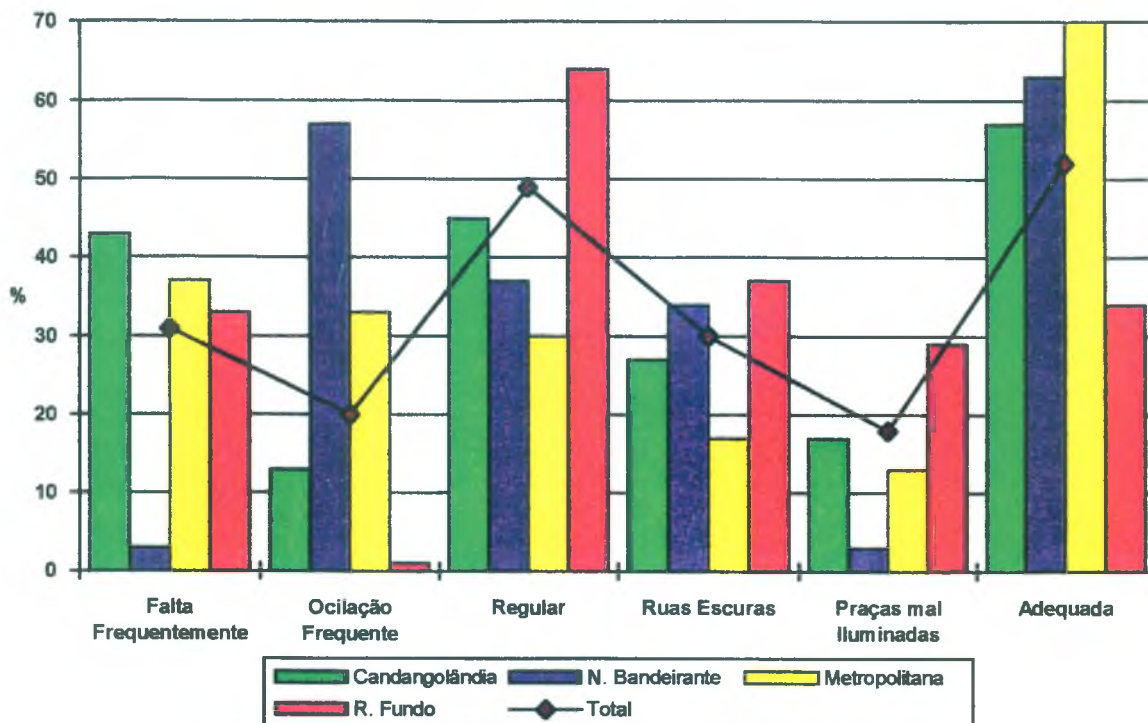
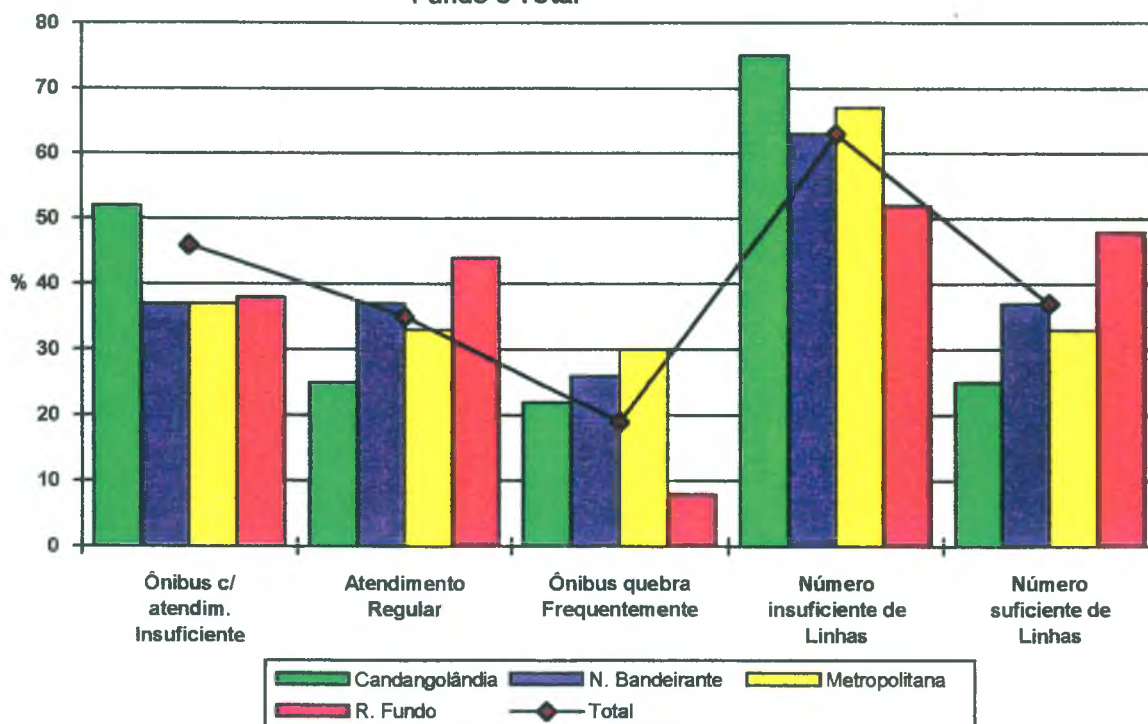


Gráfico nº 7. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com os transportes coletivos pelas comunidades das áreas em estudo.

Transporte Coletivo: Candangolândia, N. Bandeirante, Metropolitana, R. Fundo e Total



Constatou-se que no **Núcleo Bandeirante** a rede de energia elétrica apresenta nível muito baixo de atendimento, visto que 62% das pessoas entrevistadas afirmam que ocorrem oscilações frequentes (58%) e que ela falta com muita frequência (3%). No que se refere a condição de atendimento da iluminação pública, verificou-se que é baixa, visto que 37% dos entrevistados afirmam que as ruas são escuras (34%) e que as praças são mal iluminadas (3%). Entretanto, 38% afirmam que a condição da energia elétrica é regular e 63% que o nível de atendimento da iluminação pública é adequado.

Constatou-se que na **Metropolitana** a rede de energia elétrica apresenta nível muito baixo de atendimento, visto que 70% das pessoas entrevistadas afirmam que: falta com muita frequência (37%) e que ocorrem oscilações frequentes (33%). No que se refere à condição de atendimento da iluminação pública, verificou-se que é baixo, visto que 30% dos entrevistados afirmam que as ruas são escuras (17%) e que as praças são mal iluminadas (13%). Entretanto, 30% afirmam que a condição de energia elétrica é regular e 70% que o nível de iluminação pública é adequado.

No **Riacho Fundo** a rede de energia elétrica apresenta baixo nível de atendimento, visto que 35% das pessoas entrevistadas afirmam que: falta com muita frequência (33%) e que ocorrem oscilações frequentes (2%). O nível de atendimento da iluminação pública é baixo, uma vez que 66% dos entrevistados afirmam que: as ruas são escuras (37%) e que as praças são mal iluminadas (29%). Entretanto, 65% afirmam que o nível de atendimento da energia elétrica é regular e 34% que a condição de iluminação pública é adequada. (Gráfico nº 6. Energia Elétrica).

#### . Transporte Coletivo

Constatou-se que na **Candangolândia** o transporte coletivo não atende satisfatoriamente a população, visto que 75% das pessoas entrevistadas consideram que os ônibus passam com baixa frequência (53%) e que eles quebram frequentemente (22%).

O nível da qualidade do transporte coletivo verificado é extremamente baixo, visto que 75% das pessoas entrevistadas reclamam da insuficiência de linhas para outras localidades. Essas pessoas afirmam que não utilizam carro próprio e nem tampouco transporte alternativo. Entretanto, 25% afirmam que a condição do transporte coletivo é aceitável e 25% que o número de linhas é suficiente.

Constatou-se que no **Núcleo Bandeirante** o transporte coletivo não atende satisfatoriamente a população, visto que 74% das pessoas entrevistadas afirmam que os ônibus passam com baixa frequência (37%) e que quebram frequentemente (26%). No que se refere ao nível de atendimento do transporte coletivo, verificou-se que é muito baixo, visto que 63% reclamam que faltam linhas para outras localidades. Elas informam ainda que não utilizam carro próprio e nem tampouco o transporte alternativo. Entretanto, 37% afirmam que o número de linhas é satisfatório e 37% que a condição do transporte coletivo é regular.

Na **Metropolitana** o transporte coletivo apresenta condições baixas de atendimento, visto que 67% das pessoas entrevistadas afirmam que os ônibus passam com baixa frequência (37%) e que quebram frequentemente (30%). No que se refere ao nível de atendimento do transporte coletivo, verificou-se que é muito baixo, uma vez que 67% das pessoas entrevistadas reclamam que faltam linhas para outras localidades. Essas pessoas afirmam que não utilizam carro próprio e nem tampouco transporte alternativo. Assim sendo, 33% afirmam que há número suficiente de linhas e 33% do atendimento do transporte coletivo é regular.

Constatou-se que no **Riacho Fundo** o transporte coletivo apresenta má condições de atendimento, visto que 52% das pessoas entrevistadas afirmam que os ônibus passam com baixa frequência (41%) e que quebram frequentemente (11%). No que se refere ao nível da qualidade, verificou-se que é muito baixo, visto que 52% das pessoas entrevistadas reclamam que faltam linhas para outras localidades. Informaram, ainda que não utilizam carro próprio e nem tampouco transporte alternativo. Somente 48% do atendimento do transporte coletivo é regular. (Gráfico nº 7. Transportes Coletivo).

### Rede Viária

Constatou-se que na **Candangolândia** a qualidade da rede viária é péssima, visto que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que as calçadas são incompletas e escorregadias (31%); que são obrigados a caminharem pelas ruas (31%); que as ruas e calçadas são esburacadas (26%); e que faltam passarelas para deficientes físicos e idosos, bem como, ciclovias (12%).

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.

Constatou-se também que no **Núcleo Bandeirante** o nível da qualidade da rede viária é péssimo, visto que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que as calçadas são incompletas e escorregadias (37%); que as ruas e calçadas são esburacadas (29%); que são obrigados a caminharem pelas ruas (17%) e que faltam passarelas para deficientes físicos e idosos, bem como, ciclovias (17%).

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.

Na **Metropolitana** o nível da qualidade da rede viária é péssimo, visto que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que são obrigados a caminharem pelas ruas (43%); que as calçadas são incompletas e escorregadias (33%); que ruas e calçadas são esburacadas (17%), e que faltam passarelas para deficientes físicos e idosos, bem como, ciclovias (7%).

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.

Gráfico nº 8. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com a rede viária pelas comunidades das áreas em estudo.

**Rede viária: Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Riacho Fundo e total.**

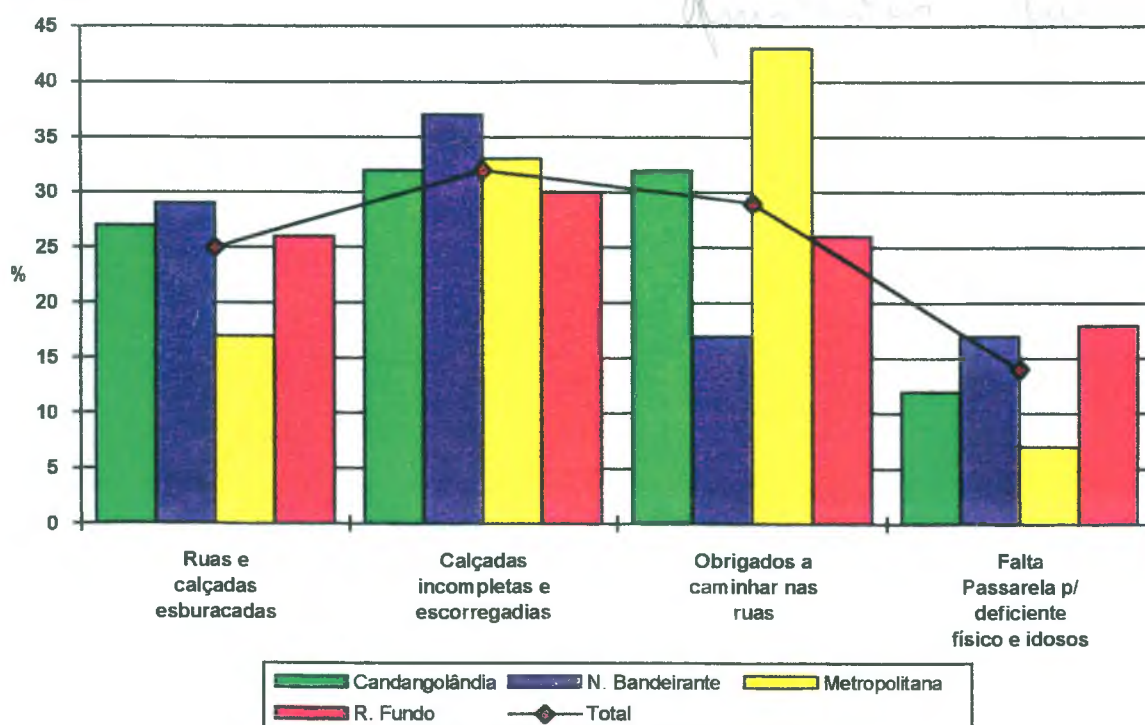


Gráfico nº9. Resultados do grau de satisfação /insatisfação com os resíduos sólidos (lixo) pelas comunidades das áreas em estudo.

**Resíduos sólidos (lixo): Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Riacho Fundo e total.**

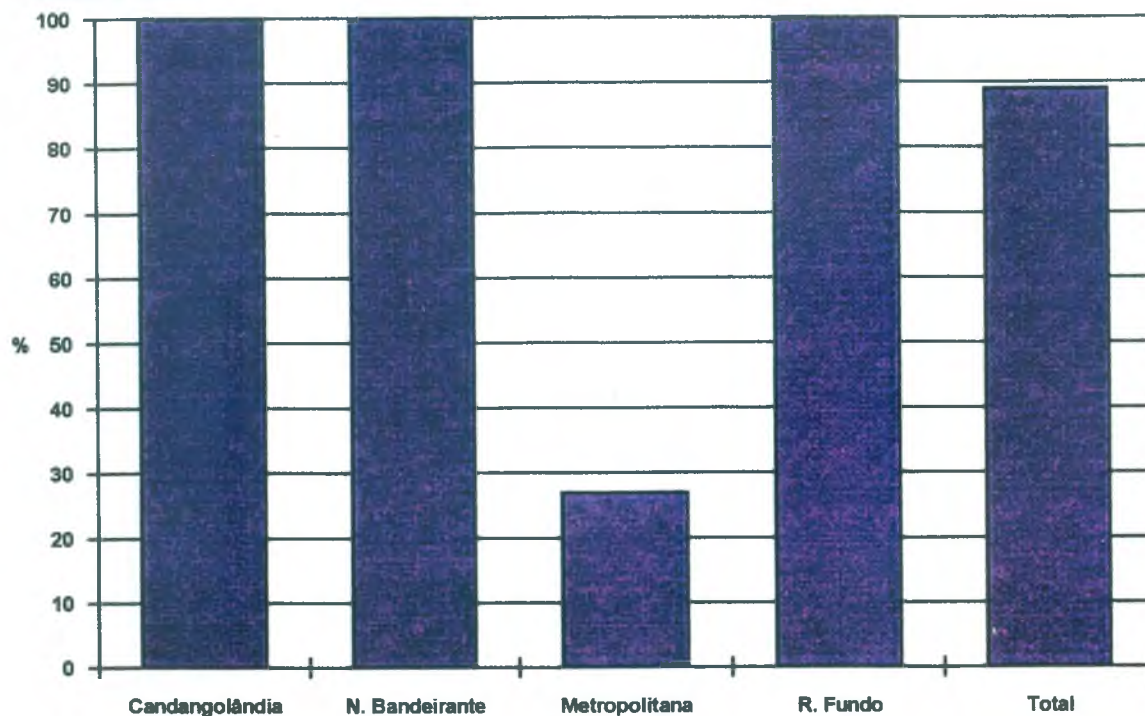
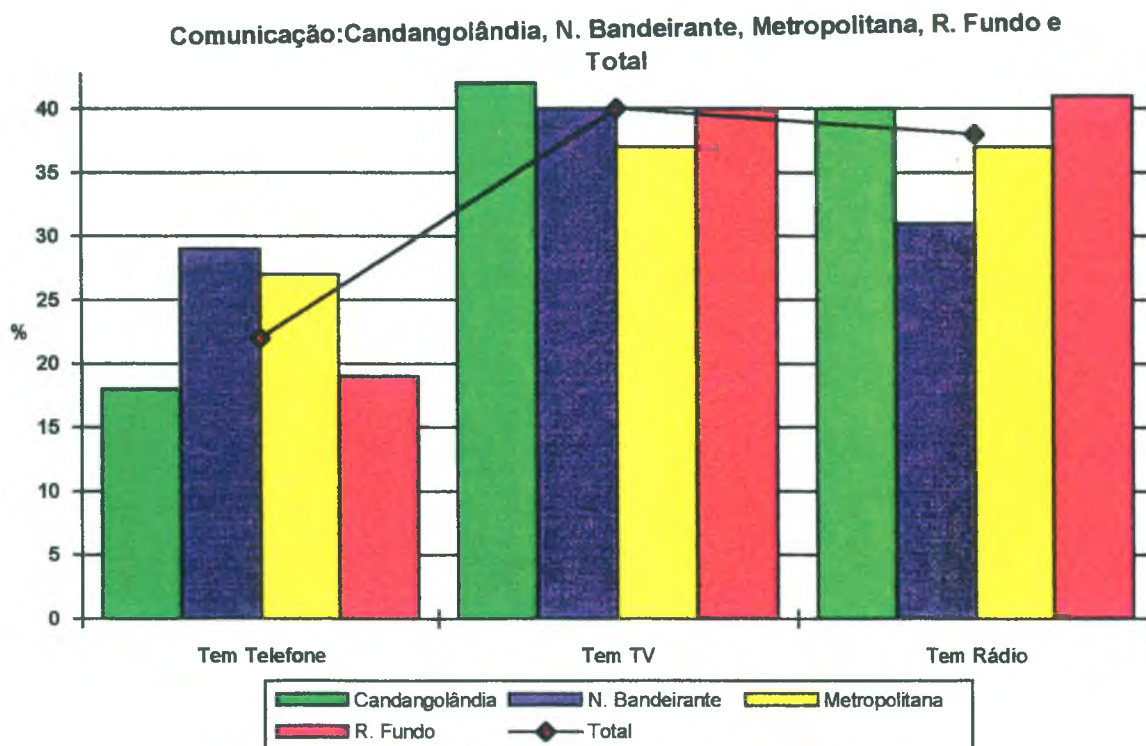


Gráfico nº 10 - Resultados do grau de satisfação/insatisfação com a comunicação pelas comunidades das áreas em estudo.



Constatou-se que em **Riacho Fundo** o nível da qualidade da pavimentação é péssimo, visto que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que as calçadas são incompletas e escorregadias (30%); que as ruas e as calçadas são esburacadas (26%); que são obrigados a caminhar pelas ruas (26%), e que faltam passarelas para deficientes físicos e idosos, bem como, ciclovias (18%).

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.(Gráfico nº 8. Rede viária).

#### . Resíduos Sólidos (Lixo)

Na **Candangolândia** o nível de atendimento do sistema de resíduos sólidos (lixo) é péssimo, vez que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que a coleta é irregular.

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.

Também no **Núcleo Bandeirante** o nível de atendimento do sistema de resíduos sólidos (lixo) é péssimo, vez que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que a coleta é irregular.

Não houve qualquer referência a aspectos positivos.

Constatou-se na **Metropolitana** que o nível de atendimento do sistema de resíduos sólidos (lixo) é satisfatório, visto que 73% das pessoas entrevistadas afirmam que a coleta é regular. Entretanto, 27% afirmam que a coleta é irregular.

Constatou-se que em **Riacho Fundo** o nível de atendimento do sistema de resíduos sólidos (lixo) é péssimo, uma vez que 100% das pessoas entrevistadas afirmam que a coleta é irregular.

Quanto aos aspectos positivos, não houve afirmativas.(Gráfico nº 9. Resíduos Sólidos-lixo).

#### . Comunicação:

Constatou-se que na **Candangolândia** a rede de comunicação, considerando-se TV, rádio e telefone, apresenta baixo nível de atendimento, vez que as pessoas entrevistadas afirmam que não têm telefone (82%); não têm TV (58%) e não têm rádio (60%). Possuem telefone (18%), TV (42%) e rádio (40%).

No **Núcleo Bandeirante** a rede de comunicação apresenta baixo nível de atendimento, vez que as pessoas entrevistadas afirmam que não têm telefone (71%); não têm TV (60%) e não têm rádio (69%). Entretanto, 29% têm telefone, 40% têm TV e 31% têm rádio.

Constatou-se que na **Metropolitana** a rede de comunicação apresenta baixo nível de atendimento, uma vez que as pessoas entrevistadas afirmam que não têm telefone (73%); não têm TV (63%) e não têm rádio (63%). Possuem telefone 27%, TV 37% e rádio 38%.

Em **Riacho Fundo** a rede de comunicação apresenta baixo nível de atendimento, uma vez que as pessoas entrevistadas afirmam que não têm telefone (81%); não têm TV (60%) e não têm rádio (59%). Entretanto, 19% têm telefone, 40% têm TV e 41% têm rádio. (Gráfico nº 10. Comunicação).

#### . Equipamentos Urbanos:

Constatou-se que na **Candangolândia** os equipamentos urbanos para o atendimento dos serviços de correio e telefonia públicos é considerado satisfatório por 65% dos entrevistados. Entretanto, 35%



das pessoas entrevistadas afirmam que existem poucos orelhões (23%) e que existem poucas caixas de correio (12%).

Quanto ao nível de atendimento do Posto do SINE, 95% afirmam que o atendimento é satisfatório; enquanto, apenas 5% mostraram sua insatisfação.

Condição de atendimento de segurança e saúde pública, 57% afirmam que é satisfatório. Entretanto, 43% disseram que faltam postos de saúde (17%), falta delegacia de polícia (12%), falta delegacia da criança e do adolescente (7%), e falta delegacia da mulher (7%).

Constata-se a grande insatisfação quanto ao atendimento dos serviços públicos, visto que 83% dos entrevistados reclamam deles. Afirmam que faltam de farmácias e seu atendimento é péssimo (24%), que o comércio é incipiente (27%), que há poucas paradas de ônibus com cobertura (12%), que a venda de gás tem atendimento precário (6%); e que falta posto telefônico (14%). Entretanto, 17% das pessoas entrevistadas afirmam que o serviço é satisfatório.

Constatou-se que no **Núcleo Bandeirante** os equipamentos urbanos para o atendimento de serviços do correio e telefonia públicas é satisfatório visto que 74% dos entrevistados mostraram sua insatisfação. Entretanto, 26% afirmam que existem poucos orelhões (17%) e que existem poucas caixas de correio (9%)

Quanto ao atendimento do Posto do SINE, 94% afirmam que é satisfatório; sendo que apenas 6% reclamam a sua falta.

As condições de segurança e saúde pública são péssimas, uma vez que 74% dos entrevistados afirmam que o atendimento é muito baixo. Afirmam que falta postos de saúde (38%), falta delegacia de polícia (24%), falta delegacia da criança e do adolescente (6%) e falta delegacia da mulher (6%). Apenas, 26% afirmam que é satisfatório.

Constata-se certa insatisfação quanto ao atendimento dos serviços públicos. 18% afirmam que ele é ruim, dizendo que há poucas paradas de ônibus com cobertura (6%), que falta posto telefônico (6%) e que o comércio é incipiente (6%). A maioria (82%) afirma que os serviços públicos são satisfatório.

Na **Metropolitana** o nível dos equipamentos urbanos para o atendimento dos telefones públicos é extremamente insatisfatório, visto que 90% das pessoas entrevistadas afirmam que são muito poucos. Entretanto, 10% afirmam que o seu número é satisfatório.

No que se refere ao atendimento do Posto do SINE, 93% afirmam que ele é satisfatório, e apenas 7% dele reclamam.

As condições de atendimento de segurança e saúde pública são precárias sendo que, 63% dos entrevistados afirmam que falta postos de saúde (39%), que falta delegacia de polícia (10%), que falta delegacia da criança e do adolescente (7%); e que falta delegacia da mulher (7%). Apenas, 37% afirmam que esses serviços são satisfatório.

Constata-se que o atendimento aos serviços públicos é insatisfatório, 30% afirmam que faltam farmácias e atendimento é péssimo (10%), que a venda de gás é precária (17%); e que há poucas paradas de ônibus com cobertura (3%). Muitos (70%) dos entrevistados afirmam que os serviços públicos são satisfatório.

No **Riacho Fundo** o nível dos equipamentos urbanos para o atendimento de caixas de correio e telefones públicos é satisfatório, opinião manifestada por 73% dos entrevistados. Entretanto, 27% afirmam que existem poucos orelhões (20%), e que existem poucas caixas de correio (7%).

93% das pessoas entrevistadas afirmam que o atendimento do Posto do SINE é satisfatório, sendo que apresentaram 7% das reclamações.

Condição de atendimento de segurança e saúde pública é ruim, 44% afirmam que falta posto de saúde (21%), que falta delegacia de polícia (16%), que falta delegacia da criança e do adolescente (4%); e que falta delegacia da mulher (3%). Por outro lado, 56% afirmam que é satisfatório.

Constanta-se que o atendimento dos serviços públicos é satisfatório para 53% dos entrevistados. Entretanto, 47% afirmam que faltam farmácias e que o atendimento é péssimo (14%), que há poucas paradas de ônibus com cobertura (16%); que as vendas de gás tem atendimento precário (10%), que o comércio é incipiente (6%); e que falta posto telefônico (1%). (Gráfico nº 11. Equipamentos Urbanos).

Gráfico nº11. Resultados do grau de satisfação/insatisfação com os equipamentos urbanos pelas comunidades das áreas em estudo

Equipamento Urbano Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Riacho Fundo e média

Local	p. exe. correio	p. orlhões	suficiente	falta p. 811	suficiente	f. del. mulher	f. del. cr./ado	f. del. policia	f. posto sa	suficiente	f. farmácia	p. par. ômbu	gás-et. prec.	f. p. telefônico	comércio	suficiente
Candangolândia	12	23	85	5	95	7	7	12	17	57	24	12	8	14	27	17
N. Bandeirante	9	17	74	8	94	8	8	24	38	26	0	6	0	6	6	32
Metropolitana	0	90	10	7	93	7	7	10	39	37	10	3	17	0	0	70
Riacho Fundo	7	20	73	7	93	3	4	18	21	56	14	16	10	1	6	53
média	7	33	56	6	94	6	6	15	23	44	12	9	8	5	10	55

### 3.2. Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo chega-se à constatação de que as referências estatísticas comumente utilizadas para os serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos aqui considerados são números “secos”, que não refletem a opinião das comunidades a respeito desses serviços.

Os dados relativos ao nível do atendimento da infra-estrutura e equipamentos urbanos nas áreas estudadas, apresentados pelo Governo do Distrito Federal, são os seguintes: o Núcleo Bandeirante e Metrópolina com 100% de abastecimento de água potável, 100% de rede de energia elétrica, 90% de iluminação pública, 86% de esgotamento sanitário; para Candangolândia, 100% de água potável, 100% de energia elétrica, 100% de esgotamento sanitário, 78% de esgotamento das águas pluviais; e, no Riacho Fundo, 100% de água potável, 100% de energia elétrica.

Confrontados, entretanto, com os dados obtidos na pesquisa de campo, nota-se que no Núcleo Bandeirante a água tem atendimento precário visto que 71% afirmam que ela tem impurezas e 91% afirmam que ela falta frequentemente; na Metropolitana, 87% afirmam que a água é limpa, mas a insatisfação é grande, 87% afirmam que ela falta frequentemente (na cidade as mulheres lavam as roupas na “bica da metro” e foi desativada a lavanderia comunitária no Núcleo Bandeirante, em razão de ter virado reduto de mendigos e de marginais). No Riacho Fundo, a água não atende satisfatoriamente a população visto que 79% afirmam que ela tem lama (62%), cor (1%) e odor (16%).

Outros itens, como, a drenagem pluvial, o transporte coletivo, os resíduos sólidos, etc., que foram analisados na pesquisa de campo comprovam a insatisfação dessas comunidades em relação à infra-estrutura e aos equipamentos urbanos. Notam-se que os dados abordados pelo Governo do Distrito Federal e a pesquisa de campo apresentam diferenças significativas comprovando que existe distância entre o discurso das autoridades e a realidade dessas comunidades. O Governo do DF é responsável direto pela execução da política de promoção da qualidade de vida das cidades. A ele cabe procurar equacionar os recursos necessários ao atendimento dessas demandas sociais devendo, para tanto, manter uma estrutura administrativa que permita a coordenação das suas ações, bem como, buscar meios de aperfeiçoar o recolhimento de impostos para atender melhor as comunidades

Os dados da pesquisa de campo mostram que, para o total da população consultada, existe um grau de insatisfação elevado. Para a questão da água, 91% afirmam que ela falta frequentemente; 31% afirmam que há poucas bocas-de-lobo; 68% afirmam que o esgoto é insuficiente; 51% afirmam que a energia elétrica é irregular; 61% afirmam que o número de linhas de ônibus é insuficiente; 31% afirmam que as calçadas são incompletas e escorregadias; 89% afirmam que a coleta de resíduos sólidos (lixo) é insuficiente. Isto demonstra a necessidade de se aprimorar os indicadores de qualidade de vida agora utilizados e de elaborar indicadores novos de infra-estrutura e equipamentos urbanos, que consigam traduzir o verdadeiro sentimento das comunidades que desfrutam desses serviços públicos.

Constata-se, portanto, que a infra-estrutura e os equipamentos urbanos oferecidos a essas comunidades não são suficientes para atender suas necessidades. Assim sendo, devemos aprimorar os Planos Diretores Locais, que vem sendo realizados com as comunidades do DF. O Governo deve promover o maior envolvimento delas no processo de planejamento participativo. Este processo contribui para as pessoas tomarem conhecimento de que o Estado tem recursos orçamentários que são, em parte, destinados ao atendimento social, fazendo com que elas fiquem atentas para a real aplicação e destinação desses recursos. É fundamental o engajamento não somente de lideranças comunitárias, mas também dos cidadãos para que se possa, corretamente, aumentar o nível da qualidade de vida das comunidades carentes.

O Governo do DF, desde março de 1995, destina anualmente do Orçamento Anual do GDF, para o Orçamento Participativo no DF a parcela de 5%. Cabe ressaltar que ela muito pequena, porém, significativa quando observarmos que ele está procurando envolver as comunidades no processo decisório do DF e, conseqüentemente, criar condições para melhoria da qualidade de vida urbana tão citada nos discursos, nos artigos e nos estudos técnicos.

Governos dos diversos estados brasileiros estão se preocupando em tornar mais transparentes a administração e a destinação dos gastos do seu orçamento anual. Uma das boas maneiras de fazer com que as comunidades se envolvam e saibam como e onde estão sendo gastos os recursos públicos é através do orçamento participativo.

## Capítulo 4

### Elaboração dos Indicadores de Infra-Estrutura Urbana

#### 4.1. Elaboração dos Indicadores de Infra-Estrutura Urbana:

Mostram-se neste capítulo as constatações da realidade obtidas a partir da pesquisa de campo, tratamento e análise dos dados e observações pessoais, procurando levantar o nível de satisfação/insatisfação com a infra-estrutura e os equipamentos urbanos dessas comunidades em estudo, bem como as proposições que sugerem medidas de correção dos problemas encontrados.

Serão apresentadas as constatações da realidade e as proposições respectivas, onde é analisado cada item da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos pesquisados e a seguir, far-se-á a elaboração dos novos indicadores da infra-estrutura e equipamentos urbanos.

#### Constatações da realidade e as proposições respectivas:

Na questão do **sistema de água**, constatou-se que há falta frequente de água e apresenta com cor, odor e lama. As proposições para melhoria são: a distribuição com equidade em todo o DF; cobrar multas por desperdício; fiscalizar uso impróprio de água tratada (ex.: postos de gasolina devem usar água sem tratamento na lavagem de carros) e melhorar o controle de qualidade da água.

A questão do **esgoto**, a constatação é que o diâmetro dos canos são insuficientes para a vazão do esgoto; carro da CAESB demora para vir esvaziar as fossas e sumidouros; as residências jogam água da cozinha diretamente na rua e as cisternas põe em risco de acidentes as pessoas e as casas.

As proposições para melhoria são: ampliar o diâmetro das tubulações de esgoto que vivem estourando e transbordam (custo maior no final, pois o gasto em correção seria desnecessário); rever o sistema de fossas e sumidouros; controlar a canalização irregular de esgotos despejados nas ruas; verificar o sistema de cisterna nas residências para evitar desomoronamento.

Na questão da **drenagem pluvial**, constatou-se que as águas pluviais inundam ruas e casas; falta de manutenção provoca sujeira e a proliferação de insetos nocivos ao homem; presença de insetos nocivos aos técnicos que fazem a manutenção dos poços de visita e tubulações sob as residências (Candangolândia/QR-1).

As proposições para melhoria são: poucas bocas-de-lobo e necessidade de revisão das atuais localizações das bocas-de-lobo; manutenção constante das bocas-de-lobo; manutenção e detetização nos poços de visita nas diversas redes de concessionárias e esclarecimento a população sobre as construções das casas sobre as tubulações da rede de águas pluviais desativadas.

A questão da **energia elétrica**, a constatação é que há interrupção do fornecimento de energia elétrica com chuva e excesso de ligação de aparelhos; oscilações constantes; burocracia e morosidade nos pedidos de corte de árvores (Candangolândia).

As proposições para melhoria são: ampliar oferta de energia elétrica nesses aglomerados urbanos e verificar a existência de residências sob os fios de alta tensão.

A questão da **iluminação pública**, constatou-se que as ruas são mal-iluminadas; lâmpadas muito altas, deixando o local escuro e perigoso; lâmpadas fracas; lâmpadas apagam de 10 em 10 minutos (Riacho Fundo); locais públicos de grande circulação mal-iluminados e lâmpadas dos postes nas ruas são esquecidas acessas durante o dia. As proposições para melhoria são: redução do espaçamento dos postes

ou melhoria da qualidade da iluminação pública e supervisão das lâmpadas acessas dos postes nas ruas durante o dia.

Na questão dos **transportes coletivos**, constatou-se que não tem paradas de ônibus nos locais aonde tem movimento de passageiros; motoristas passam “voando” e não páram para os idosos (alegam que não são espertos); motoristas dirigem mal-humorados, furiosos, impacientes, muitas vezes, não esperam os passageiros descerem; ônibus páram muito afastados das paradas, permitindo, muitas vezes, até passar as “kombis” de lotação pela direita (pondo em risco de acidentes os passageiros); as “kombis” sempre lotadas, sem cinto de segurança e correm muito; faltam linhas de ônibus do Riacho Fundo para o Lago Sul, Setor Indústria e Taguatinga; falta linha da Candangolândia para o Núcleo Bandeirante (aumenta o gasto com duas passagens e a perda de tempo é maior); passageiros em pé; ônibus continuam circulando acima da “vida útil de uso” dos veículos; ônibus sempre sujos, bancos rasgados, quebram com frequência, usuários dos ônibus reclamam que demoram a passar e paradas inadequadas (não protegem da chuva, do sol e dos ventos), são sujas, com mato, escuras à noite.

As proposições para melhoria são: reduzir a distância das paradas de ônibus; treinamento obrigatório aos motoristas (sociabilidade); colocar tacômetro para a aferição do limite de velocidade nos ônibus; criar mecanismos de denúncia e multas aos motoristas que cometem infração; reeducação para o trânsito dos motoristas; regulamentar o uso público das “kombis”; maior oferta de ônibus; colocar linhas de ônibus para locais aonde a população necessita; impedir o excesso de passageiros; controle e multas aos ônibus que circulam acima do prazo da vida útil; exigir a manutenção adequada dos ônibus; afixar placas com os horários dos ônibus nas paradas; punir as empresas que não cumprem os horários e melhoria das paradas de ônibus.

A questão do **sistema viário**, constatou-se que as calçadas estão incompletas, inclinadas, derrapantes, com buracos, matos, montes de terra ou obstruídas pelo comércio local; dificuldades de locomoção dos deficientes físicos e cegos; buracos nas ruas asfaltadas e não asfaltadas; águas de esgoto ou de lavagem diversas correm pelas ruas, aumentando os buracos; excesso de insolação e ventos fortes; má colocação dos postes nas calçadas, atrapalhando os pedestres; desnivelamento do pavimento das ruas com as casas; a falta de planejamento adequado para a implantação das residências (QR-8 no Riacho Fundo).

As proposições para melhoria são: melhoria das condições de circulação dos pedestres e multas para quem obstruir as passagens; fazer rebaixamento nos meios-fios; construir rampas, corrimões e sinalização sonora; manutenção das ruas asfaltadas; propiciar o plantio de vegetação nas áreas livres; retirada dos postes em locais inadequados e fiscalização dos moradores que invadem a área pública; corrigir o desnivelamento das ruas em relação as residências e planejar previamente o assentamento de áreas residenciais.

A questão dos **resíduos sólidos (lixo)**, constatou-se que a coleta de lixo não adequada (rejeitam volumes pequenos); cachorros vadios prejudicam a embalagem de lixo; descontinuidade na coleta de lixo; entulhos das oficinas invadem as áreas públicas (visual da cidade fica feio); entulhos nos quintais das residências particulares (cidade com visual feio, como o Núcleo Bandeirante e a Riacho Fundo); utilização de locais próprios para despejo do lixo; concentração excessiva da população residencial nas áreas comerciais, provocando o aumento de lixo e a insalubridade.

As proposições de melhoria são: propiciar o recolhimento adequado do lixo, exigir o recolhimento dos cães sem donos; regularizar a coleta de lixo; proporcionar o recolhimento adequado do lixo e o sistema de multas e educação ambiental para as pessoas que deixam entulho ou lixo nas ruas, logradouros ou quintais; sistema de multas e educação ambiental para a comunidade que joga lixo em locais indevidos e aumentar o rigor na concessão dos “habite-se”.

A questão das **comunicação**, constatou-se que os orelhões estão mal distribuídos pela cidade e orelhões danificados pelo público usuário. As proposições de melhoria são: melhorar a alocação de telefones

públicos, promovendo multas e educação ambiental para quem danificar os equipamentos comunitários e criar mais centrais telefônicas.

Na questão dos **equipamentos urbanos**, constatou-se que as escolas estão mal policiadas; comportamento anti-social dos jovens; horário inadequado do atendimento médico nos Centros e Postos de Saúde; cobertura insuficiente dos especialistas nas diversas áreas médicas; médicos que saem de férias, não são substituídos no período; falta de segurança pública; falta de serviços sociais de apoio à comunidade; faltam áreas de lazer, clubes públicos, teatro, cinemas e locais para shows e falta de farmácias e atendimento insuficiente.

As proposições de melhoria são: aumentar o contingente policial nas escolas; o policiamento da Escola com o conselho de pais, a comunidade e a direção da escola no sentido de diminuir a violência e os problemas de tráfego de drogas nas escolas públicas; no ato da matrícula vincular o envolvimento obrigatório dos pais em participar das reuniões bimensais da escola; ampliar atendimento dos postos e centros médicos para 24 horas; completar quadro médico insuficiente; substituição automática do médico que sae de férias; instalar postos de delegacia de polícia; instalar postos do SINE, delegacia da mulher, da criança e do adolescente; fornecer lazer adequado a comunidade; aumentar o número de farmácias e disponibilizar o atendimento satisfatório.

Nesta parte do estudo são apresentados os novos indicadores de infra-estrutura e equipamentos urbanos, objetivo principal deste trabalho.

Os novos indicadores mostrados, a seguir, poderão servir de subsídios para trabalhos acadêmicos, as pesquisas técnicas do Governo, podendo assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nos aglomerados urbanos em estudo no DF.

Apresenta-se a seguir, os Novos Indicadores da Infra-Estrutura Urbana nas Áreas em Estudo.

Quanto ao **sistema sanitário de água/esgoto** são: o abastecimento de água sem lama, cor ou odor; abastecimento de água com fluxo contínuo; rede de esgoto com diâmetro adequado de vazão; serviços constantes de limpeza das fossas e sumidouros e canalização adequada do esgoto.

A questão da **drenagem pluvial** são: localização e quantidade de bocas-de-lobos adequadas ao regime pluvial e serviços eficientes de limpeza do sistema de águas pluviais.

A questão da **energia elétrica**, seria a garantia do fornecimento ininterrupto de energia elétrica.

A **questão da iluminação pública** seriam: a iluminação pública com intensidade e altura dos postes e frequência suficientes para os pedestres e os carros.

A questão dos **transportes coletivos** seriam: paradas de ônibus em número suficiente e a localização para o atendimento à comunidade; motoristas preparados para o trânsito e para o atendimento à comunidade; predominância e quantidade suficientes de frotas novas para atender à demanda da comunidade; linhas de ônibus suficientes ao atendimento dos diferentes fluxos de deslocamento da comunidade; regularidade na frequência dos ônibus; manutenção e limpeza adequada dos ônibus e manutenção, limpeza e iluminação suficientes nas paradas de ônibus.

A questão da **rede viária** seriam: pavimentação adequada e de boa qualidade; atendimento aos deslocamentos dos deficientes físicos e pavimentação das ruas em nível mais baixo do que das residências.



A questão dos **resíduos sólidos (lixo)**, seriam: assiduidade e coleta completa dos resíduos sólidos e destinação e coleta dos resíduos sólidos respeitando o código de postura.

Apresenta-se a seguir os novos indicadores dos equipamentos urbanos nas áreas em estudo.

A questão da **comunicação** seriam: distribuição e manutenção adequadas dos orelhões públicos; instalação de centrais telefônicas nos bairros; assistência social aos diferentes segmentos da comunidade (idosos, meninos de rua, mães solteiras etc.); construção de salões comunitários públicos para a realização de eventos e atividades culturais do bairro e manutenção dos horários de plantão e atendimento adequados das farmácias nos bairros.

A questão dos **equipamentos urbanos** seriam: aumentar o policiamento das escolas; promover a integração da polícia com a comunidade; estruturar o quadro médico para os Postos e Centros de Saúde de forma a atender a todas as necessidades dos cidadãos; aumentar o número de delegacias de polícia e serviços de policiamento; proporcionar áreas de lazer para a comunidade e número suficientes de farmácias para as necessidades a essas comunidades.

#### 4.2. Considerações finais do capítulo

Os indicadores de qualidade de vida referidos à infra-estrutura e aos equipamentos urbanos, aqui elaborados, tomaram por base os resultados dos questionários/entrevistas nesses núcleos urbanos. Aspirações, necessidades e desejos não atendidos transparecem nas pesquisas e foram também detectados pelas minhas observações pessoais.

Nota-se, por exemplo, que a água nesses núcleos urbanos tem se apresentado com lama, odor ou cor, deixando os seus usuários insatisfeitos. Os resíduos sólidos tem coleta deficiente, deixando as ruas da cidade muitas vezes prejudicadas e insalubres. Deste modo, os indicadores novos mostram como devem ser feitos os serviços de infra-estrutura e dos equipamentos urbanos para atender as reais necessidades dessas comunidades, ou seja, eles servem para medir: na questão da água, o abastecimento de água sem lama, cor ou odor; o fluxo contínuo; na questão do esgoto, a rede com diâmetro adequado para a vazão; serviços constantes de limpeza das fossas e sumidouros; da iluminação pública, com intensidade, altura dos postes e frequência suficientes para os pedestres e os carros, etc.

A partir daí, para cada um dos itens estudados na infra-estrutura e nos equipamentos urbanos, foram elaborados novos indicadores que podem uma vez observados no processo de planejamento urbano do Governo, auxiliar no atendimento dessas necessidades.

Esses indicadores novos serão úteis para os técnicos do Governo, acadêmicos e lideranças comunitárias, que estiverem em posição de decidir ou reivindicar a respeito dos serviços públicos colocados à disposição das populações.

A infra-estrutura e os equipamentos urbanos quando devidamente alocados, procurando atender às necessidades reais das populações, são elementos fundamentais para atingimento de um nível elevado da qualidade de vida urbana. Observa-se que muitos desses indicadores podem ser aplicados praticamente sem acréscimo de custos, como é, por exemplo, o caso da instalação das bocas-de-lobo e dos postes de luz mal localizados.

## Capítulo 5

### Considerações finais

Os índices de desenvolvimento humano do BIRD, PNUD, PNUD/IPEA, HABITAT-I e II, RIO/1992, PUC/NSAS, IPEA, IBGE e GDF não medem adequadamente a qualidade de vida urbana, embora muitas vezes sejam utilizados com essa finalidade. Os dados “secos” das estatísticas internacionais e nacionais sobre os indicadores de desenvolvimento humano não mostram de forma suficientemente clara como é a qualidade de vida dessas comunidades urbanas, principalmente das mais carentes. Não mostram se as pessoas estão realmente satisfeitas ou insatisfeitas com a infraestrutura e os equipamentos urbanos oferecidos a elas.

Os indicadores elaborados pelos organismos nacionais e internacionais são importantes no sentido de dar uma visão geral dos países estudados e de suas cidades, mas eles não aprofundam e nem tratam da opinião das pessoas na questão da qualidade de vida urbana, principalmente quando se trata de comunidades periféricas.

Registra-se, entretanto, uma preocupação cada vez mais crescente por parte desses organismos em se criar instrumentos adequados de aferição da qualidade de vida das populações. O trabalho de construção de indicadores confiáveis da qualidade de vida urbana é, entretanto, lento e complexo, notando-se que estes estudos estão conseguindo, apesar das dificuldades, avançar na criação desses indicadores.

Aprimorar os indicadores já existentes e elaborar indicadores novos de infra-estrutura urbana é tarefa urgente, para se conhecer o verdadeiro sentimento das comunidades que desfrutam dos serviços públicos. Os indicadores são substanciais para a orientação das autoridades em seus esforços de promover a melhoria da qualidade de vida dos aglomerados urbanos. Nesse sentido, os Governos devem trabalhar para obter indicadores mais “legítimos” de aferição da satisfação/insatisfação das comunidades com os serviços públicos à sua disposição, em especial, àquela referentes à infraestrutura urbana.

A qualidade de vida é algo acrescentado ao ser humano, que lhe permite usufruir as atividades que lhes dão motivo de prazer, estímulo e vitalidade de participar na vida comunitária e, também, está ligada à noção do espaço habitado e é lá que ela se materializa. É nas cidades que as demandas sociais devem ser ouvidas, procurando-se através de formas participativas de gestão política e orçamentária para atendê-las da melhor maneira possível.

A política do uso do solo das cidades é muito importante para garantir a arrecadação dos impostos, bem como um melhor planejamento urbano dos espaços das cidades. Políticas pertinentes ao uso do solo das cidades devem ser ajustadas não somente ao curto prazo, mas também ao médio e ao longo prazos, procurando direcionar e equilibrar o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades e para a consecução do desenvolvimento dos assentamentos humanos da forma recomendada pelo HABITAT-I, em Vancouver.

A construção de infra-estrutura nos assentamentos não é apenas uma adição simples de água, esgoto, drenagem pluvial, energia elétrica, sistema viário, tratamento de resíduos sólidos (lixo), transporte coletivo e comunicação; é tudo isto e mais a opinião de seus moradores a respeito desses serviços.

No âmbito da infra-estrutura urbana nos aglomerados urbanos estudados, observa-se que o atendimento às necessidades dessas comunidades está muito aquém do almejado. Pode-se dizer que

o seu nível de insatisfação é grande e que isso não se reflete nos indicadores de desenvolvimento humano apresentados nas estatísticas oficiais dos governos e das instituições internacionais de desenvolvimento.

No Riacho Fundo, o desencantamento é tão grande, que as pessoas parecem que estão acumulando resignadamente os dissabores do dia-a-dia, da rotina. Elas simplesmente “levam a vida”. Suas relações de vizinhanças são muitas vezes frágeis e comprometidas. As pessoas têm vergonha de dizer que em seu bairro têm violência; encobrem-na, achando que assim não desvalorizará a sua área de residência. As crianças não tem espaço para brincar nas proximidades de suas casas, buscando, para isso, lugares distantes de suas residências e dos olhares de suas mães. Muitas crianças da Candangolândia, invadem o Santuário que margea a cidade, mesmo sabendo que a polícia florestal dará a elas como punição a tarefa de lavar os seus cavalos. Preferem correr o risco, do que ficar sem se banhar no rio, diversão tradicional das crianças brasileiras.

Nos finais de semana, seus pais, quando não estão trabalhando, certamente estarão fazendo trabalhos de conservação da casa, e suas mães “atoladas” em seus afazeres domésticos. Os momentos de lazer são poucos, e são na maioria dos casos consumidos em frente à televisão, quando há essa alternativa.

Nota-se que o DF tem sido alvo das migrações desde a sua criação. A Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, foi o primeiro assentamento no DF. Mais recentemente, no primeiro ano do Governo Roriz, ocorreu a política oficial de doação de lotes, oferecidos gratuitamente a quem viesse morar no DF. Essa política atraiu milhares de pessoas de baixa renda para Brasília, trazendo consequências desastrosas para o DF. Os seus danos hoje são sentidos a cada passo, seja no desemprego (pessoas sem capacitação ou inaptas para ocuparem os postos de trabalho ofertados); no aumento da violência (a cada 5 horas uma pessoa é assassinada). Os assaltos, roubos, maridos batendo nos filhos e espancando suas mulheres viraram rotina; crianças são abandonadas e aumenta a prostituição infanto-juvenil, a falta de estrutura nos lares e condições do Estado de ofertar creches, escolas em período integral, a renda familiar insuficiente para uma família se manter, transformando tudo isso numa grave questão social.

Os resultados da pesquisa de campo realizados neste estudo traduzidos em percentuais constituem um aferidor novo da qualidade de vida urbana dessas populações e constatam que elas não estão satisfeitas com os serviços públicos à sua disposição. Os gráficos resultantes do tratamento e análise dos dados das entrevistas traduzem esse sentimento quanto à infra-estrutura e os equipamentos urbanos.

Essas comunidades manifestam seu descontentamento quando afirmam que a água contém impropriedades: lama, cor e odor, além de não haver constância no atendimento aos usuários. O esgotamento das águas usadas, o esgoto e a coleta domiciliar de resíduos sólidos (lixo) configuram outro problema. Essa situação além de criar condições ambientais propícias ao surgimento de doenças, gesta a falta diária de beleza na paisagem desses aglomerados urbanos. Nessas cidades, onde os passeios públicos são mal pavimentados, seus habitantes adquirem o hábito de caminharem no meio da rua, pondo em risco suas vidas, ou, no mínimo, sujando os seus sapatos, as barras das calças e das saias, que ficam empoeirados na época seca e enlameados no período chuvoso.

O transporte coletivo nessas cidades é um problema cotidiano. “Ônibus de pobre é como um caminhão de boi”. É todo o dia, no mínimo duas vezes por dia, reafirmada sua exclusão na passagem da catraca do ônibus. Catraca que é cada vez mais desconfortável para os adultos que a atravessam e que exigem das crianças pequenas se arrastarem no chão para passá-las. Muitas vezes, tem-se que suportar motoristas irritados, apressados, que passam pelos pontos de ônibus sem parar, levantando poeira ou jogando, nas pessoas que aguardam nos pontos, água empoçada das chuvas e

mesmo de esgotos. Ainda, são poucas as paradas com cobertura e elas estão quase sempre tomadas pelo mato, pela terra, expostas ao sol e ao vento, sem iluminação à noite. Durante o percurso de ida e volta do trabalho, os passageiros não olham mais para o seu vizinho de poltrona, não se comunicam mais, não há qualquer forma de sociabilidade.

Este é o drama diário dessas comunidades, o cheiro provocado pela ausência do sistema de esgoto e pela coleta precária do lixo; o córrego depredado; o matagal próximo das casas, transformado em depósito de lixo e reduto de marginais; a lama entra nas casas; os buracos nas ruas e a pavimentação mal acabada ou inadequada; a precariedade da iluminação pública que não permite aos pedestres locomoverem-se com mais segurança nas ruas; os ratos e os insetos nocivos ao homem por toda a parte; a ausência de espaços comunitários públicos onde se realizem os encontros das pessoas para suas manifestações culturais;

A elaboração de indicadores novos de infra-estrutura e equipamentos urbanos que pode fornecer respostas a respeito de como as pessoas nessas áreas em estudo estão vivendo e como elas desejariam que fossem os serviços. Os indicadores apontam para um abastecimento de água sem lama, cor ou odor e com fluxo contínuo; uma rede de esgoto com diâmetro adequado para a vazão e que receba serviços constantes de limpeza das fossas e sumidouros, além de uma canalização adequada; um sistema de drenagem pluvial com quantidade e localização das bocas-de-lobos adequadas ao regime pluvial e com um serviço de limpeza eficiente; um sistema de energia elétrica com garantia de fornecimento ininterrupto; uma rede de iluminação pública com intensidade, altura dos postes e frequência para a circulação confortável dos pedestres e dos carros.

Na questão do transporte coletivo, os indicadores apontam um sistema com paradas de ônibus em número suficiente e em localização planejada para o atendimento à comunidade; com motoristas preparados para o trânsito e para o atendimento à comunidade; com frotas novas de ônibus em quantidade suficiente para atender à demanda da comunidade; com linhas de ônibus suficientes ao atendimento dos diferentes fluxos de deslocamento da comunidade; com regularidade na frequência dos ônibus; com um bom serviço de manutenção e limpeza dos ônibus, bem como, uma boa manutenção, limpeza e iluminação nas paradas de ônibus. Para a rede viária a indicação é para uma pavimentação de boa qualidade, com atendimento aos deslocamentos dos deficientes físicos e com a pavimentação das ruas construídas em nível mais baixo do que o das residências. No que diz respeito aos resíduos sólidos (lixo), os indicadores apontam para um sistema com coleta assídua e completa, e com esses serviços respeitando o código de postura.

Nos equipamentos urbanos, na questão da comunicação, os indicadores apontam para a distribuição e manutenção adequadas de orelhões públicos; a instalação de centrais telefônicas nos bairros; a assistência social aos diferentes segmentos da comunidade (idosos, meninos de rua, mães solteiras etc.); áreas de lazer para as comunidades; um número suficiente de farmácias atendendo as necessidades das populações e para a promoção da integração da polícia com a comunidade.

Considera-se que estes itens são suficientes para propiciar uma visão satisfatória da qualidade de vida das áreas estudadas, uma vez que eles estão integrados na dinâmica do dia-a-dia e das necessidades dessas comunidades. Acredita-se também que os indicadores aqui anotados, uma vez observados, podem contribuir para elevar a auto-estima da população, tornando-as mais aptas a participar do processo de desenvolvimento comunitário.

Observa-se que existem ainda muitas questões que prejudicam uma vivência integral e satisfatória, vez que não são apenas a infra-estrutura e os equipamentos urbanos que respondem pelo total da qualidade de vida urbana. Essas questões entretanto não foram avaliadas por não serem objeto desta pesquisa, que esteve centrada na questão da infra-estrutura e equipamentos urbanos. Fica aqui,

entretanto, esta observação pessoal no sentido de alertar para a complexidade de um assunto desta natureza.

Voltando aos novos indicadores criados neste estudo, **observa-se que parcela não desprezível desses serviços podem atingir padrões de qualidade sem custos adicionais, ou com pequenos acréscimos de custo.** É, por exemplo, o caso da colocação das bocas-de-lobo e dos postes de luz em locais adequados. Essas providências dependem somente de um planejamento prévio, ou, o que também pode ser aqui realçado, da participação de um maior número de pessoas nas decisões do governo. Enfim, é a questão da desorganização que permeia quase todos os problemas nacionais, e que parece tão difícil de ser resolvida.

Elevar a qualidade de vida mediante a eliminação de fatores que determinam condições às vezes sub-humanas desses moradores da periferia é função primordial na busca de uma sociedade mais justa e feliz. Para isto, considerar os indicadores novos aqui elaborados em relação a infra-estrutura e equipamentos urbanos dessas pessoas seria um primeiro passo para alcançá-la.

A título de ilustração também foi realizada uma pesquisa em um jornal de grande circulação da cidade, “Correio Braziliense”. A pesquisa foi feita no período de janeiro de 1995 a julho de 1996. Houve um acompanhamento sistemática da coluna “Grita Geral”, onde a comunidade do DF faz suas reclamações ou sugestões e o jornal procurava os responsáveis para obter explicações, publicando a reclamação e a resposta. A coluna sai diariamente, exceto aos domingos, contendo cinco reclamações.

Foi feita anotações somente das reclamações relativas à infra-estrutura e ao equipamento urbano das localidades estudadas (Núcleo Bandeirante, Metropolitana, Candangolândia e Riacho Fundo) e também foi feito o acompanhamento das reclamações relativas ao Plano Piloto, incluindo Lago Norte e Sul. Importante fazer esse confronto de reclamações das áreas periféricas com as do Plano Piloto, no sentido de verificar os tipos de relações existentes.

As reclamações relativas as áreas em estudo, no ano de 1995, foram 14 e, no primeiro semestre de 1996, de 31. No Plano Piloto, ocorreram 22 reclamações, em 1995 e 10 reclamações no primeiro semestre de 1996.

As reclamações das áreas em estudo e o Plano Piloto tem certa semelhança, quando o morador da periferia diz que faltam lâmpadas nas ruas e o morador do Plano Piloto pede que sejam colocadas lâmpadas da mesma cor nas ruas do Lago Sul, ou seja, que se respeite o critério de qualidade. Nas áreas periféricas os moradores reclamam da cidade suja e da falta de lixeiras, e no Plano Piloto reclamam que o “mutirão de limpeza” não chegou ainda na sua quadra.

Quanto ao transporte coletivo, ambos pedem por treinamento dos motoristas dos ônibus.

Nas áreas periféricas, pede-se para construir passarelas e no Plano Piloto, pede-se para construir quebra-molas e reabrir passagem de pedestres do Hotel Nacional até o SCS.

Como foi dito, este estudo foi elaborado a título de ilustração, uma vez que, o número de pessoas reclamantes no Plano Piloto é muito pequena, com relação ao total de seus habitantes.

Reforça-se a recomendação, finalmente, de que seja melhorada a técnica de avaliação da qualidade de vida, para o que, acredita-se, esta pesquisa tenha contribuído. Os novos indicadores aqui criados a partir da insatisfação dessas comunidades podem servir de motivação para a realização de estudos, trabalhos técnicos e acadêmicos futuros na busca da melhoria da qualidade de vida urbana.

Esses indicadores oficiais que foram elaborados tem suas imprecisões. Eles dão partida a um trabalho que poderá orientar estudos futuros. A principal tarefa agora é fazer com que esses indicadores qualitativos sejam transformados em quantitativos, o que permitirá um melhor planejamento da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. Como por exemplo, o caso da água, deverão ser estabelecidos parâmetros que indiquem a pureza adequada para a população. No caso da iluminação pública, os indicadores poderiam determinar o tamanho dos postes, intensidade das lâmpadas e o número de postes por metro de via pavimentada. No caso dos esgotos, poderiam os canos terem tamanhos melhor definidos.

Essa tarefa, entrento, seria uma nova dissertação de mestrado que fica aqui proposto.

## Bibliografia

- BACHELARD, G. (1978). "La formation de l'esprit scientifique". In: **Pobreza Urbana**. SANTOS, M.. Hucitec. São Paulo-SP.
- BARROS, A. (1990). "Projeto de Pesquisa". Ed. Vozes. Petrópolis-Rio de Janeiro-RJ.
- BIRD/RDM (1990). "Relatório do Desenvolvimento Mundial: a pobreza". In: Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-RJ.
- \_\_\_\_\_ (1994). "Relatório do Desenvolvimento Mundial: infra-estrutura para o Desenvolvimento". In: FGV. Rio de Janeiro-RJ.
- BLOMQUIST, Glenn C. et all. (1988). "New estimates of quality of life in urban areas". In: **The American Economic Review**. vol. 78, iss 1, march. USA.
- BUARQUE, Cristovam (1993). "Qualidade de vida: uma modernização da utopia". In: **Revista de Cultura e Política**. nº 31. Ed. CEDEC. São Paulo-SP.
- BURNELL, James D. et all. (1992). "Quality-of-life measurements and urban size: an empirical note". **Urban Studies**, vol 29, nº 5, june. USA.
- CORRÊA, R. L. (1989). "A rede urbana". Ed. Ática. São Paulo-SP.
- COSTA, Lúcio.(1995). "Lúcio Costa: registro de uma vivência". Empresa das Artes. São Paulo-SP.
- DELGADO, José A.S. (1994). "Panorana atual da urbanização brasileira e sua influência na queda da qualidade de vida urbana". In: Educação & Tecnologia. nº 00/agosto CEFET. Belo Horizonte-MG.
- DEMO, Pedro. (1980). "Alucinações em torno do conceito de qualidade de vida". In: I Seminário Nacional e II Seminário Regional sobre Qualidade de Vida. Aracajú, 15 a 19 de dezembro de 1980. Trabalhos apresentados na SEPLAN/SE. Sergipe.
- \_\_\_\_\_ (1995) "Política Social, Educação e Cidadania". Ed. Papirus. Campinas-SP.
- FARRET, Ricardo Libanês (org.). (1985). "Paradigmas da Estruturação do Espaço Residencial Intra-Urbano". In: **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. Projeto. São Paulo-SP.
- FERRARI, Celso. 1979. "Curso de Planejamento Municipal Integrado". 2a. ed. Pioneira Editora. São Paulo-SP.
- GDF/CAESB (1995). "Carta consulta à Cofix: Projeto 1-GDF x BIRD". In: **Saneamento básico do DF**. Março. Brasília-DF.
- GDF/CODEPLAN (1996). "Estimativa da População Urbana e Rural do DF por Região Administrativa". Brasília-DF.
- GDF/CODEPLAN/SEPLAN (1991). "Brasília: a construção do futuro". Brasília-DF.
- GIL, Antônio Carlos.(1994). "Métodos e técnicas de pesquisa social". 4 ed. Atlas. São Paulo-SP.

- GÜNTHER, Hartmurt. (1991). "Viver em Brasília: um estudo empírico". In: **Textos do Laboratório de Psicologia Ambiental** . nº 2. Brasília-DF.
- HECK, Marina. (coord.). (1993). "Grandes Metrópoles de América Latina". Fundação Memorial da América Latina. São Paulo-SP.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (1997). Imóveis com Decreto. Diretoria de Recursos Fundiários. Brasília-DF.
- Indicator Programme: monitoring human settlements. (1995). Key indicators. Final worksheet to HABITAT-II, march. Nairobi-KENYA
- JAGUARIBE, Hélio. (1986). Brasil ano 2000. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ.
- JUDGE, Eamonn (1990). "Is there life after a quality of life study?". In: **The planner 20th**. April. USA.
- KRAPÍVINE, V. (1986). "Que é materialismo dialético?". Ed. Progresso. Moscou, Rússia.
- LEVINE, Robert. (1988). "City Stress Index: 25 best, 25 worst". In: **Psychology Today**. vol. 22, iss. 11 november. USA.
- MASCARÓ, Juan Luís. (1987). "Desenho urbano e custos de urbanização". MHU/SAM. Brasília-DF.
- \_\_\_\_\_. (1994). "Manual de Loteamentos e Urbanização". Sagra-DC Luzzatto. Porto Alegre-RS.
- MEYER, Richard L. (1966). "A communication theory of urban growth". Cambridge:MIT Press. USA.
- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. (1996). Atlas Fundiário Brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Estrutura Fundiária Brasileira. Agosto. Brasília-DF.
- MYERS, Dowell (1988). "Building knowledge about quality of life for urban planning". In: **Journal of American Planning Association**. Vol. 54, nº 3, september. USA.
- PAVIANI, Aldo. (org.) (1987). "Urbanização e Metropolização". CODEPLAN/UnB. Brasília-DF.
- \_\_\_\_\_. (1989). "Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização". UnB. Brasília-DF.
- PECHMAN, Robert M. (1994). "Olhares sobre a Cidade". UFRJ. Rio de Janeiro-RJ.
- PNUD/RDH. (1994). "Relatório do Desenvolvimento Humano". Tricontinental Editora. Portugal.
- PNUD/IPEA. (1996). "Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil". Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF.
- PUC/NSAS (1995). "Barcelona e Somália convivem na cidade". In: **Folha de São Paulo**. Caderno Cotidiano 3, pp.8 e 9. São Paulo-SP.



- QUIJANO, Anibal. (1993). "La formación de un universo marginal en las ciudades de America Latina". In: **Imperialismo y urbanización em America Latina**. Gustavo Gilli. Barcelona-ESPANHA.
- RIFKIN, Jeremy.(1995). "O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e redução da força global de trabalho". Makron Books. São Paulo-SP.
- Revista Habitar. (1994). Ano 1, nº 0, novembro. Brasília-DF.
- Revista Retrato de Brasília (1995). GDF. Brasília-DF.
- Revista Veja. (1996). "Globalização". Edição 1438, ano 29, nº 14, 03 de abril. São Paulo-SP.
- Revista Veja. (1995). "Computador - o micro chega as casas". Edição especial. Dezembro. São Paulo-SP.
- RIO/1995: HABITAT-II. (1995). Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ.
- RODRIGUES, Fernando. (1995). "Distritos ricos nem sempre são os melhores". In: **Jornal Folha de São Paulo**. Pesquisa realizada pela PUC/SP. 26 de novembro. São Paulo-SP.
- RODRIGUES, Maria Cecília P. (1995). "Desenvolvimento humano no Brasil surpreende ONU". In: **Revista Conjuntura Econômica**. novembro. Rio de Janeiro-RJ.
- ROMERO, Marta A. B. (1994). "Notas de aula: Infra-Estrutura Urbana". 2º semestre. Mestrado em Planejamento Urbano da FAU/UnB. Brasília-DF.
- \_\_\_\_\_ e FERNANDES, Maria A. (1995). "Execução de infra-estrutura e melhoria da qualidade de vida nos assentamentos: insumos para a discussão de parâmetros qualitativos no somatório dos serviços da população da periferia de Brasília-DF". In: **Anais do VI ANPUR**. Brasília-DF.
- \_\_\_\_\_ et alii.(1995). "Urbanização do DF. Os equipamentos sociais urbanos e a viabilidade ambiental: uma pesquisa para uma prática convergente". In: **Anais do VI ANPUR**. Brasília-DF.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Urbanização do DF os equipamentos sociais urbanos e a viabilidade ambiental*. Projeto Integrado de Pesquisa :FAU, UnB/CNPq. Brasília-DF.
- SANTOS, Milton. (1978). "Pobreza Urbana". Hucitec. São Paulo-SP.
- \_\_\_\_\_. (1986). "Por uma geografia nova". 3a. ed. Hucitec. São Paulo-SP.
- \_\_\_\_\_. (1993). "Urbanização Brasileira". Hucitec. São Paulo-SP.
- SEVERINO, Antonio J. (1993). "Metodologia do trabalho científico". 19 ed. Cortez. São Paulo-SP.
- SOUSA, Amary (1982). *Qualidade da Vida Urbana*. In: *Debates Urbanos*, nº 7. Zahar Editores S.A. Rio de Janeiro-RJ.
- SVENSSON, Frank. (1994). "Notas de aula - Teoria do Conhecimento do Espaço". Mestrado em Planejamento Urbano, FAU/UnB. Brasília-DF.
- THIOLLENT, Michel. (1994). "Metodologia da pesquisa-ação". 6 ed. Cortez. São Paulo-SP.

TOLEDO, José R. de. (1995). "Barcelona e Somália convivem na cidade". In: **Jornal Folha de São Paulo**. 26 de novembro. PUC/SP. São Paulo-SP.

VOGEL, Arno. (1995). "Como as crianças vêm a cidade". Unicef. Pallas. Rio de Janeiro-RJ.

Anexo 1. “Dia-a-Dia da Periferia”, Banda GOG (letra da música)



Fig. nº 13. Banda GOG, Riacho Fundo-DF.

O som é dia a dia da Periferia, se liga aí...

- Chama o GOG aí - Ih! Acho que ele não tá aí não.

- Chama aí, chama aí, tá sim, o som tá ligado!

- GOG, oh GOG!

- Oh rapaziada! Vamo entrando aí.

Eu ligo o som lá em casa é inevitável, a molecada vem de todos os lados e já na porta altos cumprimentos, comentários sobre o dia no Plano e nesse entre sai, vai e vem, todos se divertem e alguns até esquecem que as quatro e meia da matina a rotina se inicia, arroz, feijão na marmita fria, mas fazer o que, se a lei aqui é sobreviver, todo dia é mais um dia "J", será que isso um dia vai se inverter? Só se alguém se envolver. Deus nos ajude "Pode crê GOG, continua aí meu irmão". As chances de sobrevivência é verdade aqui são poucas, infelizmente grande parte das garotas com apenas dez, doze anos estarão engravidando, famílias desajustadas, crianças são exterminadas, crescem mal alimentadas, problemas sociais aqui minam como pragas. Na escola são discriminadas pela dificuldade na assimilação, estão a um passo da reprovação que ano a ano se tornará uma tradição, de barriga vazia ninguém se segura não e pra Rodoviária vão, em vão! a procura do mercado de trabalho ou trabalho escravo? Qual a melhor definição? Pois os métodos praticados são bem claros. Trabalho! trabalho! por um mísero salário. Ralam o dia inteiro por uma merreca de

grana que mal dá pro pastel com caldo de cana, alimentação com a qual logo estarão de cama, logo mais em coma. E nossas crianças que já não tiveram infância descobrem como herança um País que como vai, não vai! a lugar nenhum. Pode crê Thaide e DJ Hum! irmãos das ruas, da vida, morte ao capitalismo genocida, viva Deus que nos guia, quanto mais de nós matam, mais nossa raça procria, e todo esse mal a gente assimila transforma em poesia, dia a dia da Periferia!

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

Eu ligo o som lá em casa logo muda o astral, a molecada chega, esquece o medo do mundo brutal viajando na idéia do bom som nacional que aponta um ideal e nos qualifica, a entrar na ativa por uma paz coletiva, descobrir a resposta para uma par de perguntas a princípio até absurdas, como o porquê sobreviver num verdadeiro inferno? Enquanto outros vivem em belos presépios? No balão um "play" dá "Côro" no seu carro esperto, aqui o que corre é um esgoto a céu aberto e as pessoas vistas sem o menor crédito. "Aí o sangue sobe". Sinceramente vem na mente a violência, mas nosso som não prega essa essência e nesse exato momento, coincidência ou não, meu irmão

Luizão que havia chegado e eu nem tinha notado diz que tem uma surpresa e avisa: "Al rapaziada! vai rolar pra vocês nada mais nada menos que o mestre dos mestres, Bezerra da Silva" e em seguida se ouviu: "Alô, Alô, todas as favelas do meu Brasil". E em cada rosto um sorriso verdadeiro, dá pra ver, venham ver, o verdadeiro brasileiro, escondido em faces coróidas, deprimidas, pelo sol a sol da lida. Um povo que apanha, apanha, e se levanta com a certeza que na vida se ganha com trabalho e não com artimanhas. Sonha todo dia com melhores dias, nem que seja por um dia só, é nota 10 no baralho, no palito, no boteco, no jogo de dominó e no batuque que rola que fala da vida ele se identifica, graças a Deus, ritmos íntimos negros dominando enfim, e só assim todo esse mal a gente assimila, transforma em poesia, dia a dia da Periferia!

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

Desligo o som de madrugada a molecada abre, daí pra frente até manhã a tarde só mesmo meu Deus quem sabe o vai acontecer, a gente pode até nem mais se ver, mas fazer o que? Já disse a lei aqui é sobreviver, todo dia é mais um dia "d" e como se fosse a vez derradeira, ninguém vai embora já acenderam uma fogueira e as duas e tarará o som volta a rolar no box emprestado de um chegado "Ih! ainda tem gente que pergunta o que rola meu irmão, escuta aí". O som é radical, original rap nacio-

nal, considerado pela elite som de marginal, mas quer saber? Ninguém daqui tá nem aí pro que a elite dizer. Chega! chega! basta! Dessa paihaçada, dessa farsa! não espere pelo outro, faça! a desgraça que rola não pintou de graça. E nesse exato momento, coincidência ou não, vejo vir um camburão, e numa simples investida numa ronda de rotina, a calma que imperava foi por água abaixo, a molecada agora tensa, não, não vou ficar calado! Batida rotineira, abriram minha carteira, apagaram a fogueira, esquentaram de bobeira. Diz? Que foi que eu fiz? E a resposta foi um tapão no meio do nariz. O sangue sobe a cabeça vai a lua, me lembro de um chegado velado no meio da rua e o palavrão na mente, no momento é a melhor ajuda, tudo tem a hora certa, e nessa? melhor ficar na sua. Estamos dispensados, felizmente são e salvos, coisa rara hoje em dia e só a certeza que o meu Brasil um dia muda a ira alivia e todo esse mal a gente assimila, transforma em poesia, eu falei de que? Dia a dia da Periferia, dia a dia, da Periferia.

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

DIA A DIA, DIA A DIA, DIA A DIA DA PERIFERIA!

- Aí "véi", chega aí, vamo trocar uma idéia aqui, que papo é esse aí rapaz?

- Que idéia que nada "véi", eu não quero idéia contigo não "véi"! quero idéia não meu irmão, quero idéia não!

- Tu tá me tirando de tempo rapaz! sai voado rapaz!

- Como! como! sai voado um caralho!

- Tu é prego oh! eu te jogo pra trás rapaz! eu te jogo fora oh!

- Ele tá ferrado! ele tá ferrado!

- É só entrar "numas errada", com minha galeira!

- Péra aí meu irmão, péra aí, péra, péra, péra aí, ah! meu irmão, não boto lé não.

- Não põe lé? Que nada "véi"! eu jogo esse salado prá trás "véi".

## O EXEMPLO TAÍ

Vai! Se você quiser mudar eu sei o problema é seu, mas sei também posso ajudar, se liga lá Minha mãe andava doze quilômetros sozinha e só uma vez por semana voltava e via como cresciam seus filhos e a noite os sonhos não eram nada divertidos, e como se não bastasse aos cinquenta de idade teve humildade e coragem suficientes para estudar, se formar e provar, querendo qualquer um pode chegar lá. O exemplo taí, pra quem quiser ouvir, o exemplo taí, pra quem quiser seguir. Meu pai! eta pai! no vai! vai e vem! vários tiros dados no escuro, várias vezes sem destino, meu herói desde menino, QE 38, Mercadinho do Hilton, Bar do Pedrinho, sua área, seu ninho, saudações ao sofrido povo nordestino, éh! Se liga na idéia, abaixo a miséria, que venha o estudo, se você ouviu e gostou disso tudo, não tenha vergonha, arregace as mangas e venha!

- Rapaz! péra aí! péra aí! quem tá falando aqui é o GOG meu irmão, não é qualquer um não. A idéia é meu irmão: enquanto a gente tiver aqui jogando um ao outro aqui, isso aqui não vai pra frente não, tá? Se a gente quiser fazer alguma coisa a gente tem que ter atitude, a gente tem que mostrar o que a gente tem de melhor e não de pior meu irmão. É por isso que eu tô aí, oh! Ralando, mostrando o nosso dia a dia, dia a dia da Periferia.  
- Pode crê!...

## GOG

SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAÍ PRA QUEM QUISER OUVIR, ÉH!  
SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAÍ PRA QUEM QUISER SEGUIR.

O tempo passa, passa o tempo me lembro conjunto "E" 26QE, peladas, piadas, soul, funk desde os doze e parte do que ali aprendi pratico hoje, velhos amigos? Problemas antigos impediram de estarmos unidos, mas nem por isso serão esquecidos, além do mais os de rocha de agora e das antigas compensam isso, cada qual no seu galho, aprendi, entendido? Não entende? Não compreende? Se liga falo no pique da vida rapidamente, agora meu caro vou dar uma bola, uma bola de presente pra molecada da rua, vai ser loucura! logo ela furar tô doidão por uma mina maluca! filha da puta! tô cansado vou curtir um carata, bater um plá

com meu pai, drogas já levaram irmãos de mais! o exemplo tal, pra quem quiser ouvir, o exemplo tal, pra quem quiser seguir. Não dá pra ficar como está! olhe aqui! olhe ali! olhe lá! estamos cercados por todos os lados, vazão da mente nos faz cada vez mais escravos, é por isso que eu digo, é por isso que eu falo Brasil pra frente! soluções urgentes! um baque na mente! pare e pense nos pobres carentes, pessoas doentes, a minha e a sua vida já não nos pertence, o que você faz aí parado? Movimente-se!

SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAL PRA QUEM QUISER OUVIR, ÉH!  
SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAL PRA QUEM QUISER SEGUIR

Vai, fala, desentala, desencanta cara!  
Minha levada parece piada, que nada é jogada armada usada pra você escutar, você é pessoa ocupada e minha levada te chama atenção ou não meu irmão? Ou não? Seres humanos para ser ser humano é preciso ser tão desumano? Seres humanos cadê Estevam? Calango? Cleiber? Adriano? O Do Too? O

Misinho? () Break? Fala mano! essa cara se foram ao longo dos anos e se a gente parar pra pensar sabe a qual conclusão se acaba chegando? Rapaz a paz tá em baixa e a violência imperando. Grandes caras se foram, outros quase se foram vítimas de atos estúpidos, termos que estar lúcidos, para enfrentar nessa vida um pouco do bem, um pouco do mal, um pouco de tudo, um abraço Marquin, um abraço Turbo. Cadeira de rodas é a prova desse absurdo! o exemplo tal, pra quem quiser ouvir, o exemplo tal, pra quem quiser seguir. Então vem! vamos lá! vamos já! batalhar! ainda há muita gente pra salvar! um mundo melhor pra se viver e o que é melhor, com você! Se liga na idêia, abaixo a miséria, que venha o estudo se você oniviu e gostou disso tudo não tenha vergonha. Brasil pra frente! soluções urgentes! um baque na mente! pare e pense nos pobres carentes, pessoas doentes, a minha e a sua vida já não nos pertence, o que você faz aí parado? Movimente-se!  
SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAL PRA QUEM QUISER OUVIR, ÉH!  
SE VOCÊ QUISER MUDAR! O EXEMPLO TAL PRA QUEM QUISER SEGUIR

que lição tirar? O importante é que consegui chegar, onde muitos da minha cor quiseram chegar, e não conseguem chegar, ah! não seja ingênuo a ponto de imaginar que eu sou melhor que você, ou você um incompetente, pare, analise, raciocine friamente, quantos de nós ocupam hoje altas patentes? A pergunta é uma só, mas se fossem mais de cem certamente a resposta não seria diferente, estamos assustadoramente ausentes, agora invertendo a moeda, entre os que morrem precocemente, quantos são da cor da gente? A pergunta é uma só novamente, mas se fossem mais de cem certamente a resposta infelizmente não seria diferente, estamos assustadoramente presentes. Exemplos citados, já deu pra perceber de cara algo do errado pra ter mais claro reflexos do passado. É, é mesmo incrível!

1888, de um momento pra outro a abolição, sem nos dar condição, com uma só intenção, criar um novo consumidor interno e o negro era o estereótipo certo, carente de educação, louco por a sua liberdade irmão, cenário completo para a mais nova, suja e nojenta armadilha. Já aos doze de idade conhecia a faculdade de verdade, era com a tua minha identidade, com ela e suas personalidades, a maldade ancestral daqueles a quem deram uma falsa liberdade, a prova viva do maior dos crimes da humanidade. Aos vinte e nove uma força me move, essa força é você que não tem o que comer, e nem sabe o porque, oh irmão!

cada vez que te humilham me arrancam um pedaço, e isso é o que pensa a molecada do Fiaccho, minha área, meu espaço, conquistado com suor não por acaso, mas vamos aos fatos. Nos tiraram a certeza, nos lançaram contra a correnteza, insultaram padrões de beleza, isso não se faz não, não vai ficar assim e se depender de mim, vamos até o fim, vamos mexer no passado mesmo que seja horrível, vamos fazer nosso presente o melhor possível. É, é mesmo incrível!

É mesmo incrível! a maneira como nos escravizaram, até nossa auto-estima arrancaram e muitos que deviam ser a nós aliados, são implacáveis adversários, pura desinformação, maldição! não! não! não olhem assim pra mim, não sou diferente, e te encaro de frente sou um cidadão preto exigindo o direito de ser considerado gente e o argumento que sustento pra manter a fé e partir com todo gás pra cima vou te dizer qual é, somos a maioria da população ativa, sem nós essa terra não teria vida e não há preço para essa sua dívida. Estamos a anos entrecheirados nos morros, nas cidades do entorno, são inúmeros nossos gritos de socorro, diante da incerteza, somos habitantes dos bolsões de pobreza, onde quando cai a chuva a catástrofe também cai como uma luva, sobreviver, pra ver a situação se inverter, a gente há mais de quatrocentos anos tenta, a conhecida e sólida morte lenta. É, é mesmo incrível!

## É MESMO INCRÍVEL

## GOG

É mesmo incrível! estamos num quebra-cabeça terrível! nos jogaram na sarjeta, nos tomaram as muletas, prosseguir parece impossível, agora saca só, essa história, sei de cor, a coisa é muito séria, de repente pai, pum, um,

mais um, mais um, já era, já era! mas de que vale a vida oprimida, sem perspectiva? Hem? me explica! Aos vinte e poucos de idade larguei a faculdade, pra meus pais um baque, pra mim nenhuma novidade, sei que errei, mas

## ASSASSINOS SOCIAIS

A lição meu irmão está ali nos ataques e bombas, no genocídio em Ruanda, na pobreza do Haiti. É triste, mas eu vi o clamor materno rogando logo o céu ou inferno ao seu filho subnutrido que aos dezito não pesava mais que vinte e poucos quilos, mas de nada adiantava isso, do outro lado do mundo seu futuro era decidido num café matinal entre políticos malditos! parasitas! clinicos! assassinos sociais! éh! os poderosos são demais! derramam pela boca seus venenos mortais, poluindo a mente dos que são de paz, a gente segura, atura essas criaturas como pode, mas um dia explode e a idéia sai! "Então vai!" Eu vou, eu vou de vez, vejam só vocês! no meu Brasil em ano de eleição! o que se vê pela Periferia são panfletos, panfletos, carros de som, promessas em alto e bom tom de que as coisas vão melhorar, mas como acreditar, se os que prometem sempre estiveram lá, pronto para nos trucidar e pra complicar, não são humildes morrem de preguiça, só rogam o próprio bem-estar pra Deus na missa, e mesmo assim não fazem jus, não fazem o sinal da cruz, desses eu GÓG sempre quero estar a anos luz, acreditando no que creio, ah! e o que é mais feio, pra eles no caminho do sucesso não importam os meios, desses caras já estou cheio! "Então vai!"

ASSASSINOS SOCIAIS! ÉH, OS PODEROSOS SÃO DEMAIS!  
ASSASSINOS SOCIAIS! ÉH, OS PODEROSOS SÃO DEMAIS!

## GOG/NATINHO

Você tem todo o direito de não acreditar no que estou dizendo, mas tem o dever de conferir pra ver a zona que está aí, no Parlamento, matern e inão na cara dura no orçamento, interferindo na vida de milhões, e não são dois nem três, são mais de cem ladrões! vou repetir quero mais adesões, nos palanques seguem antigos padrões, dizendo que são ricos, que poderiam estar cuidando da família, dos próprios negócios e que por amor a Nação, adotaram a política como opção, que ajudar os pobres é a missão, mas quem são eles pra falar de amor? É preciso antes de mais nada ter noção do horror que é ver velhos vagando na madrugada das ruas, como frio nas rugas! é preciso ver crianças, pezinhos pequenos, desde cedo na estrada, esse é o preço pagol vendendo din-din, picolé, emendoin, cocada, pra sobreviver toda iniciativa é válida, mas é essencial sim ter escrúpulos, honrar a palavra dada, e o que dói mais é ver muitos de meu povo caído na cidade trabalhando em campanhas bilionárias por migalhas, empunhando bandeiras no sol a sol, o corpo suado, o coração está do outro lado, mas infelizmente a necessidade fala alto. A idéia é trabalhar contra nós mesmos, sempre sairemos derrotados. E enquanto isso o que eles fazem? Começ, am em Brasília a semana na quarta e encerram na quinta, matam a segunda, a terça a sexta, meu político em qualquer canto do planeta é o anticristo, um cisto, a besta a atração principal do Tele Jornal, a procura de

status investe no visual, realmente eu sou um marginal e quero ver sua cabeça, seu oco, seu mal, bicho mesquinho! vejo nos seus olhos tochas de fogo luzindo, nas suas costas asas vermelhas se abrindo, é só olhar pra eles e verá que não estou mentindo, que não é vacilo, delírio, nem sonho, meu político pra mim o

por dos demônios, junta logo suas malas e vai!

ASSASSINOS SOCIAIS! ÉH, OS PODEROSOS SÃO DEMAIS!  
ASSASSINOS SOCIAIS! ÉH, OS PODEROSOS SÃO DEMAIS!

## VAI GOG!

## GOG

Pode crê vou falar coisas que você pode até não gostar, estranhar, se perguntar? Quem é esse GÓG? Vê se pode? Qual é a desse cara? mas não estou para agradecer, realidade como está, tá difícil agüentar. "Altos pano massa" eu não vejo graça chegando, tudo importado. Meu Brasil é mesmo uma colônia americana, andando pelas ruas não entendo nada é raro ler um nome em português nas fachadas. É o inglês barato chegando, muitas vezes errado, bem lembrado, um mal que necessita ser curado continua nas camisetas, nas jaquetas, nas culças, eu podia citar até mais, mas já basta, é a morte cerebral tomando conta da rapaziada.

PODE CRÊ VOU FALAR! VOU, VOU, VOU  
DIZER VERDADES!  
PODE CRÊ VOU FALAR! VOU, VOU, VOU  
DIZER VERDADES!

Falo disso com autoridade, é verdade, tenho culpa nisso, prova disso meu primeiro disco

traz na capa estampado, quem? Eu e meu bone importado. A galera piou, elogios de todos os lados e pouca gente lembrou, e o nosso público alvo? É! o pobre, o analfabeto, o preto com ancestral escravo, que junta um troco dando um duro danado, centavo por centavo durante meses, mal sabe ler, não quer nem saber, quando pinta a intera não pensa duas vezes, vai na loja leva o play e diz pro vendedor, quero um bonê igual a esse. Pouco importa o que está escrito, é igual ao do artista favorito, um cara que fala pela Periferia, exige melhorias. Tudo perfeito, tudo bonito, mas pressintiu o perigo. Trabalhamos por uma revolução de brasileiros e formamos a meu ver um batalhão de gringos, trabalhamos por uma revolução de brasileiros e formamos a meu ver um batalhão de gringos.

PODE CRÊ VOU FALAR! VOU, VOU, VOU  
DIZER VERDADES!  
PODE CRÊ VOU FALAR! VOU, VOU, VOU  
DIZER VERDADES!

Os caras devem vir nos chamar até de idiotas pelas costas quando pisam aqui e nos vêem usando suas marcas não as nossas, pouco conhecem daqui, só Amazônia, Ipanema, Copacabana, o Índio sem espaço, a mulata boa de carne, terra do besteiro, mundo do futebol e pra jogar os falsos argumentos pelos ares, prepare-se! sabia? Pra eles a capital do Brasil é Buenos Aires, e de todas essas frases vou te dizer a mais grave que me provoca uma ira louca, é ver a playboyzada curtindo "Ice Cube" usando nossas roupas, efeito exatamente contrário, do que há anos temos pregado, não somos donos de nada, não quero ser o rei da parada, mas pergunte a 10 deles a origem de tudo, todos 10 ficarão mudos, pois não estão nem aí, só querem curtir nosso som, zornear, fumar, transar com as "mina" aí fico tão "p" que não encontro rima. Aí fico tão "p" que não encontro rima.

PODE CRÊ VOU FALARI VOU, VOU, VOU DIZER VERDADES!  
PODE CRÊ VOU FALARI VOU, VOU, VOU DIZER VERDADES!

É preciso dizer o que ninguém nunca disse e

## BRASÍLIA PERIFERIA

Aqui a visão já não é tão bela, Brasília, Periferia, Santa Maria é o nome dela, estupros, assaltos, fatos corriqueiros, desempregados se embriagam o dia inteiro, a boca mais famosa

quem parar pra pensar vai sacar, GOG não fala tolices. Temos que valorizar o que é nosso, não ter remorso de mudar, enfim, ninguém é o dono da verdade, não falei por maldade, temos produtos nacionais eu sei com relativa qualidade, mas se a gente começar a usar, os caras vão sacar e isso tende a melhorar. Jogar seus pano importado no lixo, perder de bobara um troço adoradido! - Pera aí chegado! Eu poderia até dizer que sim, mas com tanta gente sem nada isso iria ser ruim. Claro que você pode usar, mas daí a massificar é bem mais complicado, os caras se julgam donos do mundo, será o Brasil mas um território anexado? Vê se entende! e quando comprar daqui pra frente, consuma como um cara consciente, em cada 10 que levar, leve 10 produzidas aqui, pela gente, vamos fazer como Zumbi, e acrescentar alguns ingredientes, vamos ser conhecidos como retrato fiel da nossa gente, cartão postal de um povo, aí sim, olha o negro criando, inventando, inovando de novo.

PODE CRÊ VOU FALARI VOU, VOU, VOU DIZER VERDADES!  
PODE CRÊ VOU FALARI VOU, VOU, VOU DIZER VERDADES!

## GOG

é um puteiro, onde o que só rola me desculpem os roqueiros, os metaleiros, é só rap, forró e samba os verdadeiros sons do gueto. O divertimento são altas donas chamadas vadias,

donas que de alguém são filhas, mais uma vez caímos na armadilha, primeiro mandamento da cartilha, que diz, destrua o povo começando pela família, no Gama a fama é o drama sensacionalista, jornais, revistas, segunda sai a próxima lista, pânico na população, mas esqueceram a Escolinha de Futebol do Bezerrão, do samba no salão que já é tradição, e de repente nem tudo anda mal, cursos de alfabetização no Lixão da Estrutural iniciativa não governamental. Lago Azul, Céu Azul, Pacaembu, Cruzeiro do Sul, Val Pedregal, Cidade Ocidental, na divisa do Estado crescem a passos largos, vários bairros amontoados, Nova Esperança, Boa Vista, Parque Annoninhas, Alagados e não é só, Parque Esperança, Núcleo Residencial, DVO isso sem falar no Parque Estrela D'alva, Novo Gama, no Ipê no Jardim Ingá, em Corumbá. Aqui lembra o Paranoá! As pessoas, as ruas, sei lá. Pode crê, mas só pra te lembrar. Periferia é Periferia em qualquer lugar, é só observar. Já sempre lotado, vida dura, cheia de sonhos não importa seja no Varjão, na Agrovila ou em Santo Antônio. Periferia cresce noite e dia já se perdeu de vista. Cidade Osfaia, Queiróz, Morro Santa Rita, Parque Nápoles, Beatriz, Vargem Bonita, verdarle seja dita. Mãos ao alto é um assalto, ninguém é recebido assim na Vila Planalto, no Jardim Planalto não conhecem, não frequentam, levantam suspeita, gente nota 10, Ponte Alta, Saia Velha, Jardim Zuleica e de repente o pessoal do Sol Nascente, Nova Friburgo, Novo Oriente surpreende com ideias inteligentes, detalhe, surpreende a quem nunca botou nenhuma fé na gente,

Santos Dumont, Vila Gusmão, vamos em frente, Cidade Jardim, Mesquita, Parque Mingote, abuso de autoridade dos "homem". No Agreste e na Estância apesar da distância, é são quase cem quilômetros rodados, pra chegar no trabalho, nem sonhar em atraso, rotina do Seu João desde criança para bater o ponto no horário.

BRASÍLIA PERIFERIA! BRASÍLIA PERIFERIA!  
BRASÍLIA PERIFERIA! BRASÍLIA PERIFERIA!

Prepare-se, pois daqui pra frente vão ser fortes as cenas, a quebra é o Recanto das Emas, muita poeira, sobra descência, muita pobreza, estoura a violência. Zilda e as Crianças, que Deus os tenha. E aí Japão? E aí GOG? A gente aqui, se lembra? Num cortico prometam a população mundos e fundos eu vi ali a Rede Globo através de telados mundos só faltava a tela, Cid Moreira e Chapellin ao fundo e na real a urea é considerada ainda hoje pela elite o cu do mundo. Tá vindo ali ao lado? "Claro!" é o Hucho Fundo. É minha casa evoluiu muito. Ainda lado a lado com a Telebrasilha onde tenho vários considerados, acampamento transformado em bairro, um povo que nasceu e conviveu junto hoje vive separado, o erro fatal foi terem construído suas casas próximas aos barões do Lago. Juventude de atitude, deram um ponto final na falta de diversão que era geral, no Forroão do Vavá a parada da hora é só som radical, iniciativa não governamental. Daqui tá vindo luzes acesas é Samambara, vários botecos abertos, várias escolas vazias, coisas inacreditáveis aconte-



cem a luz do dia, lá o vibrão da cólera seria epidemia. Reduto eleitoral, bastante disputado, hoje dominado por um infeliz, cujo nome se rima não se diz, mas nem tudo em Samambá é ruim, Mix Mania quando rola rapaziada curta até o fim, altos grupos preza gente de atitude, gente honesta, que o poder ilude, com sua ambição mesquinha, Brasília Periferia também tem sua Rocinha, e muita gente que pra tur o que comer em casa, tem que pegar o que sobrou pelo chão no Feirão da CEASA. É em Taguatinga a coisa anda séria, brigas, tiros, no CIT e no Primavera, o clima tá tenso, os bailes foram até suspensos. Será rica entre gangues? Será o maldito miami? em todo show derramamento de sangue. Da Praça do Relógio vamos advinhem pra onde? pegando sempre a direita dá no Areal, se a gente for em frente dá na Chaparral, a "L" e a "M" fazem divisa com a C.E.I., o Centro de Erradicação de Invasões criada no Governo Médici, prepare-se, pois a área não tem nada haver com a Disneylândia, C.E.I. pra quem não sabe? é a Ceilândia! tô em casa! aqui os chegados sempre respeitaram as cara. No Quarentão, no Santana, no Primão, Paradão, no Sol e Água, Bernardo Sayão, altos bailes blacks, se o Riacho tem GOG, Ceilândia tem "X", e atitude não para por aí, os "3S", "DF Zulu", "Sociedade Anônima", "Dona Nadir" e muitos outros que não citei aqui, mas lamento dizer que "A" ou "B" não são o x da questão, a salda pro que ocorre no P. Norte, no P. Sul, Setor "O", Expansão, está na nossa união, basta um momento de reflexão pra perceber que o pessoal do Privê, dos Setores "O", "P", "Q", já, já tá no "Z", sozinhos

não vão se manter, saneamento básico cadê? Ei você! a mudança começa em cada um de nós, essa luta não venceremos sós. Em frente a 15ª de asas a imaginação, o povo viajando de avião, político corrupto descendo pra Papuda engaiolado de camburão, isso depois de sentir de qual é passar uns dias no Núcleo de Custódia e na C.P.E. hah!... hah!...

BRASÍLIA-PERIFERIA! BRASÍLIA-PERIFERIA!  
BRASÍLIA-PERIFERIA! BRASÍLIA-PERIFERIA!

Bola pra frente há muito chão ainda, vamos passar no Parque da Barragem, Almêcegas, Girassol, Águas Lindas, lá a Roger, minha mina tem até uma tia, todo dia tenho que estar as 13 em ponto no SIA, um campo de futebol, uma bola e molecada brinca, Rodeador, São José e o INCRA, que tal curtir em Brasília? É só quebrar por Brazlândia, Sobradinho passar por Planaltina, dar um "t" na casa de uns chegados no Vale do Amanhecer, trocar idéia com o pessoal lá do Pombal, do Caveral vida longa Tales Código Penal, o suficiente para ver melhorias, mudança de clima na Vila Araponga, Rio Preto, Vila Vicentina, Buraco Fundo, 11A, Tabatinga, Vila de Fátima, Setor Sul, Garrancho, onde os problemas nunca foram tantos, mães chorando, irmãos se matando, até quando? "GOG vamo nessa!" É só o tempo de me despedir com um abraço a Mestre D' Armas, Sarandá, Vila Buritis, já "tamo" na estrada vamos falar então, do Rio, lá do Sansão, do Mutirão, do R-9, Vila do Bode, um povo sofrido que esbanja arte, exemplos? Índio e Lelei, dois engraxates. Realmente eu tava a fim de

roletar por lá, mas infelizmente não vai dar marquei as 10:00h no Guará, onde tenho muita gente amiga, pode crê Gariba, o quarto irmão da família, obrigado Dona Anísia "pai e mãe" da Mayara, minha filha. "Um beijo pra você" É tão bom lembrar, A Igrejinha, O Cave, "Os Magrellos", "Os Bira", criatividade palavra chave, quem é das antiga sabe, na fita veio o Cruzeiro com o tempo do Pandiá, depois bater um rango na Fonte do Bom Paladar, curtindo com Sandrão e Tanião ouvindo de fundo o batuque, que na madrugada rolava no Galpão da ARUC. A Candanga e o Bambam sempre tiveram de tempo bom, Queen, Fumaça, no salão, soul ao som da Dizzy Som. Na Metro, na

Divinéia altos lazer, balanço com a Equipe do Léo até amanhecer, rap nacional manda a idéia você decide, nascia entre nós a Favela do Thelde, um grande irmão, Casa Grande, Arniqueira, Só Frango, Bernardo Sayão, sobreviver nossa missão. O que falta na elite, na Periferia tem de sobra, solidariedade, humildade a toda hora, o "b a bá" da vida é a nossa escola e pode crê disposição temos de sobra, se não passamos pela sua cidade, com certeza ela estará na próxima viagem. Periferia essa foi nossa mensagem.

BRASÍLIA-PERIFERIA! BRASÍLIA-PERIFERIA!  
BRASÍLIA-PERIFERIA! BRASÍLIA-PERIFERIA!

**Anexo 2. INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO**

**BIRD, PNUD, HABITAT I e II, RIO/1992 e NSAS/PUC/1995**

### Quadro nº 11. Urbanização

	População urbana				População da capital como % da		População de cidade de 1 milhão de habitantes, ou mais, em 1992, como % da				
	Como % da população total		Aumento médio anual (%)		Urbana 1990	Total 1990	Urbana		Total		
	1970	1992	1970-80	1980-92			1970	1992	1970	1992	
73	Ucrânia	..	..	..	..	..	0	0	0	0	
74	Argélia	40	54	4,1	4,9	23	12	24	24	10	13
75	Tailândia	13	23	5,3	4,5	57	13	65	60	9	13
76	Polónia	52	63	2,0	1,3	9	6	32	29	17	18
77	Letónia	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0
78	Rep. Eslovaca	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0
79	Costa Rica	40	48	3,6	3,8	71	33	0	0	0	0
80	Turquia	38	64	3,7	5,6	8	5	37	33	14	20
81	Irã	42	58	5,0	5,0	21	12	43	41	18	23
82	Panamá	48	54	2,9	2,8	37	20	0	0	0	0
83	Rep. Tcheca	..	..	..	..	..	..	0	0	11	12
84	Federação Russa	..	..	..	..	..	..	0	25	16	19
85	Chile	75	85	2,4	2,1	42	36	40	44	30	38
86	Albânia	32	36	2,9	2,6	21	7	0	0	0	0
87	Mongólia	45	59	4,3	3,9	37	22	0	0	0	0
88	Srria	44	51	4,1	4,1	34	17	60	56	26	28
	<b>Renda média alta</b>	<b>54 w</b>	<b>72 w</b>	<b>3,9 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>22 w</b>	<b>15 w</b>	<b>47 w</b>	<b>46 w</b>	<b>26 w</b>	<b>33 w</b>
89	África do Sul	48	50	2,8	2,8	12	6	40	33	19	17
90	Maurício	42	41	1,6	0,6	36	15	0	0	0	0
91	Estónia	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0
92	Brasil	56	77	4,1	3,3	2	2	49	51	27	38
93	Botsuana	8	27	10,0	8,8	41	10	0	0	0	0
94	Malásia	27	45	5,0	4,8	22	10	15	24	4	10
95	Venezuela	72	91	5,0	3,4	23	21	28	30	20	27
96	Biélarus	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0
97	Hungria	49	66	2,0	0,9	31	20	39	32	19	21
98	Uruguai	82	89	0,7	1,0	44	39	51	47	42	42
99	México	59	74	4,1	2,9	34	25	43	41	25	30
100	Trinidad e Tobago	63	66	1,1	1,7	13	8	0	0	0	0
101	Gabão	26	47	8,3	5,8	57	26	0	0	0	0
102	Argentina	78	87	2,2	1,7	41	36	53	50	42	43
103	Omã	5	12	8,3	8,2	40	4	0	0	0	0
104	Eslovénia	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0
105	Porto Rico	58	75	3,1	1,9	53	39	44	54	26	40
106	Coreia, Rep. da	41	74	5,3	3,4	36	26	75	73	30	53
107	Grécia	53	64	1,9	1,3	55	34	55	55	29	34
108	Portugal	26	35	2,6	1,4	48	16	45	49	12	17
109	Arábia Saudita	49	78	8,3	6,5	16	12	27	28	13	22
	<b>Rendas baixa e média</b>	<b>25 w</b>	<b>36 w</b>	<b>3,7 w</b>	<b>3,7 w</b>	<b>16 w</b>	<b>6 w</b>	<b>41 w</b>	<b>37 w</b>	<b>11 w</b>	<b>14 w</b>
	África subsariana	19 w	29 w	5,1 w	5,0 w	33 w	9 w	34 w	34 w	7 w	10 w
	Leste asiático e Pacífico	19 w	29 w	3,3 w	4,2 w	12 w	4 w	46 w	37 w	9 w	11 w
	Sul da Ásia	19 w	25 w	4,1 w	3,5 w	8 w	2 w	35 w	38 w	7 w	9 w
	Europa e Ásia central	..	..	..	..	..	..	34 w	28 w	15 w	18 w
	Oriente Médio e N. da África	41 w	55 w	4,4 w	4,4 w	26 w	14 w	42 w	41 w	18 w	22 w
	América Latina e Caribe	57 w	73 w	3,7 w	2,9 w	24 w	16 w	45 w	46 w	26 w	34 w
	<b>Muito endividadas</b>	<b>53 w</b>	<b>68 w</b>	<b>3,7 w</b>	<b>3,0 w</b>	<b>21 w</b>	<b>14 w</b>	<b>42 w</b>	<b>43 w</b>	<b>23 w</b>	<b>29 w</b>
	<b>Economias de alta renda</b>	<b>74 w</b>	<b>78 w</b>	<b>1,1 w</b>	<b>0,8 w</b>	<b>11 w</b>	<b>9 w</b>	<b>42 w</b>	<b>43 w</b>	<b>32 w</b>	<b>33 w</b>
110	Irlanda	52	58	2,2	0,6	46	26	0	0	0	0
111	Nova Zelândia	81	84	1,4	0,8	12	10	0	0	0	0
112	Israel	84	92	3,2	2,1	12	11	41	44	35	41
113	Espanha	66	79	2,0	1,1	17	13	27	29	18	23
114	Hong Kong	90	94	2,6	1,4	100	95	100	100	90	95
115	Cingapura	100	100	2,0	1,7	100	100	100	100	100	100
116	Austrália	85	85	1,6	1,5	2	1	68	72	58	61
117	Reino Unido	89	89	0,1	0,3	14	13	31	26	27	23
118	Itália	64	70	0,9	0,6	8	5	43	36	27	25
119	Países Baixos	86	89	1,1	0,6	8	7	19	16	16	14
120	Canadá	76	78	1,2	1,2	4	3	39	38	29	30
121	Bélgica	94	96	0,3	0,2	10	10	12	14	11	13
122	Finlândia	50	60	2,1	0,4	34	20	27	34	13	20
123	União dos Emirados Árabes	57	82	20,4	5,0	..	..	0	0	0	0
124	França	71	73	0,9	0,4	21	15	30	29	21	21
125	Áustria	52	59	0,7	1,0	47	27	51	47	26	27
126	Alemanha	80	86	0,3	0,5	1	1	50	47	40	40
127	EUA	74	76	1,0	1,2	2	1	51	51	38	38
128	Noruega	65	76	1,3	1,0	21	16	0	0	0	0
129	Dinamarca	80	85	0,9	0,2	32	27	35	30	28	26
130	Suécia	81	84	0,6	0,5	23	19	17	24	14	20
131	Japão	71	77	1,8	0,7	19	15	43	47	30	37
132	Suíça	55	63	0,4	1,5	7	4	0	0	0	0
	<b>Mundo</b>	<b>35 w</b>	<b>42 w</b>	<b>2,6 w</b>	<b>2,8 w</b>	<b>15 w</b>	<b>6 w</b>	<b>42 w</b>	<b>38 w</b>	<b>15 w</b>	<b>17 w</b>

Fonte: BIRD/1994

Quadro n° 12. Infra-estrutura Urbana

	Energia		Telecomunicações		Estradas pavimentadas		Água		Ferrovias	
	Domicílios com eletricidade (% do total) 1984	Perdas do sistema (% da produção total) 1990	Troncos telefônicos (por mil habitantes) 1990	Defeitos (por 100 troncos por ano) 1990	Densidade (km por milhão de habitantes) 1988	Em boas condições (% de pavimentadas) 1988	Pop. com acesso a água potável (% do total) 1990	Perdas (% da provisão total) 1986	Tráfego (km por milhão do PIB em US\$) 1990	Loc. a diesel em uso (% do estoque a diesel) 1990
73	Ucrânia	..	..	..	..	..	a	..	..	..
74	Argélia	49	14	32	..	1.366	40	..	85	99
75	Tailândia	43	11	24	2	513	50	77	48	76
76	Polônia	96	15	86	..	617	69	89	..	72
77	Letônia	..	..	..	..	..	..	a	..	..
78	Rep. Eslovaca	..	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Costa Rica	97	10	93	..	1.059	22	92	..	..
80	Turquia	57	15	123	1	..	..	84	44	69
81	Irã	48	12	40	..	..	..	89	..	..
82	Panamá	66	24	89	10	1.332	36	84	..	..
83	Rep. Tcheca	..	..	..	..	..	..	..	..	..
84	Federação Russa	..	..	..	..	..	..	a	..	..
85	Chile	85	19	65	97	753	42	87	..	48
86	Albânia	..	..	..	27	..	..	97	..	..
87	Mongólia	48	..	..	57	..	..	80	..	..
88	Síria	42	..	41	66	..	..	79	34	49
<b>Renda média alta</b>										
89	África do Sul	..	..	87	..	..	..	a	..	987
90	Maurício	93	14	56	..	1.579	95	95	..	..
91	Estônia	..	..	..	..	..	..	a	..	..
92	Brasil	79	14	63	4	704	30	86	30	60
93	Botsuana	..	6	21	53	1.977	94	90	25	..
94	Malásia	64	16	89	7	..	..	78	29	37
95	Venezuela	89	18	77	6	10.269	40	92	..	..
96	Bielarus	..	..	..	..	..	..	a	..	..
97	Hungria	96	11	96	55	5.804	..	98	..	82
98	Uruguai	81	22	134	..	2.106	26	95	..	15
99	México	75	13	66	..	820	85	81	..	90
100	Trinidad e Tobago	83	9	141	6	1.724	72	96	..	..
101	Gabão	50	..	18	..	650	30	66	22	55
102	Argentina	87	20	96	78	858	35	64	..	161
103	Omã	..	..	68	2	2.322	66	46	..	..
104	Eslovênia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
105	Porto Rico	97	..	..	5	..	..	..	..	..
106	Coreia, Rep. da	100	6	310	..	236	70	93	..	89
107	Grécia	89	..	391	..	..	..	98	..	39
108	Portugal	78	11	241	..	1.740	50	92	..	105
109	Arábia Saudita	..	13	78	2	..	..	93	..	..
<b>Rendas baixa e média</b>										
<b>África subsaariana</b>										
<b>Leste asiático e Pacífico</b>										
<b>Sul da Ásia</b>										
<b>Europa e Ásia central</b>										
<b>Oriente Médio e N. da África</b>										
<b>América Latina e Caribe</b>										
<b>Muito endividadas</b>										
<b>Economias de alta renda</b>										
110	Irlanda	95	9	281	40	..	..	100	..	57
111	Nova Zelândia	..	10	437	..	..	..	97	..	61
112	Israel	97	4	350	..	..	..	100	..	30
113	Espanha	95	9	323	10	..	..	100	..	70
114	Hong Kong	..	11	434	..	..	..	100	..	..
115	Cingapura	98	3	385	..	..	..	100	8	..
116	Austrália	98	7	456	..	25.695	b	100	..	62
117	Reino Unido	..	8	442	16	6.174	b	100	..	66
118	Itália	99	8	388	21	5.254	b	100	..	90
119	Países Baixos	95	4	464	4	6.875	b	100	..	73
120	Canadá	100	7	577	..	..	..	100	..	210
121	Bélgica	100	5	393	8	12.440	b	100	..	110
122	Finlândia	96	5	535	12	..	..	96	..	165
123	União dos Emirados Árabes	..	..	..	3	..	..	100	..	..
124	França	99	6	495	10	14.406	b	100	..	146
125	Áustria	..	6	418	35	14.101	b	100	..	209
126	Alemanha <sup>c</sup>	100	5	483	..	..	..	100	..	117
127	EUA	100	9	545	..	14.172	b	..	333	..
128	Noruega	..	6	503	21	..	..	100	..	..
129	Dinamarca	100	6	566	..	13.775	b	100	..	93
130	Suécia	96	6	683	12	..	..	100	..	198
131	Japão	..	4	441	2	6.007	b	96	..	144
132	Suíça	..	7	587	45	10.817	b	100	..	..

**Mundo**

a. Para estimativas de faixa, ver mapa sobre acesso a água pura, na introdução. b. No mínimo 85% das estradas estão em boas condições; ver as notas técnicas. c. Os dados referem-se à República Federal da Alemanha, antes da unificação.

Quadro nº 13. Riqueza, pobreza e investimento social.

Unidade	Participação na renda das 40% mais pobres das famílias %	Razão entre as 20% mais ricas e as 20% mais pobres	Número de pobres milhões	Proporção de pobres			Pagamentos de benefícios da previdên- cia social (% do PIB)	Despesas públicas em educação, saúde e saneamento (% do PIB)	
				total %	zona urbana %	zona rural %		1980	1990
Ano	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1980	1990
BRASIL	8,9	25	41,9	30	28	39	13,6	5,7	5,5
NORTE	...	...	2,2	...	43	...	9,1	5,9	7,0
Rondônia	...	...	...	...	...	...	5,3	11,0	7,1
Acre	...	...	...	...	...	...	14,4	14,3	10,1
Amazonas	...	...	...	...	30	...	6,9	4,8	7,4
Roraima	...	...	...	...	...	...	33,7	20,2	21,1
Pará	...	...	...	...	55	...	9,2	3,6	5,3
Amapá	...	...	...	...	...	...	22,6	7,5	13,6
Tocantins	...	...	...	...	...	...	1,1	6,8	4,1
NORDESTE	8,8	24	18,9	46	44	49	20,7	5,3	5,0
Maranhão	9,0	23	2,2	46	41	49	20,8	6,8	5,4
Piauí	5,8	50	1,5	59	48	73	36,1	10,4	11,2
Ceará	10,0	20	3,3	52	50	57	26,2	5,8	8,3
Rio Grande do Norte	7,8	28	1,0	43	39	52	22,5	6,1	8,5
Paraíba	6,3	43	1,5	49	40	65	32,8	8,6	4,4
Pernambuco	8,9	23	3,1	46	45	48	22,3	6,3	4,4
Alagoas	10,5	18	0,9	38	42	32	21,0	3,5	3,9
Sergipe	10,2	19	0,5	31	32	30	12,2	5,6	3,7
Bahia	8,9	23	4,9	43	43	42	15,4	3,3	3,2
SUDESTE	9,8	20	14,0	23	23	27	13,1	5,8	6,4
Minas Gerais	8,3	25	4,4	28	27	32	14,0	5,0	3,6
Espírito Santo	6,3	39	0,7	28	23	41	12,1	13,1	15,5
Rio de Janeiro	8,9	23	3,8	31	31	30	19,9	7,0	9,6
São Paulo	10,3	18	5,1	17	17	14	10,7	5,3	5,8
SUL	8,9	23	4,3	20	17	29	13,1	4,5	1,8
Paraná	9,0	22	2,0	24	19	38	10,2	4,4	1,4
Santa Catarina	9,1	22	0,6	14	11	20	12,3	4,6	3,4
Rio Grande do Sul	8,8	24	1,7	20	18	25	15,6	4,5	1,4
CENTRO-OESTE	8,0	26	2,5	25	23	32	8,8	8,2	6,4
Mato Grosso do Sul	8,9	22	0,4	26	27	24	6,9	6,7	2,0
Mato Grosso	9,2	22	0,4	23	21	29	6,2	8,6	4,3
Goiás	7,7	29	1,2	26	23	36	12,7	5,5	3,5
Distrito Federal	7,9	27	0,3	22	23	32	7,0	11,4	12,6
Ano									
Países de									
alto desenv. humano	...	...	...	...	...	...	...	...	...
médio desenv. humano	...	...	...	...	...	...	...	...	...
baixo desenv. humano	...	...	...	...	...	...	...	...	...

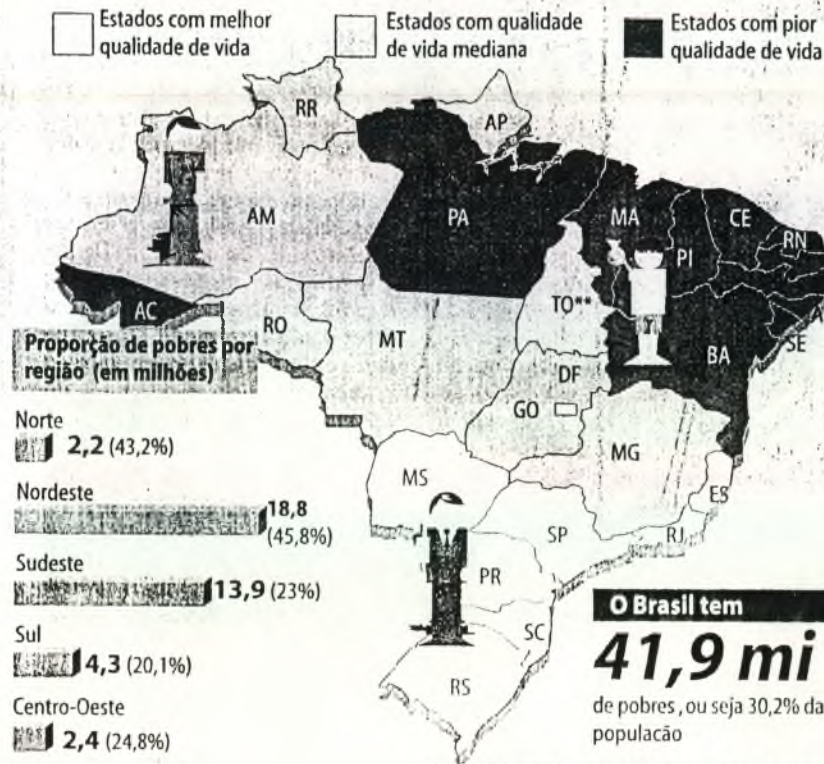
Fontes: Colunas 1 e 2: IBGE/PNAD 1990; Colunas 3 a 6: Rocha 1995a, com base em IBGE/PNAD 1990; Colunas 7, 8 e 9: despesas: Execução Orçamentária e estimativas da Fundação Getúlio Vargas; PIB: Silva e Considera 1995.

Notas: Os resultados referentes ao Brasil e a região Norte não incluem a população rural da região Norte; o estado de Tocantins está incluído no estado de Goiás; Colunas 8 e 9: despesas de governos federal, estaduais e municipais. Os valores apresentados superestimam os gastos com educação e com saúde e saneamento, uma vez que envolvem dupla contagem de recursos transferidos entre as diversas esferas de governo.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano é a média de três indicadores: renda, escolaridade e expectativa de vida

**Estados com melhor IDH \***

1º	Rio Grande do Sul	0,871
2º	Distrito Federal	0,858
3º	São Paulo	0,850
4º	Santa Catarina	0,842
5º	Rio de Janeiro	0,838
6º	Paraná	0,827
7º	Mato Grosso do Sul	0,826
8º	Espírito Santo	0,816
9º	Amazonas	0,797
10º	Amapá	0,781
11º	Minas Gerais	0,779
12º	Mato Grosso	0,769
13º	Goiás	0,760
14º	Roraima	0,749
15º	Rondônia	0,715
16º	Pará	0,688
17º	Acre	0,665
18º	Sergipe	0,663
19º	Bahia	0,609
20º	Pernambuco	0,577
21º	R. G. do Norte	0,574
22º	Maranhão	0,512
23º	Ceará	0,596
24º	Piauí	0,502
25º	Alagoas	0,500
26º	Paraíba	0,466



Fonte: IBGE/Prad

(\*) Índice de Desenvolvimento Humano Fonte: ONU/Ipea (\*\*) Não há dados

**Países com maior IDH**

1º	Canadá	0,950
2º	EUA	0,937
3º	Japão	0,937
4º	Holanda	0,936
5º	Finlândia	0,934
30º	Argentina	0,882
31º	Coreia do Sul	0,882
32º	Uruguai	0,881
33º	Chile	0,880
41º	Brunei	0,868
47º	Venezuela	0,859
53º	México	0,842
56º	Qatar	0,838
57º	Colômbia	0,836
61º	Kwait	0,831
62º	Ilhas Seychelles	0,810
<b>63º</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,804</b>
72º	Cuba	0,769
80º	Jordânia	0,758
90º	Armênia	0,715
100º	Filipinas	0,677
110º	Mongólia	0,604
124º	Suazilândia	0,522
131º	Lesoto	0,473

Fonte: ONU

Quadro nº 14. Os números do Brasil

**M** **Maior esperança de vida ao nascer**  
Em anos

1º	Roraima	75,8
2º	Rio Grande do Sul	74,6
3º	Amapá	73
4º	Espírito Santo	71,4
5º	Santa Catarina	70,8

Fonte: Ipea

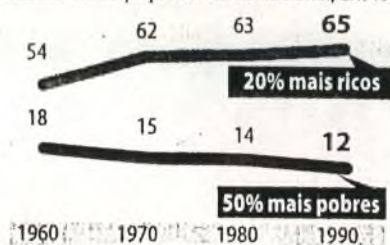
**Í** **Melhor educação**  
Índice elaborado pelo Ipea

1º	São Paulo	0,86
2º	Rio Grande do Sul	0,84
3º	Distrito Federal	0,83
4º	Rio de Janeiro	0,83
5º	Santa Catarina	0,82

**\$** **Maior renda "per capita"**  
Em US\$ mil

1º	Distrito Federal	10,2
2º	São Paulo	8,8
3º	Rio de Janeiro	6,7
4º	Rio Grande do Sul	5,6
5º	Paraná	5,2

**Evolução da situação de renda**  
Participação na renda nacional, em %



Fonte: PNUD/IPEA/1996

**Perfil da privação humana\***  
Dados de 1991, exceto subnutrição, de 1989

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
População sem abastecimento de água (em milhões)	14,3	1,9	5,5	3,7	1,6	1,6
População sem saneamento (em milhões)	42,1	3,8	16,6	11,2	4,5	6,0
Analfabetos (em milhões)	19,23	1,42	9,69	5,31	1,02	1,78
Crianças fora da escola (em mil)	3.705	465	2.468	483	102	188
Subnutridos com menos de 5 anos (em mil)	339	ND	138	129	24	31

### Quadro nº 15. Urbanização

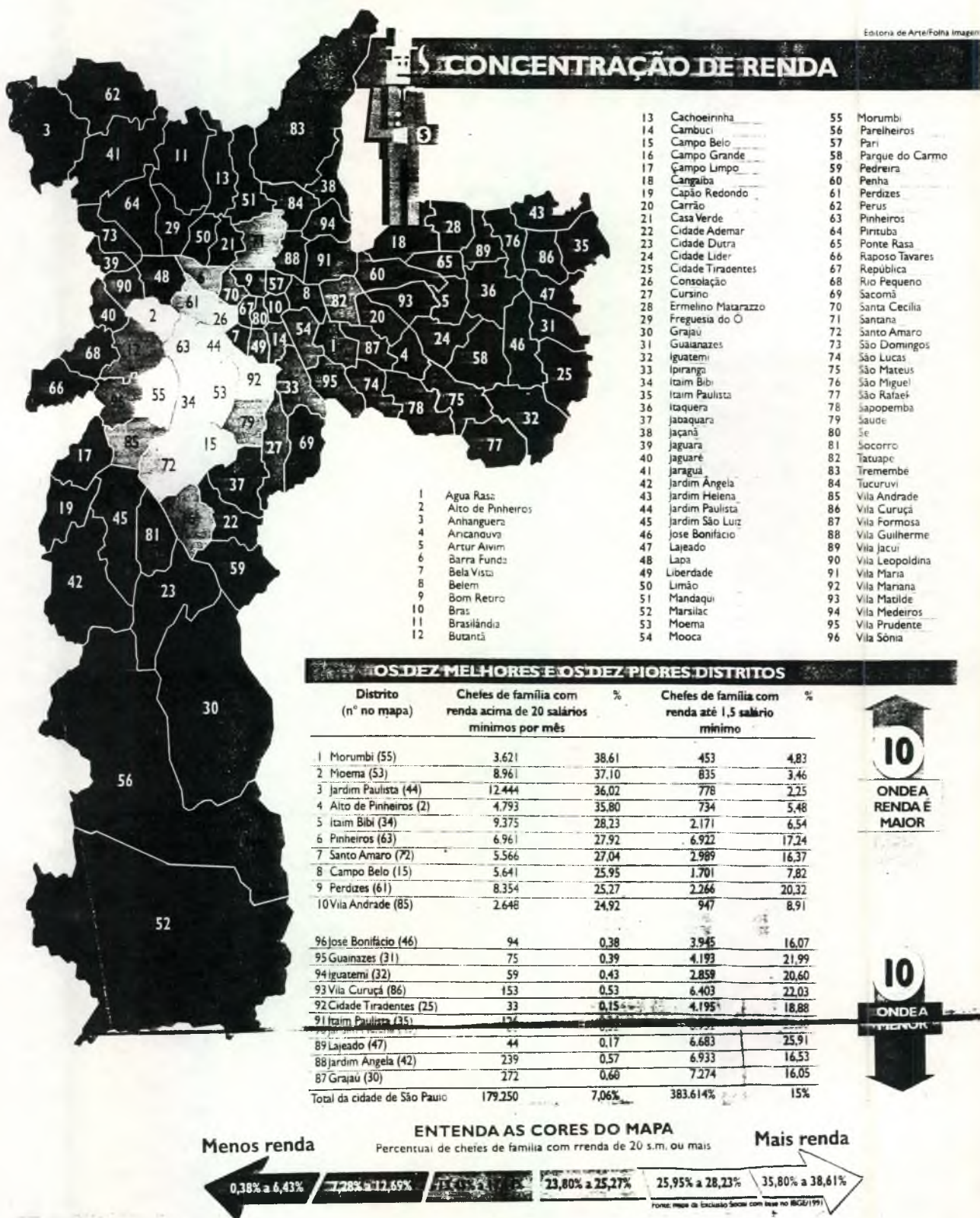
Unidade	População urbana (% população total)		Taxa de crescimento anual da população urbana	População em municípios de mais de 750 mil habitantes % da população		Maior município	População do maior município (% da popu- lação urbana)	Taxa anual de crescimento da população do maior município
	%	%	%	total	urbana		%	%
	1980	1991	1980/91	1991	1991		1991	1991
BRASIL	67,6	75,5	3,0					
NORTE	51,6	57,8	6,3					
Rondônia	46,5	58,2	10,1			Porto Velho	43,6	7,2
Acre	43,9	61,9	6,3			Rio Branco	76,3	4,9
Amazonas	59,9	71,4	5,2	48,1	67,3	Manaus	67,3	4,6
Roraima	61,6	64,7	10,1			Boa Vista	100,0	9,8
Pará	49,0	50,4	4,2	25,1	47,9	Belem	47,9	2,7
Amapá	59,2	80,9	7,7			Macapa	76,8	4,5
Tocantins	...	57,7	...			Araguaina	19,5	3,4
NORDESTE	50,5	60,7	3,5					
Maranhão	31,4	40,0	4,2			São Luis	35,3	4,1
Piauí	42,0	52,9	3,9			Teresina	43,8	4,3
Ceará	53,1	65,4	3,6	27,8	42,5	Fortaleza	42,5	2,8
Rio Grande do Norte	58,7	69,1	3,7			Natal	36,4	3,5
Paraíba	52,3	64,1	3,2			João Pessoa	24,2	3,8
Pernambuco	61,6	70,9	2,7	18,2	25,7	Recife	25,7	0,7
Alagoas	49,3	58,9	3,9			Maceio	42,4	4,2
Sergipe	54,2	67,2	4,5			Aracaju	40,1	2,9
Bahia	49,3	59,1	3,8	17,5	29,6	Salvador	29,6	3,0
SUDESTE	82,8	88,0	2,3					
Minas Gerais	67,1	74,9	2,5	12,8	17,1	Belo Horizonte	17,1	1,2
Espírito Santo	63,9	74,0	3,7			Cariacica	14,3	3,4
Rio de Janeiro	91,8	95,3	1,5	59,0	62,0	Rio de Janeiro	44,9	0,7
São Paulo	88,6	92,8	2,6	35,7	38,5	São Paulo	32,9	1,2
SUL	62,4	74,1	3,0					
Paraná	58,6	73,4	3,0	15,6	21,2	Curitiba	21,2	2,3
Santa Catarina	59,4	70,6	3,7			Florianópolis	8,0	2,8
Rio Grande do Sul	67,5	76,6	2,6	13,8	18,1	Porto Alegre	18,1	1,1
CENTRO-OESTE	67,8	81,3	3,7					
Mato Grosso do Sul	67,1	79,4	4,0			Campo Grande	37,2	5,5
Mato Grosso	57,5	73,3	7,7			Cuiabá	27,1	6,1
Goiás	62,2	80,8	2,8	22,9	28,4	Goiania	28,4	2,4
Distrito Federal	96,8	94,7	2,6	100,0	100,0	Brasilia	100,0	2,8
Ano	1960	1992	1960-92	1990	1990			
Países de								
alto desenv. humano	45,0	69,0	3,7	31	46			
médio desenv. humano	27,0	46,0	4,2	17	37			
baixo desenv. humano	12,0	26,0	5,1	...	...			

Fontes: Colunas 1 a 10: IBGE/Censo 1980, 1991.

Notas: o estado de Tocantins fazia parte do estado de Goiás em 1980.

Fonte: PNUD/IPEA/1996

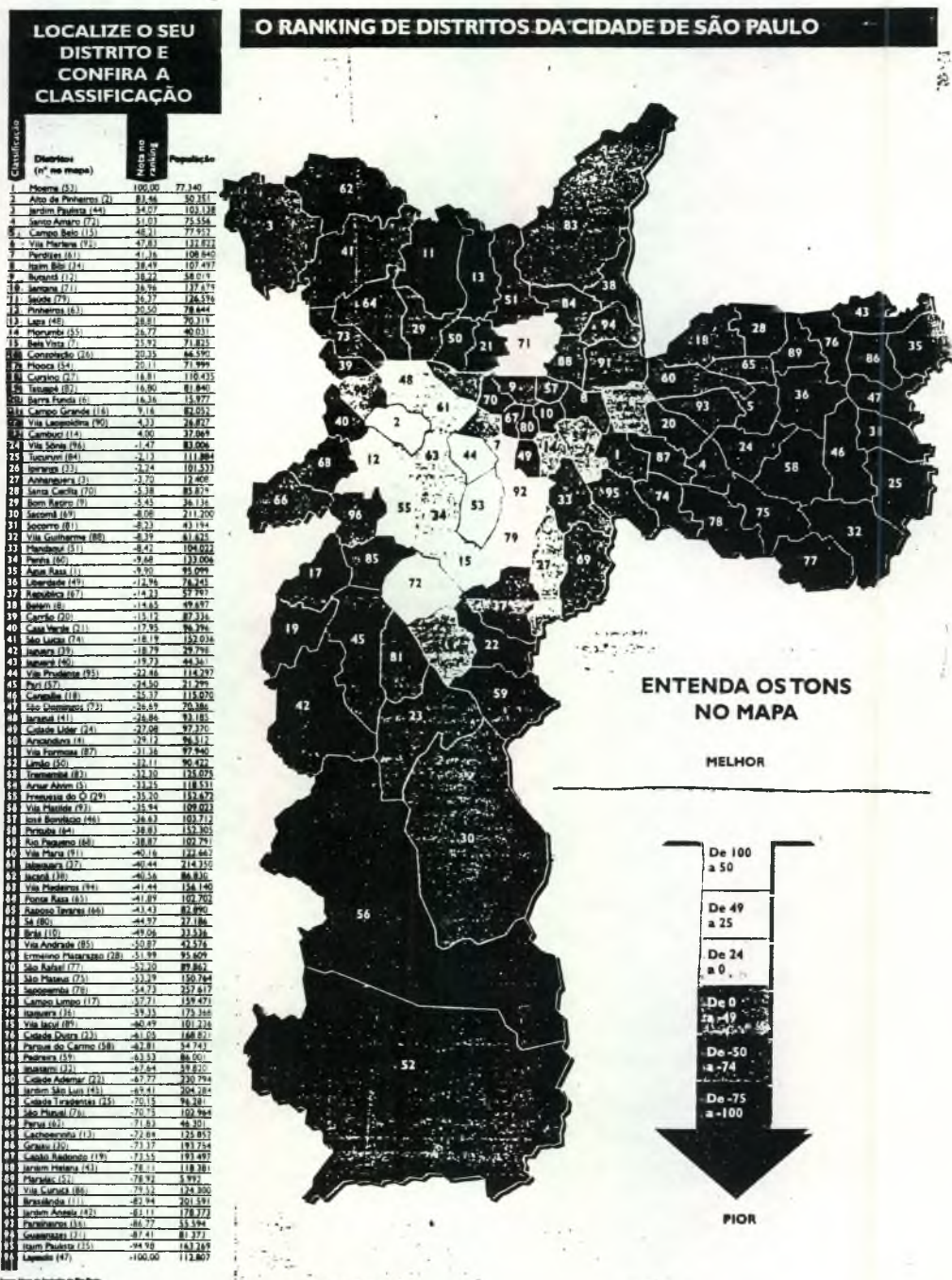
Mapa nº 4. Mapa da Exclusão Social-NSAS/PUC/1995



Fonte: Folha de São Paulo, caderno cotidiano, pp. 3, 26/11/1995



Mapa nº 5. Mapa da Exclusão Social-NSAS/PUC/1995



Fonte: Folha de São Paulo, caderno cotidiano, pp. 4, 26/11/1995

### **Anexo 3. Definição dos termos:**

**adequado:** que atende de forma apropriada, conveniente, oportuna e adaptada.

**aglomerados urbanos:** centro urbano, vila ou cidade. (ação ou efeito de aglomerar, ajuntamento).

**bem-estar:** estado de perfeita satisfação física ou moral; conforto.

**cidadania:** indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com estes.

**direitos universais:** ONU(1948), declara os “Direitos Universais do Homem”. O Brasil é signatário desde então.

**excluídos:** ato pelo qual o indivíduo é privado ou excluído do desenvolvimento econômico e social de um país.

**índice:** tudo aquilo que indica ou denota alguma qualidade ou característica especial. Relação entre os valores de qualquer medida ou gradação.

**indicadores sociais:** que indica, enuncia, expõe, menciona, mostra a conveniência de, aconselha, aponta, designa, aconselha.

**modo de vida:** sistema, prática, método.

**necessidades humanas:** aquilo que é inevitável, fatal.

**nível de vida:** estado comparativo das condições de existência (econômicas, sociais, etc.) de um indivíduo, de um grupo, de um país.

**padrão de vida:** aquilo que serve de base ou norma para a avaliação de qualidade ou da quantidade.

**parâmetros:** variável ou constante à qual, numa relação determinada ou numa questão específica, se atribui um papel particular e distinto das outras variáveis ou constantes.

**qualidade:** atributo ou condição das coisas ou das pessoas capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza.

**qualidade de vida:** algo acrescentado ao ser humano, que lhe permite usufruir as atividades que lhe dá motivo de prazer, estímulo, força, ânimo, entusiasmo e vitalidade de participação na vida comunitária.

**segregação:** pôr à margem, marginalizar, isolar.

**sítio urbano:** área duma cidade em que se contruíram as suas ruas e habitações.

**solo:** porção da superfície terrestre onde se anda, se contrói, etc.

**terra:** solo sobre a qual se anda, se contrói.

**utopia:** país imaginário. Thomas Morus (1486-1535), dizia onde um governo, organizando da melhor maneira e proporcionando ótimas condições de vida a um povo mais equilibrado e feliz.